

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

VINICIUS FERREIRA DE CARVALHO

**Democracia na Escola: Limites e Possibilidades a partir do Estudo de Caso  
na Escola do Camarão - Ilhabela/SP**

São Paulo- SP

2023

**VINICIUS FERREIRA DE CARVALHO**

**Democracia na Escola: Limites e Possibilidades a partir do Estudo  
de Caso na Escola do Camarão - Ilhabela/SP**

**Versão Corrigida**

Dissertação apresentada à Escola de Artes,  
Ciências e Humanidades da Universidade de  
São Paulo para obtenção do título de Mestre em  
Mudança Social e Participação Política.

Área de concentração: Políticas Públicas e  
Gestão Participativa

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eliza  
Mattosinho Bernardes.

**São Paulo**

**2023**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades,  
com os dados inseridos pelo(a) autor(a)  
Brenda Fontes Malheiros de Castro CRB 8-7012; Sandra Tokarevicz CRB 8-4936

Ferreira de Carvalho, Vinicius

Democracia na Escola: Limites e Possibilidades a partir do Estudo de Caso na Escola do Camarão-Ilhabela/SP / Vinicius Ferreira de Carvalho; orientador, Maria Eliza Mattosinho Bernardes. -- São Paulo, 2023.

148 p: il.

Dissertacao (Mestrado em Ciencias) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2023.

Versão corrigida

1. Democracia. 2. Gestão Democrática. 3. Educação Política. 4. Relações de Poder. 5. Participação Social em Ilhabela. I. Bernardes, Maria Eliza Mattosinho, orient. II. Título.

Nome: CARVALHO, Vinicius Ferreira de

Título: Democracia na Escola: Limites e Possibilidades a partir do Estudo de Caso na Escola do Camarão - Ilhabela/SP

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Mudança Social e Participação Política.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao povo brasileiro, que sustenta as Universidades Públicas. Às Universidades Públicas e todas as pessoas que nela trabalham, patrimônio nacional e mundial, com votos de que seja cada vez mais acessível e plural, tanto em quem a constitui, quanto no que produz.

À Maria Eliza Mattosinho Bernardes, querida orientadora, por todo o apoio, generosidade e entusiasmo com o que realizamos, por bancar minhas ousadias e valorizar meu trabalho.

Aos queridos colegas do GEPESPP, pelos valiosos momentos de troca. Em especial à Mayara, parceira de aventuras acadêmicas, Júlio e Aline. Vocês são parte dessa caminhada e espero que de outras.

À Carol, minha companheira, que esteve junto no percurso, se empolgando comigo nos debates e sonhos de futuras teses (quem sabe) e ajudando a desfazer os momentos de dúvida e insegurança.

Às professoras revolucionárias da Escola do Camarão!!!! Vocês merecem toda a reverência.

À minha mãe Kátia, meu pai Eduardo, meu irmão Pedro, minha irmã Luiza e toda família, fonte infinita de amor e aprendizado.

Aos meus amigos, que caminham lado a lado.

Viva a ciência!

## RESUMO

CARVALHO, Vinicius Ferreira de. **Democracia na Escola: Limites e Possibilidades a partir do Estudo de Caso na Escola do Camarão - Ilhabela/SP.** Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A educação possui como um dos seus objetivos a formação da pessoa para o exercício da cidadania, conforme reconhecido na Constituição de 1988, podendo a democracia na escola se realizar, sobretudo, através da relação da escola com a comunidade, pelos mecanismos institucionais de gestão democrática e no ensino do currículo. O contexto atual de pressão neoliberal sobre a política educacional e de autoritarismo em escala global coloca dificuldades para tal realização. Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva analisar as contradições no movimento de implantação da gestão democrática na E.M.E.F. Paulo Renato Costa Souza em Ilhabela/SP, conhecida como Escola do Camarão, a partir do movimento Diálogos que Brotam do Chão e do 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, ocorridos na escola entre 2017 e 2018, que constituíram ações junto à comunidade e sociedade civil, cujo tema principal era a construção democrática e coletiva da escola pública e sua função social. Apresenta-se como problema de pesquisa responder quais seriam os limites e possibilidades instituídos no processo de implantação da gestão democrática na unidade escolar, que expressam as contradições presentes na sociedade de Ilhabela/SP. Referenciando-se na teoria da democracia participativa; nas obras a respeito da política nos municípios do interior; analisando as relações entre educação e política; e aportando-se, ainda, os fundamentos da gestão democrática da educação pública, foram adotados, como procedimentos metodológicos, o Grupo Focal, procedimento de natureza oral e coletiva, com três professoras, protagonistas das ações pesquisadas na Escola do Camarão, cujos dados foram integrados ao exame de documentos oficiais, registros em vídeo, registros escritos e fontes bibliográficas. Analisando os dados a partir dos referenciais metodológicos da historicidade, dialética, materialidade e relações de movimento e transformação entre as dimensões singular, particular e universal dos sujeitos e coletividades, desenvolveram-se as categorias de análise: Participação nas Decisões e Gestão Democrática na Escola do Camarão, objetivando verificar como se dá a participação através dos mecanismos institucionais existentes; Relações de Poder Locais, que expressa os limites, inconsistências e condicionantes que impedem que a democratização nas relações e trabalho escolar se estabeleça; e Relação com a Comunidade, que constituiu o cerne da construção de processos participativos e transformativos relevantes, apesar das adversidades, por meio do qual a democracia pode se efetivar na escola, repercutindo nas outras esferas, como gestão e currículo e criando identidade da instituição. Assim, concluiu-se que, na realidade da Escola do Camarão em Ilhabela/SP, os limites à objetivação da democracia na escola, além dos problemas gerais da educação brasileira, possuem raiz na formação sócio-histórica local, caracterizada pelo colonialismo e coronelismo, em que o assédio moral, a pessoalidade nas relações e o amadorismo criam barreiras. Por outro lado, viu-se que a democracia na escola se objetiva, sobretudo, através da relação entre escola e comunidade, quando ela se abre ao meio e indaga a sua função social, a quem atende e quem a constitui, a fim de se integrar ao trabalho socialmente útil.

**Palavras-chave:** Democracia; Gestão Democrática; Educação Política; Relações de Poder; Participação Social em Ilhabela.

## ABSTRACT

CARVALHO, Vinicius Ferreira de. **Democracy at School: Limits and Possibilities from the Case Study at Escola do Camarão - Ilhabela/SP**. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Education has the formation of the person for citizenship as one of its objectives, as recognized in the 1988 Constitution, and democracy at school can be achieved, above all, through the relationship between the school and community, through the institutional mechanisms of democratic management and in the teaching curriculum. The current context of neoliberal pressure on educational policy and authoritarianism on a global scale poses difficulties for such achievement. Hereupon, this research aims to analyze the contradictions in the movement to implement democratic management at EMEF Paulo Renato Costa Souza in Ilhabela/SP, known as Camarão School, based on the Diálogos que Brotam do Chão movement and the 2nd Mini Environmental Education Forum, which took place at the school between 2017 and 2018, constituting actions with community and civil society, whose main theme was the democratic and collective construction of public school and its social function. It is presented as a research problem to answer what would be the limits and possibilities established in the process of implantation of democratic management in the school unit, which express the contradictions of Ilhabela/SP society. Referring to the theory of participatory democracy; about politics in the country municipalities; and analyzing relations between education and politics; also contributing to the fundamentals of the democratic management of public education, the Focal Group was adopted as methodological procedures, an oral and collective procedure, with three teachers, protagonists of the actions at the Escola do Camarão, whose data were integrated with examination of official documents, video and written records and bibliographic sources. Analyzing data from the methodological references of historicity, dialectics, materiality and relations of movement and transformation between the singular, particular and universal dimensions of subjects and collectivities, the categories of analysis were developed: Participation in Decisions and Democratic Management in the Camarão School, with the aim of verifying how participation takes place through existing institutional mechanisms; Local Power Relations, which expresses the limits, inconsistencies and constraints that prevent democratization in relations and school work being established; and Relationship with the Community, which constituted the core of the construction of relevant participatory and transformative processes, despite the adversities, through which democracy can become effective in the school, with repercussions in other spheres, such as management and curriculum, and creating institution's identity. Thus, it was concluded that, in the reality of the Camarão School in Ilhabela/SP, the limits to the objectification of democracy in the school, in addition to the general problems of Brazilian education, have roots in the local socio-historical formation, characterized by colonialism and coronelismo, in which moral harassment, personality in relationships and amateurism create barriers. On the other hand, it was seen that democracy at school is objectified, above all, through the relationship between school and community, when it opens up to the middle and asks about its social function, who attends to who constitutes it, in order to integrate into socially useful work.

**Keywords:** Democracy; Democratic management; Education Policy; Power relations; Social Participation in Ilhabela.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Linha de crescimento da população do município-arquipélago de Ilhabela - 1854 a 2007.....	52
Figura 2	Gráfico de evolução das receitas da Prefeitura de Ilhabela/SP, de 2012 a 2018. Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Relatório de Fiscalização do 3º quadrimestre de 2018).....	53
Figura 3	Vista aérea da Escola do Camarão.....	60
Figura 4	Divulgação do evento Roda de Conversa com José Pacheco.....	63
Figura 5	Foto da divulgação do terceiro encontro do segundo percurso.....	69
Figura 6	Programação do II Mini Fórum de Educação Ambiental da Escola do Camarão, de 2018.....	73
Figura 7	Divulgação da palestra sobre assédio moral promovida pelo SIPROEM em 24.10.19.....	98
Figura 8	Guia Prático da Escola do Camarão- 2022.....	115
Figura 9	Ciclo de palestras em escolas públicas, ocorrido em novembro de 2019.....	129
Figura 10	Cine Tela Negra, realizado em 20 de fevereiro de 2022.....	129

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DBC	Diálogos que Brotam do Chão
E.M. Paulo Renato	Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
ESP	Escola sem Partido
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
STF	Supremo Tribunal Federal
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
SME	Secretaria Municipal de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
PPP	Projeto Político-Pedagógico
GR	Grupos de Responsabilidade
CNS	Conselho Nacional de Saúde
NAP	Núcleo de Ação Pedagógica
TCE/SP	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA.....</b>	<b>24</b>
2.1	Democracia: Conceitos Básicos, Crítica, Democracia Liberal e Participativa.....	25
2.2	A Antidemocrática Formação Social Brasileira: A crise da Constituição de 1988 e o Contexto Autoritário Atual.....	32
2.3	Educação e Política.....	38
2.4	Neoliberalismo na Política Educacional e o Movimento Escola Sem Partido.....	42
<b>3</b>	<b>A LUTA PELA DEMOCRACIA NA ESCOLA: O CASO DA ESCOLA DO CAMARÃO EM ILHABELA/SP.....</b>	<b>48</b>
3.1	Contexto Histórico-Social da pesquisa: um pouco de Ilhabela/SP.....	49
3.2	As Ações de luta social no campo democrático em Ilhabela .....	54
3.3	Escola do Camarão e o Percorso Formativo Diálogos que Brotam do Chão.....	59
3.3.1	Encontro com José Pacheco em 9 de dezembro de 2017.....	63
3.3.2	O segundo ciclo do Diálogos que Brotam do Chão.....	67
3.4	O Mini fórum de educação ambiental de 2018.....	70
<b>4</b>	<b>A REALIDADE CONCRETA EM ANÁLISE: AÇÕES NA PESQUISA DE CAMPO E FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS PARA SUA COMPREENSÃO.....</b>	<b>74</b>
<b>5</b>	<b>OS ELEMENTOS DE ANÁLISE DO MOVIMENTO REAL: CONDICIONANTES E SITUAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>85</b>
5.1	Participação nas Decisões e Gestão Democrática na Escola do Camarão..	86
5.2	Relações de poder locais.....	93
5.2.1	O assédio moral latente na escola e a personalidade nas relações.....	97
5.2.2	A precariedade das condições de trabalho na escola.....	107

<b>6</b>	<b>CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES DA TRANSFORMAÇÃO: A PRÁXIS DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMARÃO.....</b>	<b>113</b>
	6.1 Relação com a Comunidade: uma via para a práxis na escola.....	114
	6.2 O Contexto da Criação da Identidade e Efeitos do Movimento.....	124
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>137</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem sua gênese na minha participação nas atividades promovidas pelo percurso formativo Diálogos que Brotam do Chão (DBC), movimento ocorrido na Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza (E.M. Paulo Renato), conhecida como Escola do Camarão, em Ilhabela/SP, entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro de 2018, que, convidando comunidade e sociedade civil a adentrar a escola pública, realizou cine debates, rodas de conversa, espetáculo teatral e outros encontros, tanto na escola quanto em espaços comunitários e culturais periféricos, com o objetivo de debater educação sob uma perspectiva crítica e sua função social.

Nesse mesmo período, eu já participava, na Prefeitura, como membro de projeto de fortalecimento da democracia participativa através dos Conselhos Municipais, oportunidade propiciada pela minha atuação profissional como advogado público municipal, em que ingressei mediante concurso público, em 2015, em Ilhabela/SP. Frequentava também as ações do Coletivo Negro Odu, do movimento negro de ilhabelense<sup>1</sup>, de maneira que, assistindo de perto ao funcionamento real do poder e sobre ele lançando um olhar crítico, se encontravam latentes os interesses pelos temas da democracia e movimento social.

Apesar de ter abordado uma gama relativamente ampla de assuntos, perpassando por troca de experiências educacionais mais adequadas às necessidades dos estudantes e desafios que se colocam na sociedade e tempo atual, o tema principal das ações era a construção democrática e coletiva da escola pública, que deixava uma linha tênue entre formação e a própria reivindicação. O Coletivo de docentes que organizava o percurso o apresentava da seguinte forma: “Diálogos que brotam do chão é um percurso de formação que pretende de forma coletiva e horizontal mobilizar pessoas interessadas em dialogar sobre educação.” (DBC, 2017). Esses dizeres iam impressos nos convites destinados ao público e constavam de sua página na rede social do Facebook. A intenção de assegurar a participação dos diferentes sujeitos e classes que compõem a escola pública em sua objetivação se expressava pelos temas e convidados das rodas de conversa e documentários, pelos espaços e instituições que buscavam

---

<sup>1</sup> Na qualidade de branco colaborador.

dialogar em sentido de rede e também no discurso, como nestes trechos de publicação da página do Facebook do Coletivo:

Neste sentido, mais do que trazer resposta para os dilemas cotidianos, o percurso pretende construir uma rede de interações a fim de fortalecer os vínculos nas e com as comunidades [...] Organizado por professores e pais de estudantes de escolas da cidade de Ilhabela, o percurso pretende agir a partir de exercícios de convivência e reflexão. [...] Acreditamos que é fundamental a inter-relação de toda a rede de “nós” que compõem a cidade. Ao reconhecer, de maneira dialógica, essa rede, podemos perceber onde está a potência de cada um. [...] Neste sentido, iniciamos nossa busca por apoio e parcerias com a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Social, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Educação, Conselhos Escolares, Associações de bairro, ONG's, sociedade civil e Câmara Municipal. (DBC, 2017).

Contraditoriamente, as ações ocorriam em um momento no qual o contexto geral se mostrava desfavorável. Com efeito, em meio ao golpe institucional de 2016 que retirou a então presidenta eleita da Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT) Dilma Rousseff, acentuava-se a crise do pacto social-liberal que fundou a Constituição de 1988 sob os efeitos da crise global do capitalismo, que assola o mundo de 2008, simbolizada pela falência do banco norte-americano Lehman Brothers após eclodir a bolha dos créditos imobiliários artificiais, culminando na eleição, em 2018, de representante da extrema direita no Brasil, achatando-se as possibilidades democráticas no país e deteriorando-se as condições sociais da vida a partir das reformas neoliberais trabalhistas, previdenciárias e desmonte de políticas sociais e de equidade (SANTOS, 2018).

No campo da educação, vivia-se a pressão e implementação de políticas de caráter neoliberal, como a reforma do ensino médio em 2017, baixada por medida provisória (BRASIL, 2016a), o processo de elaboração da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), calcada na pedagogia das competências, discussão sobre ensino domiciliar e o movimento Escola sem Partido (ESP), as quais visavam retirar da educação pública o seu caráter crítico e democrático a partir de um viés conservador, individualista e meritocrático, ou até mesmo violento e persecutório, como o ESP (FRIGOTTO, 2015), visando silenciar justamente os tipos de práticas e debates que o DBC, na Escola do Camarão, estava a promover.

Ilhabela é um município insular no litoral norte do Estado de São Paulo que, historicamente, é de pequeno porte, com formação social, demográfica e vida econômica oscilando conforme os grandes ciclos econômicos coloniais, passando por um despovoamento a partir da derrocada do ciclo do café, com crescimento retomado a partir dos anos 1950, quando

se torna um destino turístico. Atualmente, possui população de cerca de 34 mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (BRASIL, 2021) e pujança econômica, com orçamentos hiper inchados por conta dos recursos oriundos dos royalties do petróleo.

Assim como outros municípios de menor porte interioranos, tem suas raízes políticas marcadas pelo patrimonialismo e mandonismo, conjugadas com o sistema coronelista consolidado a partir da República de bases arcaicas brasileira (LEAL, 2012). Essas características persistem até os dias atuais, sendo mais um elemento contextual que, ao menos em tese, milita no sentido do autoritarismo, indo, assim, na contramão do que se realizava na Escola do Camarão.

Não obstante, outras dinâmicas, como o fato de ser litorâneo e ter servido de porto de tráfico de escravizados, ter se constituído no arquipélago comunidades tradicionais caiçaras, fixadas até os dias atuais, bem como, a partir da predominância como destino turístico de natureza, atrair uma classe média saturada dos grandes centros urbanos fizeram com que sempre houvesse em Ilhabela/SP, paralelamente ao poder hegemônico vertical, um movimento de organização e reivindicação política acima da média (DAHMER, 2014). Além disso, no período do DBC, a cidade havia experimentado uma troca no comando da Prefeitura, em eleições influenciadas justamente por uma promessa de estabelecimento de relações mais democráticas, em contraposição a oito anos de um governo de traços autoritários.

Ao fim das atividades do DBC, continuei frequentando a Escola do Camarão como voluntário e pude participar de outro percurso que agregou diversas ações junto à comunidade escolar e local, desta vez abordando a questão ambiental como ponto de partida e focado nos estudantes tendo maior grau de protagonismo, que foi o 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, ocorrido no segundo semestre de 2018.

Nesse mesmo momento, debatia-se em assembleias, com representantes dos docentes de cada escola da cidade, o novo Estatuto do Magistério Municipal, promulgado por lei em outubro de 2018 (ILHABELA, 2018a), que instituiu eleição para gestão escolar (direção e coordenação) em Ilhabela/SP, com participação da comunidade escolar e Conselho de Escola, o que aparentava ser um passo em direção a mais democracia nas escolas locais.

Percebendo o cotidiano da unidade escolar, pude notar que, contraditoriamente a um movimento intenso de questionamentos, proposições e participação, o Conselho Escolar era praticamente inativo, à semelhança das outras instituições de participação da escola (Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil) e da política educacional, como o Conselho Municipal de Educação, cuja atuação era, no mínimo, morna. Ao mesmo tempo, os processos

viam-se às voltas com descontinuidades e os docentes com situações de adoecimento. É desse desajuste que veio a vontade de começar esta pesquisa.

Busca-se, assim, diante do contexto complexo e contraditório delineado, a partir da adoção de determinados pressupostos teóricos e metodológicos, compreender como as mobilizações da comunidade escolar da Escola do Camarão, especificamente o Diálogos que Brotam do Chão e o 2º Mini Fórum de Educação Ambiental de 2018, repercutiram sobre a gestão democrática na instituição e quais as condicionantes que a impedem e criam o descompasso entre as mobilizações e a efetiva participação em uma escola que se pretende mais democrática e horizontal.

Desta forma, define-se como objetivo da pesquisa analisar as contradições no movimento de implantação da gestão democrática na E.M.E.F. Paulo Renato Costa Souza em Ilhabela/SP, a partir do movimento Diálogos que Brotam do Chão e do 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, ocorridos entre 2017 e 2018.

A questão a que visa responder, isto é, o problema de pesquisa, é quais seriam os limites e possibilidades- incoerências e potências- instituídos no processo de implantação da gestão democrática na unidade escolar, que expressam as contradições presentes na sociedade de Ilhabela/SP.

Segundo Paro (2016, p. 54), “falar das potencialidades e obstáculos da participação da população na gestão da escola pública implica elucidar os determinantes imediatos de tal participação que se encontram dentro e fora da escola”. Os condicionantes internos da participação objetivam-se nos materiais (condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras da educação e da escola para exercício das atividades), institucionais (mecanismos institucionais da estrutura e políticas públicas estatais que viabilizem a prática democrática), político-sociais (os interesses e relações entre os diferentes grupos dentro da escola), bem como os condicionantes ideológicos, que, em síntese, representam o aspecto simbólico da participação, que seria como as pessoas compreendem e valorizam a democracia na escola e sua relevância, de modo a mover a sua prática e comportamento.

Por sua vez, os seguintes fatores determinariam a participação, no que se refere aos condicionantes externos:

- 1) condicionantes econômico-sociais, ou as reais condições de vida da população e a medida em que tais condições proporcionam tempo, condições materiais e disposição pessoal para participar;
- 2) condicionantes culturais, ou a visão das pessoas sobre a visibilidade e a possibilidade da participação, movidas por uma visão de mundo e de educação escolar que lhes favoreça a vontade de participar;
- 3) condicionantes institucionais, ou mecanismos coletivos, institucionalizados ou não, presentes em seu ambiente social mais

próximo, dos quais a população pode dispor para encaminhar sua ação participativa. (PARO, 2016, p. 67).

Saviani (2011, p. 76), quando reflete sobre o fracasso escolar, compreende que a situação educacional deve ser vista “a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana”, porque “a escola é, pois, compreendida com base no desenvolvimento histórico da sociedade” (SAVIANI, 2011, p. 88).

Nesse sentido, acerca do papel da educação na transformação da sociedade, as teorias não críticas, de maneira idealista, acreditam que a educação é autônoma e, assim, possui o potencial de intervir decisivamente para modificar a realidade. As teorias críticas, ao contrário, analisam a questão educacional como condicionada pelas relações político-econômicas presentes na sociedade em que se situa, dividida em classes antagônicas. Entretanto, as teorias críticas têm diferenças entre si. Os crítico-reprodutivistas relegam à escola o papel de mera reprodutora das relações de dominação, servindo como instrumento da classe dominante para perpetuar o estado de coisas, inócua a promover efetivas transformações (SAVIANI, 2018). Para essas teorias, parafraseando a célebre frase de Darcy Ribeiro, a crise da educação não seria uma crise e sim um projeto.

O desacerto dessas concepções residiria no fato de que se suprime da escola a qualidade de realidade histórica, capaz de ser transformada intencionalmente pela ação humana. As teorias crítico reprodutivistas, apesar do importante papel de apontar para as determinações sociais que a educação sofre na sociedade capitalista dividida em classes antagônicas, nelas “a história é sacrificada na reificação da estrutura social em que as contradições ficam aprisionadas” (SAVIANI, 2018, p. 24). Então, uma teoria verdadeiramente crítica propõe-se à

[...] tarefa de superar tanto o poder ilusório (que caracteriza as teorias não críticas) como a impotência (decorrente das teorias crítico- reprodutivistas), colocando nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado. (SAVIANI, 2018, p. 25).

Sendo uma realidade histórica, a escola está, assim, em movimento e em disputa, ainda que dentro de limites impostos por condicionantes político-econômicos e sociais internos e externos.

Deveras, a escola pública nas complexas sociedades capitalistas dependentes do sul global é um espaço social privilegiado de práticas contraditórias e dialéticas que, na construção social cotidiana, é palco de confronto, lutas, alianças, criação e transformação do conhecimento, controle, apropriação, resistência, reelaboração, dentre outros processos travados entre os

diversos sujeitos sociais que a compõem, que trazem sua bagagem cultural de sua origem e a ela retornam (EZPELETA; ROCKWELL, 1989, p. 73). De fato,

[...] as relações entre o movimento social e a escola não acontecem automaticamente, pois nem a escola é produto previsível, reflexo do sistema de dominação, nem é uma entidade alheia ao movimento social, desempenhando em qualquer circunstância sua ‘função específica’, sem ser atingida pela história. A escola é construção social, acumula uma história institucional e uma história social que lhe dão existência cotidiana. Por isso, pode-se falar de mudanças ou situações ‘imprevistas’ com a mesma frequência com que se observa que as mudanças ‘previstas’ não encontram seu lugar na escola.

Depreende-se do exposto a necessidade de analisar determinado fenômeno social segundo sua historicidade, constituído nas mediações oriundas das relações que estabelece ao longo do tempo, em um movimento constante e dialético. Isto é, a pesquisa social requer o estudo da materialidade e historicidade instituídas na constituição do objeto (MARX, 1996), sendo ambas as categorias relevantes para análise e método de investigação da realidade que fundamenta esta pesquisa.

Parte-se, assim, da premissa de que as pessoas não são seres que contêm inerentemente o humano em si, já como uma semente biológica cujo ambiente em que vive seria unicamente o palco de seu natural desenvolvimento, mas sim que as pessoas se humanizam a partir das suas relações sociais e através da concretização dessas em si, com suas inúmeras e complexas mediações e determinações que foram sendo construídas ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2005).

Por outro lado, esses princípios metodológicos são complementados pela noção de totalidade, na qual se integram as dimensões do singular, particular e universal. Nenhum fenômeno ou objeto de pesquisa social pode ser compreendido isoladamente, sendo, na realidade, constituído por uma “teia de relações” (PEREIRA, 2021, p. 21), em que o contexto maior, estruturante, condiciona a constituição dos sujeitos singulares, mediados por uma conjuntura particular, por meio de relações contraditórias e dialéticas, sempre em um movimento contínuo de interações e transformações, ao qual cabe ao pesquisador capturar.

A respeito de pesquisas que possuem a realidade escolar como objeto, aduzem Ezpeleta e Rockwell (1989, p. 19) que “os limites administrativos e institucionais de cada escola tornam-se difusos- ao nível da existência diária- e a realidade escolar se interpenetra na realidade social e política circundante.” Certos processos, como a participação dos pais ou as dinâmicas em sala de aula não se explicam com alheamento à organização social local ou à cultura subjacente, de

forma que “daí é que se compreende que o conteúdo histórico presente em seu contexto é também constitutivo da escola” (EZPELETA; ROCKWELL, 1989, p. 19).

A partir desses pressupostos, prosseguimos com a escolha dos procedimentos destinados à apreensão da realidade pesquisada, com vistas à posterior explicação. Era necessário compreender três principais aspectos do movimento do objeto e articulá-los entre si. Ou seja, se a coleta dos dados objetivou investigar a relação entre as mobilizações ocorridas na Escola do Camarão, especificamente o movimento DBC e o 2º Mini Fórum de Educação Ambiental de 2018 e a efetivação da gestão democrática na referida unidade escolar, bem como as condicionantes que a limitam ou impedem, tornou-se preciso:

- a) analisar as mobilizações ocorridas, destrinchando as ações, sujeitos participantes, conteúdo e repercussões;
- b) investigar o funcionamento dos mecanismos de participação na escola e suas relações de poder;
- c) perscrutar os condicionantes políticos, econômicos e sociais que interferem na atividade escolar.

A respeito da pesquisa social, Netto (2009, p. 10) pondera que:

[...] neste processo, os instrumentos – ou, se se quiser, técnicas – de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc. Esses instrumentos são meios de que se vale o pesquisador para ‘apoderar-se da matéria’.

A maioria das atividades promovidas pelo Diálogos que Brotam do Chão e durante o 2º Mini Fórum de Educação Ambiental foram inteiramente gravadas e transmitidas, o que facilitou nosso trabalho. O Coletivo mantinha também uma página na rede social do Facebook, plataforma na qual se registravam não somente as ações, mas também suscitavam-se os debates, expressavam-se as ideias e interagiam-se com todo o público que acompanhava o movimento, por meio das publicações. Deste modo, a coleta de dados, nesse ponto, privilegiou as fontes audiovisuais, complementadas pelos registros diversos (convites, materiais produzidos etc.).

Importante fonte de dados foi o grupo focal, procedimento de natureza oral, semelhante a uma entrevista coletiva, que dela se difere por integrar uma reflexão e discussão conjuntas e difusas, a partir de determinadas questões principais levantadas pelo mediador, ao invés do procedimento dual instalado na mera entrevista (GONDIM, 2003).

Participaram do grupo focal três docentes que lecionam na Escola do Camarão desde 2016, duas delas que tiveram participação fundamental nas mobilizações pesquisadas e outra

que, além de também ter integrado os movimentos, faz parte atualmente da gestão da escola, complementando o relato dos fatos com uma perspectiva ampliada. Ou seja, a razão para a escolha das docentes privilegiou o conhecimento e participação nos fatos pesquisados. Ademais, as três professoras são bastante atuantes na escola de maneira geral.

Todas elas são professoras na Escola do Camarão e têm entre 35 e 45 anos de idade. Além disso, possuem em comum o fato de que ingressaram nos quadros da Prefeitura de Ilhabela, com vínculo efetivo, por meio da admissão mediante concurso público, através do concurso realizado em 2014 (ILHABELA, 2015b).

Adotamos, em comum acordo, três codinomes. “Professora A” e “Professora Dona” são as duas docentes que protagonizaram o Diálogos que Brotam do Chão e lecionam na Escola do Camarão. Professora Dona, no caso, desde 2015 quando ingressou nos quadros da Prefeitura e se mudou para Ilhabela/SP. Professora A também esteve à frente do 2º Mini Fórum de Educação Ambiental de 2018 e leciona na Escola do Camarão desde 2016. Mora em Ilhabela/SP desde 2013, mas mantinha vínculos temporários com a Prefeitura, contratada pelos processos seletivos anuais que a Secretaria Municipal de Educação realiza para contratação precária de professores. Já a “Professora C” leciona na Escola do Camarão desde 2016 e ocupou cargo de gestão, na referida unidade escolar, nos últimos anos.

Durante a realização do grupo focal, as participantes mencionaram a existência de um mapeamento social realizado junto à comunidade local, cujo objetivo foi reunir características e informações sobre as famílias, que permitissem um diagnóstico das demandas e pudessem subsidiar o trabalho da escola. Esse material foi integrado à pesquisa, dada a natureza de ação junto à comunidade visando aproximá-la, de modo a tornar a escola integrada ao meio social que atende.

Além dos documentos do mapeamento, foi-nos disponibilizado material relativo ao recente processo, em curso, de reformulação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Guia da Escola, que contém as informações sobre a unidade escolar. Ambos refletem processos de interação com a comunidade e transformativos da educação praticada na escola, revelando-se úteis ao escopo da pesquisa.

Para averiguar o funcionamento das instituições de participação na escola, acessamos as atas do Conselho de Escola produzidas desde 2018 até 2021. As leis e demais normas que definem a gestão nas unidades escolares também foram consultadas. Do mesmo modo, no que concerne à atuação do Conselho Municipal de Educação, órgão de discussão, deliberação e fiscalização de políticas públicas, essencial no setor, tivemos acesso às atas das reuniões realizadas entre 2017 e 2021. A análise da documentação foi complementada com dados

colhidos também durante o grupo focal que se relacionavam com o aspecto da participação institucional, por meio de relatos de como se dão, na prática, as relações entre os diferentes sujeitos no cotidiano e processos da escola e como funcionam as instituições pesquisadas para além daqueles documentos oficiais de que dispúnhamos.

A investigação das condicionantes políticas, econômicas e sociais teve o apoio de fontes documentais oficiais e registros diversos, bem como fontes bibliográficas que permitiram a adequada contextualização acerca dos fatores históricos locais, sempre articulados aos elementos colhidos no grupo focal.

Reunido o material, foram elaboradas as categorias de explicação do objeto, que expressam os resultados da pesquisa, dedicando-se a isso capítulos específicos, através do esforço intelectual de cotejo, associação, confrontação, articulação e análise, organizando-se os dados em núcleos temáticos que dão suporte a linhas de argumentação, orientados pelas categorias metodológicas abordadas acima e com o apoio dos referenciais teóricos. Conforme Gondim (2003, p. 11):

A referência feita não é em relação ao diretamente observado da fala das pessoas (texto), isto os recursos tecnológicos (vídeo e gravador) permitem reproduzir acriticamente, mas sim ao salto interpretativo que permite inferir razões e motivos que possam dar sentido ao que a pessoa diz e este é construído socialmente, na relação dialética da pessoa com a cultura. A compreensão deste contexto é fundamental para encontrar o significado dado à ação ou à fala emergente em um grupo.

A forte presença de determinantes oriundos das relações políticas e formação histórico-social local nos fez buscar o apoio de referenciais teóricos específicos sobre o poder local e formação social brasileira, explorando-se o tema desde as raízes históricas expressas pela estrutura patrimonialista colonial até o sistema coronelista advindo da República Velha, base do sistema eleitoral brasileiro, cujo manejo dos currais eleitorais, com as dinâmicas de trocas entre as esferas federativas, opera até hoje. O Brasil, não custa reforçar, é um empreendimento iniciado pelo arranjo entre poder estatal (coroa portuguesa) e privado (homens a ela ligados) que, dizimando a população originária e espoliando suas terras, explorou-as em grandes latifúndios depredando a natureza e utilizando mão de obra escravizada (SCHWARCZ, 2019; LEAL, 2012).

Ainda assim, a fim de contextualizar teoricamente o tema pesquisado em bases mais amplas de abstração, fez-se necessário incursionar no estudo da democracia e da educação, ao que dedicamos um capítulo teórico. Desde o período clássico greco-romano, a democracia é

identificada como algo popular, pressupondo a possibilidade de tomar lugar em discussões coletivas, acessar cargos, eleger representantes e fiscalizá-los (ARISTÓTELES, 2011).

Até meados do século XX, consolidou-se, sobretudo entre teóricos norte-americanos, a definição da democracia como a forma de operar o sistema político através da eleição de representantes, por meio da livre competição por votos. Após o surgimento das teorias socialistas que diminuem a relevância da modelagem institucional caso esteja inserida em um sistema capitalista, no qual há dominação de classe e, assim, uma impossibilidade de real democracia, que seria meramente retórica (LÊNIN, 2019), passa a haver também no mundo capitalista teorias que criticam a concepção clássica burguesa da limitação do sistema democrático à representação, atrelando-o também à participação direta e efetiva dos diferentes grupos sociais para além do sistema representativo, de forma perene e difusa dentre as várias instituições sociais, preocupando-se igualmente com as relações econômicas, culturais e simbólicas no bojo das sociedades complexas, privilegiando o conteúdo sobre a forma (SANTOS, 2005; PATEMAN, 1992).

Saviani (2018, p. 59) concebe a educação como “uma atividade mediadora no seio da prática social global”. Através dela são passados os conhecimentos, habilidades e valores relevantes para integrar a pessoa ao gênero humano, buscando torná-la, ao mesmo tempo e indissociavelmente, apta a sobreviver e a imergir na cultura, edificando-se a consciência.

O quadro teórico foi complementado pela análise dos movimentos político e educacional atuais, caracterizados pela ascensão do autoritarismo em escala global e seus efeitos sobre a democracia e política educacional brasileira, notadamente a crise da Constituição de 1988 e avanço da extrema direita no campo político e seus reflexos sobre a educação, gerando o incremento da pressão por políticas neoliberais e mesmo autoritárias e persecutórias, como o ESP.

Paro (2016, p. 49) afirma que “se o processo pedagógico é efetivamente exitoso, trata-se de uma relação democrática, já que é uma relação entre sujeitos que se afirmam como tais”. Se a finalidade da educação é a formação de um sujeito que se apropria da cultura, o diálogo se torna um pressuposto. Se a consciência e a cultura não são algo dado, mas apreendidas por meio de mediações nas relações sociais, o ambiente escolar democrático é fundamental não apenas para a qualidade do trabalho pedagógico, mas também para a formação de personalidades democráticas, o que se acentua em um momento histórico em que parte da população vai às ruas clamar por golpe de Estado e invade as sedes dos três poderes, violentamente e mediante atos terroristas (como se viu em 8 de janeiro de 2023), financiados e orientados por uma rede organizada. Afinal,

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós, que é o de assumir esse país democraticamente (FREIRE, Apud BRASIL, 2006, p. 7).

No âmbito da política pública, refletindo conquista de luta histórica pela educação pública, a Constituição da República, no artigo 206, inciso VI, dispõe que o ensino no Brasil será ministrado com base no princípio da gestão democrática do ensino público, na forma da lei. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no artigo 14, elabora mais o preceito constitucional, estabelecendo que

[...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

A meta 19 do Plano Nacional de Educação da década 2014-2024 consiste em garantir as condições, no prazo estipulado de dois anos, para a “efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto” (BRASIL, 2014).

Ezpeleta e Rockwell (1989, p. 11) consideram que “a escola não é seguramente a mesma em todo o mundo capitalista, nem sequer nos países da América Latina”, o que requer que se abandone a pretensão de esquemas explicativos unificados para explicar sua realidade, já que “apesar desta institucionalidade estatal, é impossível encontrar duas escolas iguais” (EZPELETA; ROCKWELL, 1989, p. 58). Sem embargo, sobre isso, pondera Paro (2015, p. 52), que tal aspecto não elimina a possibilidade de “fazer inferências e elaborar conclusões que tenham validade para o sistema como um todo, já que, no próprio caso em questão, não se deixa de examinar os determinantes estruturais que agem não apenas para aquele caso mas para o todo do qual ele faz parte.”

Sendo assim, dedicando-se a explorar as contradições e os condicionantes políticos, sociais e institucionais internos e externos que interferem na implementação da gestão democrática na escola pesquisada, espera-se que a presente pesquisa possa oferecer constatações, explicações e caminhos para a efetivação de uma escola democrática não apenas na Escola do Camarão, mas para outras que sofram os influxos dos mesmos determinantes.

Com esse intuito, a exposição da análise e dos resultados da pesquisa se organiza em seis capítulos.

O capítulo “Democracia e Educação em Perspectiva” se dedica a situar o objeto pesquisado em sua universalidade/generalidade, delineando-se o todo no qual é inserido, através da exploração teórica, em dimensões mais amplas, dos principais assuntos correlacionados, os quais constituem os determinantes estruturais da manifestação do fenômeno dos movimentos por implementação da gestão democrática na Escola do Camarão.

Deste modo, abordamos os conceitos gerais relativos à democracia e diferentes concepções a respeito dela. Por outro lado, expomos a formação histórico-social das relações de poder no Brasil, base material de nossa democracia, até a crise atual do pacto liberal-social da Constituição de 1988 e a ascensão do autoritarismo de extrema direita no país, indissociáveis da análise concreta da democracia e contexto da pesquisa, cujos fatos vão de 2017 a 2022. O capítulo se dedicou, ainda, ao estudo da educação e suas relações com a prática social geral, tratando também dos reflexos do neoliberalismo na política educacional brasileira, cuja caricatura é o Escola Sem Partido.

O capítulo seguinte, de nº 3- “A Luta pela democracia na escola: o caso da Escola do Camarão em Ilhabela/SP”- cuida de apresentar o contexto particular em que se desenvolvem os fatos pesquisados, trazendo-se o histórico de Ilhabela/SP e de suas ações de luta e organização social. Avançando já para a singularidade do fenômeno, discorre sobre a unidade escolar pesquisada, a Escola do Camarão, e as mobilizações nela ocorridas entre 2017 e 2018- o movimento Diálogos que Brotam do Chão e o 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, retratando-os a partir da apresentação de alguns dados.

No capítulo 4, “A Realidade concreta em análise: ações na pesquisa de campo e fundamentos metodológicos para sua compreensão”, elucidamos os procedimentos metodológicos utilizados para colher os dados e captar a realidade dos movimentos ocorridos na unidade escolar, a sua gestão democrática e condicionantes correlacionados, através da exposição e aprofundamento de todas as fontes utilizadas, especialmente a respeito do grupo focal, que foi a ferramenta oral com os sujeitos participantes dos fatos.

Do mesmo modo, abordar-se-ão as bases metodológicas que fundamentam a análise dos dados coletados e conclusões da pesquisa, no sentido de responder aos questionamentos oriundos do objetivo perseguido, explicando-se os conceitos e referenciais que embasam a constituição das categorias de explicação da pesquisa.

Assim, proceder-se-á ao exame dos elementos essenciais que estruturam a presente atividade enquanto pesquisa científica, de modo a validar o quanto possível suas conclusões e oferecê-las com alguma segurança à comunidade.

Os capítulos posteriores concentram-se na análise dos dados.

Nesse sentido, o capítulo “Os elementos de análise do movimento do real: Condicionantes e Situação institucional” se ocupa da situação da gestão democrática na Escola do Camarão, no colegiado de política educacional municipal e dos condicionantes políticos e sociais, internos e externos, que estabelecem os limites e incoerências na efetivação de processos democráticos. Assim, verificam-se as relações de poder na escola e em que medida e dinâmica traduzem o quadro da sociedade local.

Ou seja, vemos como as relações de poder locais se refletem na escola, o que nos parece importante para ir além dos já conhecidos problemas estruturais, advindos da desigualdade, pobreza e ruins condições de trabalho que assolam todo o país.

Finalmente, o capítulo 6, “Contradições e possibilidades de transformação: A práxis da construção democrática na Escola do Camarão” se debruça sobre as contradições no movimento de implementação da gestão democrática, concentrando-se nas potencialidades que advêm de toda mobilização e luta acumulada nas ações junto à comunidade, perscrutando-se as repercussões dos movimentos sobre o cotidiano da escola e suas relações de poder. É notável como, apesar das adversidades, se logrou construir processos de diálogo e inovação no ensino, integrado a uma identidade e às necessidades locais. Assim, trata-se de compreender como se dá tal processo e suas relações com os movimentos de 2017 e 2018.

Em conclusão, sem pretensão alguma de ter esgotado tema tão complexo e amplo, teceremos as considerações finais, buscando sintetizar os resultados da pesquisa, caminhos e perspectivas para a matéria pesquisada, a partir da concepção de que, mais do que finalizar um processo, o termo de uma pesquisa é uma abertura de outras portas para novos processos, ou seja, uma pesquisa bem sucedida, acreditamos, deve ser um fruto, repleto de sementes em seu interior.

## 2 DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO EM PERSPECTIVA

*“How many rivers do we have to cross  
Before we can talk to the boss?  
All that we got, it seems we have lost  
We must have really paid the cost.”*

*Trecho da música “Burnin and Lootin”, de Bob Marley.*

O capítulo que se segue constitui a parte geral da base teórica da pesquisa que, ao mesmo tempo que serve de guia para o pesquisador na escolha dos dados e no percurso de sua coleta, são as referências para sua posterior análise e interpretação, qualificando os resultados.

Optou-se por abordar, neste capítulo, os assuntos mais gerais que dialogam com o objeto pesquisado, sem esgotar, contudo, outras referências teóricas específicas e apropriadas no momento da análise e interpretação dos dados.

Nesse sentido, considerando o objeto da pesquisa, que analisa o movimento da implementação da gestão democrática da educação na escola pública E.M. Paulo Renato e suas contradições, o tema geral mais básico de reflexão que se identifica é a democracia. Deste modo, o tema foi explorado a partir de suas concepções básicas e significados que permitam sua compreensão, procedendo-se, na sequência, à sua análise histórico-crítica e formas de manifestação, discorrendo-se sobre a democracia clássica liberal e a participativa, destacando-se esta última devido à ligação direta com o tema geral da pesquisa, o qual representa a busca pela participação direta da comunidade escolar na sua condução.

Em seguida, a fim de direcionar a reflexão para o tempo-espaço em que se situa a investigação, procurou-se abordar o contexto atualmente vivenciado na política e sociedade brasileiras, que circundam o exercício da vida democrática e definem seu espectro, destacando-se a crise da Constituição de 1988 e emergência da onda autoritária e de extrema direita no país. Vive-se hoje um movimento autoritário e conservador em escala global, impulsionado pela crise do capital de 2008, que gera um recrudescimento das possibilidades democráticas e condições de vida da classe trabalhadora. Torna-se fundamental que a isso se dê o devido peso, pois trata-se de determinante externo com alta capilaridade, repercutindo na existência de um contexto desfavorável aos movimentos que reivindicam participação, assim como o aqui pesquisado.

Por outro lado, sendo a escola o *locus* da investigação e o movimento pesquisado possuidor de um caráter político, à medida que toma ação por um tipo de educação (de qualidade e democrática) que se deseja concretizar, trazendo ao debate a função social da escola, foi preciso buscar referências e aprofundamento teórico nas relações entre educação e política, bem assim sobre a participação no âmbito escolar. Assim como ocorre com a democracia, a política educacional também enfrenta desafios delicados nos dias atuais, seja em virtude do influxo das pressões neoliberais e de conformação aos interesses do mercado, seja pela limitação de suas possibilidades emancipatórias e críticas, culminando no fenômeno do Escola Sem Partido, indo de encontro aos anseios democráticos vislumbrados nos fatos pesquisados, o qual também foi analisado com vistas a subsidiar o entendimento do contexto.

## **2.1. Democracia: Conceitos Básicos, Crítica, Democracia Liberal e Participativa**

O ideário da democracia tem permeado anseios e reivindicações em diversas partes do mundo, invariavelmente, sendo defendida enquanto ferramenta essencial para alcançar melhoria nas condições de vida e qualidade na condução da vida política de dada sociedade.

Nesse pensar, acredita-se na democracia não propriamente como um fim em si mesmo, uma vez que gozar da faculdade, por exemplo, de votar e ser votado, por si só, não mata a fome, tampouco faz cessar determinada violência, todavia seria um meio para o alcance de conquistas sociais e enfrentamento à opressão, por intermédio de instituições e políticas públicas direcionadas pela vontade popular.

De igual maneira, a falta ou diminuição do espectro democrático também são vistos com alarde no seio das lutas sociais e entre os teóricos, a exemplo do que sói acontecer atualmente, em que se vivencia contexto de ataques e diminuição de seu espectro.

Assim, a pesquisa social empreende significativos esforços de construção teórica e prescrição normativa dos institutos, princípios e valores do modelo democrático.

Aristóteles, um dos principais pensadores, responsável por estabelecer e sistematizar muitas das noções que até hoje perduram, identifica a democracia com a ideia geral de algo popular. Esse tipo de Estado ou governo seria, assim, o corpo institucional das multidões, em que “é o povo que é soberano” (ARISTÓTELES, 2011, p. 102).

A concepção fundamental expressa-se na igualdade entre os cidadãos, os quais deveriam estar aptos tanto a mandar, como a obedecer. Efetivamente, “nos termos da lei que regula essa

democracia, a igualdade significa que os ricos e pobres não têm privilégios políticos, que tanto uns como outros não são soberanos de um modo exclusivo, e sim que todos o são exatamente na mesma proporção” (ARISTÓTELES, 2011, p. 211). O objetivo era o de edificar uma coletividade que se conduziria segundo padrões de justiça- que seria “uma virtude social, que forçosamente arrasta consigo todas as outras” (ARISTÓTELES, 2011, p. 118) - e prudência, visando a felicidade geral.

Ao advogar em prol de tal governo da vontade popular, considerava-se não apenas o ponto de vista ético, mas também o da efetividade. No mais básico resumo, pode-se dizer que várias cabeças pensariam melhor que uma, a multidão melhor defenderia a cidade do que alguns e, muitos, somados, reuniram mais riqueza e produtividade do que poucos.

Apesar de discorrer sobre variações de arranjos possíveis do regime democrático, baseados nas diversas cidades-estados da Grécia, a noção primária da igualdade política englobava a possibilidade de ser eleito para mandatos nas magistraturas (espécies de unidades administrativas), de eleger os magistrados, assim como de tomar parte nas assembleias deliberativas e fiscalizar as contas do Estado, além da prerrogativa de ascender a cargos públicos.

Sem embargo, essa sofisticada engenharia política, que proclamava nobres valores, partia do pressuposto, em seu âmago, da desigualdade intrínseca entre as pessoas, categorizadas em classes. Se todos os cidadãos eram iguais, nem todos eram cidadãos:

Há na espécie humana indivíduos tão inferiores a outros como o corpo o é em relação à alma, ou a fera ao homem; são os homens nos quais o emprego da força física é o melhor que deles se obtém. [...] tais indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão; porque, para eles, nada é mais fácil que obedecer. Tal é o escravo por instinto: pode pertencer a outrem [...] não possui a plenitude da razão. Os outros animais dela desprovidos seguem as impressões exteriores. A utilidade dos escravos é mais ou menos a mesma dos animais domésticos: ajudam-nos com sua força física em nossas necessidades quotidianas. (ARISTÓTELES, 2011, p. 26-7).

A concepção alcançava também a dominação entre sexos, isto é, do homem sobre a mulher, de modo que argumentava-se que “os animais são machos e fêmeas. O macho é mais perfeito e governa; a fêmea é o menos, e obedece. A mesma lei se aplica naturalmente a todos os homens.” (ARISTÓTELES, 2011, p. 26).

Portanto, vê-se a célula social da civilização ocidental tradicional: união entre homem, mulher e escravo para formação da família, sob jugo do primeiro; um grupo de famílias formava pequenos burgos e estes, por sua vez, as cidades, sendo as classes consideradas naturais na sociedade.

Com olhar sob esse viés, Saes (1987, p. 36) caracteriza a democracia clássica ateniense a partir de uma perspectiva crítica, dizendo ser marcada pela “interdição, consagrada juridicamente (lei ou costume) do acesso de membros da classe explorada fundamental aos cargos de Estado”, referindo-se aos escravizados daquela época. Tal acesso traria riscos de duas ordens principais à manutenção da exploração, pois ele

[...] não só os incitaria a reivindicar o reconhecimento da autonomia de sua vontade noutras esferas (como a esfera da produção), como possibilitaria o acesso de uma ou outra dessas classes a recursos materiais (armas, dinheiro, prédio), que seriam de grande valia na luta contra a coação ao trabalho. (SAES, 1987, p. 37).

A crítica à base teórica democrática afirma que a emancipação, se alcançada no âmbito estritamente político, é apenas parcial, isto é, não suprime a essência da opressão nas relações sociais, que opera mecanismos de dominação em outras instâncias. Assim, emancipação civil não seria sinônimo de emancipação humana.

Duarte (2010), discorrendo sobre a cidadania, alega que uma real emancipação só é possível mediante a supressão das relações econômicas capitalistas, fundadas no valor de troca e mercantilização da vida como mediação universal e na reprodução a qualquer custo do capital, instituindo a alienação e exploração das pessoas, sua divisão em classes desiguais, bem como a destruição do planeta em prol da reprodução e expansão- necessárias- do capital. Os instrumentos estatais e democráticos, que são importantes e frutos de luta social histórica, apenas colocariam alguns limites éticos à reprodução do capital, que, cedo ou tarde, os supera, empregando meios legais ou não.

Nessa linha de raciocínio, Lênin (2019, p. 35) coloca a questão em termos bem diretos, indagando: “não ouviram todos que se ocupam da política que a política se avalia não pela declaração, mas pelo conteúdo de classe real? Para qual classe você trabalha?”, defendendo a ditadura da classe operária como caminho para implementação do socialismo, que levaria à abolição das classes sociais e, conseqüentemente, à plena emancipação humana, isto é, naquele momento e diante das circunstâncias que se apresentavam, uma ditadura seria o modo para se alcançar a igualdade e liberdade pregadas pela democracia.

Parte-se do princípio, que deveria se sobrepor aos demais e orientá-los, de que “a liberdade, quando é oposta à emancipação do trabalho do jugo do capital, é um engano.” (LÊNIN, 2019, p. 37). E, portanto, não deveríamos nos enganar “com tais lemas maravilhosamente sonoros, como liberdade, igualdade e vontade da maioria” (LÊNIN, 2019, p. 37).

Essa visão poderia ser confrontada com a assertiva de que, através dos meios democráticos, a vontade da população, seja qual fosse, incluindo a de abolir as relações de trabalho capitalistas, poderia ser alcançada e implementada, sem custar a perda da estabilidade das relações sociais, das instituições e o derramamento de sangue.

No entanto, para o autor, isso não passaria de uma ilusão, já que as classes dominantes não aceitariam pacificamente o fim do poder que exercem, simplesmente entregando, em respeito ao sufrágio, os meios de produção e mecanismos de força de que dispunham. As guerras já travadas na história seriam suficientes para demonstrar que não se supera uma situação de profunda opressão pelo mero convencimento.

Pelo contrário, esse estado de coisas é mantido tanto através da força como da ideologia, de modo que “a classe dos exploradores não se renderá e tratará de encobrir com todas palavras bonitas sua dominação.” (LÊNIN, 2019, p. 41). A democracia estaria, então, incluída nessas palavras bonitas, utilizadas para enganar e dominar.

Como pode se observar da conceituação e problematização brevemente esboçadas, as dificuldades aumentam à medida que são feitos questionamentos sobre o significado e o alcance da democracia e como se opera de maneira democrática.

Tendo em vista que a participação na unidade escolar representa a participação direta da população na concretização da política pública na seara educacional, debateremos alguns pressupostos sobre a teoria participativa da democracia, que, ao lado de referenciais da seara pedagógica, dialogam com a presente pesquisa.

Nesse sentido, as teorias da democracia hegemônica, que se estabeleceu no século XX na Europa e nos Estados Unidos, exportadas largamente pelo mundo, compreendem a democracia enquanto um arranjo institucional por meio do qual se opera o sistema político e se tomam decisões dessa natureza, alicerçado no sufrágio para escolha de líderes políticos (PATEMAN, 1992). Schumpeter (1943, apud PATEMAN, 1992, p. 12) é quem formula a base das teorias prevaletentes, defendendo que “democracia é um método político, ou seja, trata-se de um determinado tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas-legislativas e administrativas”. Os valores democráticos seriam assegurados através da competição livre pelos votos do povo.

A referida corrente de pensamento concentra-se na estabilidade do sistema e nos pré-requisitos para assegurá-la e a participação é tida como não relevante, ou de papel limitado, chegando a ser indesejada, uma ameaça, a partir da visão de que as pessoas, sobretudo de classes populares, teriam comportamento antidemocrático e pouco conhecimento, instrução ou interesse nos assuntos públicos, invocando-se, inclusive, as experiências totalitárias da Europa

do século XX para advogar o risco de abalo da estabilidade do sistema que o aumento desenfreado da participação poderia trazer (PATEMAN, 1992).

A participação, portanto, deveria se limitar ao controle sobre os governantes e, mesmo assim, apenas através do voto periódico e possibilidade de influência nas decisões por meio das instituições e associações que exercem pressão sobre a classe política. Porém, defende-se sempre a formação e manutenção de uma elite política representativa, de modo que só haveria duas opções para se constituir o sistema político: o totalitarismo ou a democracia representativa liberal.

Entretanto, estruturas ancoradas na representação tendem à centralização do poder e burocratização excessiva da máquina do Estado, que se mostra incapaz de lidar com a criatividade e diversidade social, sendo desprovida de capilaridade apta a alcançar as informações necessárias para cada setor da vida pública, tendendo à soluções homogeneizantes (SANTOS, 2005).

Assim, é possível afirmar que, muitas das vezes, estruturas centralizadoras, não participativas, também são ineficientes e incapazes tecnicamente. Segundo Santos (2005, p. 48)

O conhecimento detido pelos atores sociais passa, assim, a ser um elemento central não apropriável pelas burocracias para a solução dos problemas de gestão. Ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais claro que as burocracias centralizadas não têm condição de agregar ou lidar com o conjunto de informações necessárias para a execução de políticas complexas nas áreas social, ambiental ou cultural.

Paradoxalmente, a democracia, apesar de ter assumido papel central nas discussões políticas do século XX e se espalhado pelo mundo, também perdeu bastante do seu sentido e conteúdo, transformando-se muitas vezes em mero slogan- usado até mesmo para justificar guerras, em virtude do funcionamento concreto das relações de poder, da distância em relação às pessoas e sufocamento da participação. Mesmo na própria Europa central, berço do modelo hegemônico exportado ao globo, o que se observa no fim do século XX é tanto o acentuado abstencionismo, quanto a sensação de falta de representatividade (SANTOS, 2005).

Deveras, o modelo que se tornou hegemônico, a democracia-liberal, limitada na representação e regras eleitorais para o sufrágio, na ideia da contraposição entre mobilização e institucionalização, além da competição partidária plural entre uma elite política e papel diminuto da participação popular direta, mostra sinais não somente de desgaste, mas de falência, esvaziada na capacidade de sentido democrático e de governança. Acentuando o caráter antidemocrático da teoria da democracia que se consolidou no século XX, afirma Pateman (1992, p. 9-10):

É um bocado irônico que a ideia de participação tenha se tornado tão popular, particularmente entre os estudantes, pois entre os teóricos da política e sociólogos políticos a teoria da democracia mais aceita (aceita de maneira tão ampla que se poderia chamá-la de doutrina ortodoxa) é aquela na qual o conceito de participação assume um papel menor. Na realidade, não apenas tem um papel menor, como nas teorias da democracia atuais um dado predominante é a ênfase colocada nos perigos inerentes à ampla participação popular em política.

Contudo, a concepção hegemônica não foi a única a projetar o sistema democrático, se fazendo presentes, igualmente, teorias que propuseram alternativas das quais é possível identificar influências em movimentos, ideias e estruturas contemporâneas.

Nesse sentido, Rousseau (1913, apud PATEMAN, 1992, p. 36) associava a possibilidade de efetiva democracia com o nível de igualdade econômica entre as pessoas, advogando que “deveria existir uma situação em que nenhum cidadão fosse rico o bastante para comprar o outro e em que nenhum fosse tão pobre que tivesse que se vender.”. Apesar de não afirmar a impossibilidade de existência de democracia no capitalismo, infere-se que não é possível se falar em democracia em contexto de abissal discrepância econômica entre os cidadãos.

Trazendo para hoje, a validade dessa constatação se manifesta na ocorrência de formas grosseiras de distorção do jogo democrático pelo poder econômico, como a compra de votos, muitas vezes trocados por itens como dentaduras, seja pelo maciço investimento de grupos econômicos em lobby junto aos agentes políticos para que possam atuar de acordo com seus interesses na atividade de produção legislativa e decisória em geral<sup>2</sup>, como também ponderando-se sobre o alto custo de uma eleição e do uso do dinheiro para financiar ferramentas de manipulação da opinião pública, como as máquinas de proliferação de fake news, que comprometem a disputa eleitoral atual.

Outrossim, participar politicamente, direta ou indiretamente, requer tempo e energia, escassos na vida da grande parte das pessoas que, principalmente nas grandes cidades, dedicam-se quase que inteiramente, no cotidiano do trabalho e dos deslocamentos, à sobrevivência própria e do núcleo familiar, tratando-se, inclusive, de condicionante da participação da comunidade na escola, objeto da presente pesquisa (PARO, 2016).

---

<sup>2</sup> Sobre a influência do lobby na política dos Estados Unidos da América: HERTEL-FERNANDEZ, Alexander W. 2016. Whose Bills? Corporate Interests and Conservative Mobilization Across the U.S. States, 1973-2013. Doctoral dissertation, Harvard University, Graduate School of Arts & Sciences.

Outro aspecto relevante da participação é a sua relação com a qualidade do funcionamento das engrenagens políticas e estatais, sobretudo no que se refere à sua função educativa.

Considerando que as pessoas seriam governadas “pela lógica da operação da situação política que eles mesmos criaram” (PATEMAN, 1992, p. 36-7), o engajamento no âmbito local conscientiza sobre o interesse público: a princípio e do modo como era organizada a sociedade (naquela época já no início da Revolução Industrial), as pessoas tenderiam a limitar seus interesses à sua esfera privada. No entanto, ao participarem da política da sua comunidade mais próxima, potencialmente ampliam os horizontes, percebendo que a boa condução do interesse público é fundamental também para a proteção dos próprios assuntos privados. Diretrizes horizontais e dialógicas deveriam estar presentes em outros campos e instituições da vida social, como família e o trabalho.

Sobre a relação da democracia participativa com o sistema representativo, analisando-se as concepções acima exploradas, extrai-se que há uma identificação da participação com o âmbito local e da representação com esferas de maior escala, o que é, de certa forma, intuitivo, pois, localmente, as pessoas tendem a conhecer melhor os assuntos que lhe afetam de modo mais direto, ao passo que, pragmaticamente, possuem mais condições de se articular.

Por outro lado, a própria ideia de representação carrega consigo a noção de escala, como necessidade prática de serem estabelecidas coordenações gerais e mesmo globais, além do trato de assuntos estratégicos de Estado.

No entanto, entendemos que essa relação deve ser de preponderância apenas, uma vez que a participação direta em âmbito nacional é possível e desejável, como em plebiscitos, colegiados nacionais, audiências públicas e mesmo através da pressão e fiscalização direta, com uso de instrumentos de cidadania, ampliadas com as possibilidades tecnológicas atuais. Da mesma forma, a política local não dispensa a representatividade pelo sistema eleitoral partidário, de maneira que devem ambos os sistemas conviverem organicamente.

Finalizando os conceitos gerais sobre democracia brevemente esboçados para as finalidades e considerados os limites deste trabalho, pontua-se que a participação almeja conferir à democracia um sentido mais abrangente na prática social. Considerando as experiências de democracia participativa na parte sul do globo ao longo do século XX, observa-se que o próprio significado da participação se conjuga com reivindicações mais amplas de movimentos sociais, em uma reconfiguração dos espaços públicos e da própria formação da nação. Assim, a aspiração por participação, para além da questão político-institucional em si, é permeada também por uma disputa narrativa, cultural e simbólica, uma vez que a negação desse

lugar dos grupos historicamente excluídos também faz parte do aparato de dominação. Objetiva-se, portanto, uma transformação das relações sociais e entre sociedade e Estado (SANTOS 2005).

## **2.2 A Antidemocrática Formação Social Brasileira: A Crise da Constituição de 1988 e o Contexto Autoritário Atual (2016-2023)**

A base material histórica brasileira exterioriza que a gênese do aparecimento de estruturas estatais de matriz ocidental acontece com a invasão portuguesa a partir do século XVI e o genocídio dos povos originários que habitavam o território brasileiro, o qual dizimou, apenas no primeiro século, boa parte da população indígena, através do assassinato, aprisionamento e doenças trazidas pelos europeus (TELES JÚNIOR, 2018), inaugurando a ocupação estrangeira e promovendo a instalação de estruturas oficiais de formato colonial, mediante importação e adaptação das instituições europeias, para a finalidade de extração de riquezas.

O empreendimento colonial funcionava através da concessão, pelo Império Português, de vastas terras a homens, com o objetivo de gerar excedentes para a apropriação pela metrópole, os quais se tornaram a classe dirigente. O aparato ideológico, que se consubstanciava no discurso da missão de civilizar aqueles classificados como “selvagens, gentis, pagãos, sem almas, canibais, negros da terra, brabos, arredios” (SILVA, 2017, p. 182), tinha como protagonista a Igreja Católica.

A forma de trabalho básica era a escravização da população trazida da África Centro-Ocidental, atividade na qual o Brasil foi prodígio. Segundo Flauzina (2006, p. 43):

Dentro dessa indústria de trabalho compulsório inigualável, que enriqueceu sobremaneira os impérios europeus e as elites dirigentes desse investimento, o Brasil ocupa papel de destaque. [...]. No total, durante os três séculos de colonização, as estimativas apontam para um montante de 2,2 milhões de pessoas, chegando aos 3,3 milhões em 1850, com a extinção oficial do tráfico de africanos escravizados.

Tais elementos ensejam a compreensão dos alicerces duradouros em que se fundam as relações sociais brasileiras: anulação e extermínio dos povos originários; escravização de pessoas africanas; latifúndio monocultor; instituição religiosa como ferramenta de dominação

ideológica; parceria entre homens brancos e estrutura de poder político para extração de riquezas; banalização da violência.

O advento da independência formal do Brasil, resultando no período imperial, e mesmo o surgimento oficial da República Brasileira em 1889, não foram capazes de produzir alterações substanciais nas dinâmicas econômicas e políticas, permanecendo o Brasil “atolado nos problemas fundacionais: escravismo e representação política.” (ALONSO, 2019, p. 163-4).

A não alteração de um papel preponderantemente colonial nas relações de produção, assim como a permanência dos elementos e relações sociais formadoras da sociedade brasileira, a despeito da égide de um regime formal republicano- com reconhecimento do direito ao voto, direitos e liberdades individuais, poderes constituídos e outros elementos que compõem o arcabouço democrático-cidadão- é característica da República Oligárquica, período compreendido entre 1889 e 1930:

Entre as características dos regimes oligárquicos que estiveram presentes na Primeira República podemos destacar: o parentesco e a lealdade pessoal como critérios para o recrutamento político; a estabilidade baseada na contenção de minorias opositoras; o uso de instrumentos extralegais para a manutenção de privilégios e benesses; [...] a presença de expedientes autoritários, usados com o fim de manter o poder concentrado nas mãos dos mesmos grupos. (VISCARDI, 2019, p. 290-1).

O quadro de relações sociais acima retratado dá origem, com as transformações advindas da industrialização e urbanização, a partir das décadas de 20 e 30 do século XX, ao fenômeno do capitalismo dependente.

Combinando formas produtivas arcaicas e modernas, o capitalismo dependente no Brasil é caracterizado pela dualidade estrutural, cuja dinâmica resulta na extrema instabilidade e dependência do capital externo, agravadas com a transformação capitalista neoliberal ocorrida nos anos 1990, que seguiu a cartilha do Consenso de Washington<sup>3</sup>, configuração que leva à superexploração do trabalho e dilapidação de recursos naturais, somadas à articulação de mecanismos extra econômicos, como alianças e interferências políticas, para garantia dos lucros e viabilidade do cálculo capitalista.

Na correspondente dinâmica de classes, forma-se uma plutocracia, avessa à mobilidade social e incapaz de absorver o excedente de mão-de-obra proveniente do êxodo rural gerado

---

<sup>3</sup> Referimo-nos ao receituário propagado pelas instituições financeiras mundiais a partir do Consenso de Washington, encontro realizado na capital norte-americana em 1989, que reuniu economistas liberais de todo o mundo ocidental para formular as diretrizes da economia política neoliberal, das quais destacamos: privatização de empresas estatais, desregulamentação da economia, livre movimentação de capitais, disciplina fiscal, redução do Estado, abertura comercial, dentre outros.

pela industrialização e urbanização não planejadas e do fim da escravidão divorciado de políticas de inclusão da população negra.

Com efeito, as transformações econômicas capitalistas ocorridas no Brasil não foram capazes de lidar com os problemas estruturais para se compor condições mínimas de tecido social com vistas a uma ordem democrática, não despontando classes populares com força política suficiente para barganhar ao menos reformas significativas nas condições de vida, devido, também, à extrema miséria, que tem o efeito de gerar o sucesso da propaganda ideológica da condição burguesa (FERNANDES, 2008). Nesse sentido:

Essa situação não encontra paralelos nas evoluções das nações capitalistas hegemônicas- nem mesmo quando se consideram as ligações da emergência e da expansão do capitalismo monopolista com o aparecimento do ‘Estado intervencionista’ e com o fascismo. Trata-se de uma forma de dominação burguesa e de articulação da dominação burguesa com o uso sistemático do Estado e do poder político estatal que é determinada e só pode ser compreendida através dos requisitos políticos do capitalismo dependente. O padrão de desenvolvimento capitalista dependente é incapaz de superar certas realidades que se reconstituem e revitalizam de modo permanente, como: a forte dominação externa; a apropriação dual ou associada do excedente econômico; a extrema desigualdade na distribuição da riqueza, do prestígio social e do poder; a coexistência do crescimento capitalista interno com o subdesenvolvimento absoluto ou ‘relativo’, forçando constantes rearticulações de setores ‘arcaicos’, ‘modernos’ e ‘ultra modernos’; intensa exclusão institucional das classes destituídas etc. (FERNANDES, 2008, p. 56-7).

Assim, a segregação social e o colonialismo afloram como fortes características do capitalismo dependente que rege as relações sociais no Brasil, resultando em um contexto de enxugamento das possibilidades democráticas e acesso a direitos e riqueza para as classes subalternas e historicamente excluídas, o que sói agravar em períodos de crise econômica, durante os quais, acentuando-se os riscos de perda e diante da redução do excedente a ser repartido, a burguesia tende a reafirmar a dinâmica bruta de classes, tornando-se intolerante aos ganhos sociais, sempre voláteis enquanto não resolvidas as questões estruturais fundamentais.

Retrata esse estado de coisas a trajetória da Constituição de 1988, atualmente alvo de severa crise em seus alicerces (ARAÚJO, 2018).

O texto aprovado pela Constituinte proclama uma ampla gama de direitos e liberdades individuais, sociais e trabalhistas, traça um sistema político democrático e traz disposições com programas progressistas voltados a diversos setores, como indígenas, crianças e adolescentes, proteção à cultura e ao meio ambiente. Aduzem Souza Neto e Sarmiento (2014, p. 172-3) que “o sistema de direitos é o ponto alto da Constituição [...] instituindo normas voltadas à defesa

das mulheres, consumidores, crianças e adolescentes, idosos, indígenas, afrodescendentes, quilombolas, pessoas com deficiência e presidiários”.

Fruto de intenso processo de mobilização, participação e engajamento de diversos grupos sociais que marcaram presença no Congresso, seja em caravanas ou audiências públicas, bem assim influenciada por centenas de emendas populares, que totalizaram mais de doze milhões de assinaturas, o conteúdo consagrado da Constituição, longo e analítico, traz em si uma generosa promessa de sociedade inclusiva e democrática e de um sistema de acesso a políticas sociais (saúde, educação, assistência e seguridade social) e instituições garantidoras de direitos (SOUZA NETO; SARMENTO, 2014).

Isso foi possível porque o Brasil vivenciava um momento de crise econômica e consequente desgaste após décadas de regime autoritário, além da perspectiva, inédita, em contraposição a países centrais, de experimentar algo parecido com um estado de bem estar social, existindo, assim, um contexto favorável ao caráter progressista adotado ao longo do texto. Deste modo, “ao lado do restabelecimento das liberdades e dos poderes democráticos, havia, portanto, uma pauta de distribuição da riqueza que durante o processo constituinte tornou-se incontornável e irrecusável” (ARAÚJO, 2018, p. 306).

Sem embargo, uma vez persistindo as chagas estruturais oriundas das raízes históricas brasileiras e a dinâmica da luta de classes do capitalismo dependente, seus efeitos colaterais podem tardar, mas não falham em pisotear as conquistas sociais, ainda que importantes.

Realmente, vencido o projeto revolucionário latino americano nos idos da Guerra Fria (à exceção de Cuba), rememore-se que o processo Constituinte de 1988, muito longe de insurgente ou mesmo reformista em maior intensidade, foi conduzido através da negociação, chegando-se ao compromisso viável entre as diversas forças políticas e grupos de interesse -a chamada *transição com transação* (SHARE; MAINWARING, 1986), cujo tom inicial foi ditado pelos próprios militares e durante o qual as forças conservadoras se fizeram representar e lograram atingir parte de seus interesses, dentre eles os relativos à contenção de propostas mais ousadas quanto à reforma agrária, direitos trabalhistas e mecanismos de participação política direta, ainda que não gozassem de hegemonia para impedir as reivindicações por completo. É durante a Constituinte que se forma o Centrão e nela José Sarney consegue o almejado mandato presidencial de 5 anos, sob denúncias de compra de votos parlamentares (SOUZA NETO; SARMENTO, 2014).

Pouco depois de promulgada a Carta de 1988, ascende ao governo a plataforma neoliberal, primeiramente com Fernando Collor, que inicia o Programa Nacional de Desestatização, através da Lei nº 8.031, ainda em 1990 (BRASIL, 1990). Após o impeachment

de Collor, se elegeu Fernando Henrique Cardoso, que executou ajustes estruturais relevantes na Constituição, promovendo trinta e cinco emendas constitucionais durante os dois mandatos, dentre elas as que “suprimiram restrições ao capital estrangeiro (EC nº 6/95 e nº 7/95) e flexibilizaram monopólios estatais (EC nº 5/95, nº 8/95 e nº 9/95). Tais medidas foram acompanhadas por um amplo programa de privatizações.” (SOUZA NETO; SARMENTO, 2014, p. 179).

É necessário considerar que a Constituição edifica modelo de pacto social-liberal-democrata em um momento da conjuntura internacional de decadência desse regime, a partir do colapso do bloco soviético e da regressão das sociais-democracias na Europa Central. Assim, embora houvesse fôlego para sustentar esse modelo, originário da vontade hegemônica de superar o longo período autoritário e melhorar o quadro de miséria do país, o Brasil não passaria imune aos ventos internacionais.

Desta feita, a crise da Constituição é a crise do pacto social-liberal alcançado e estabilizado após a sua promulgação. Com uma nova crise global do capital a partir de 2008, um acordo entre as classes se tornou insustentável, devido à falência da conjuntura econômica que o suportava (ARAÚJO, 2018).

Mesmo que se considere o período de melhoria de índices sociais, redução da pobreza e ampliação de direitos, experimentado, sobretudo, nas administrações petistas do início do século XXI, que, ao lado de governos de orientação programática semelhante na América Latina, compuseram o período da “onda progressista” sul-americana entre 1998 e 2016, convém ponderar que o programa político em questão centrou-se em políticas redistributivas, baseadas no consumo e sustentadas financeiramente por receitas estatais oriundas de exportações primárias, que, durante aqueles anos alcançaram patamares extraordinários- o “boom das commodities”- mantendo-se inalteradas a desigualdade, sua articulação com a dependência, a superexploração do trabalho e a devastação ambiental (SANTOS, 2018).

Assim, em que pese relevantes, as mudanças foram superficiais no que tange às relações efetivas de poder e dinâmica de classes, tanto é que não resistiram a um vento mais forte, “em um contexto em que o declínio do boom das commodities agravou a crise capitalista no subcontinente, pressionando por políticas antipopulares mais agressivas.” (SANTOS, 2018, p. 615).

Por conseguinte, “em países de tradição autoritária, a crise é capaz de fazer reviver e de renovar histórias de mais longo curso, de desrespeito às leis, descrença nas instituições e que sinalizam saídas dogmáticas e que se apresentam como as ‘salvadoras da pátria’”. (SCHWARCZ, 2019, p. 232).

Então, a crise global do capital, a timidez política e desgaste da onda progressista sul-americana e das administrações petistas a partir das manifestações de 2013 e exploração midiática de escândalos de corrupção articulada à lawfare<sup>4</sup> deram azo à eclosão de novo capítulo de autoritarismo na história brasileira, representado pelo governo Bolsonaro. Seguindo tendência mundial<sup>5</sup>, esse tipo de autoritarismo imbricado com programas neoliberais radicais não chega a destituir formalmente a ordem democrática, porém distorce e fragiliza o normal funcionamento das instituições, operando, na prática, com características típicas de um regime autoritário, tais como populismo, censura, criação de inimigos etc. Segundo Schwarcz (2019, p. 224):

No entanto, democracia não se resume ao ato da eleição, ela vive do cotidiano que ajuda a instaurar, e este tem enfrentado momentos difíceis. Demonstrações de “namoro” com a nostalgia de uma ditadura presa a um passado mitificado; o caráter messiânico de certos representantes políticos; os ataques aos grupos minoritários, entre eles indígenas, negros e negras, homossexuais, queers ou transexuais; o desrespeito a formas de religião distintas das de matriz cristã-judaica; a ampliação de poderes de classificação do sigilo de documentos históricos; a repressão à liberdade pedagógica a partir da justificativa da doutrinação ideológica; a flexibilização do porte de armas de fogo; a celebração do exílio de adversários políticos, só tem feito soar o despertador do medo, para quem é adepto dos valores democráticos e dos direitos humanos.

Assim, se não resolvidos os traumas essenciais, a tendência é que seus sintomas reapareçam:

O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira. (SCHWARCZ, 2019, p. 236).

Portanto, entende-se que não há como se desgarrar muito das conclusões de Santos (2018, p. 19) a respeito das lições deixadas pela onda progressista sul-americana, ao aduzir que

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada para designar o uso do sistema de justiça enquanto arma de guerra, visando à derrubada de governos, perseguição e exclusão de adversários ou programas políticos, através da distorção de seu funcionamento, subtração de garantias e direitos ligados à atividade persecutória estatal. (KITTRIE, ORDE F., 2016).

<sup>5</sup> Exemplos similares podem ser encontrados: na Turquia sob a presidência de Recep Tayyip Erdogan, na Polônia com Andrzej Duda, na Hungria com Viktor Orban, Donald Trump nos Estados Unidos, Matteo Salvini na Itália, Rodrigo Duterte nas Filipinas e Benjamin Netanyahu em Israel, os quais “sem serem diretamente orquestrados entre si, acabam por dialogar através de seus modelos análogos: uma sorte de populismo autoritário, que vem testando a resiliência das democracias em seus respectivos países”. (SCHWARCZ, 2019, p. 226).

referido período histórico “explicita os estreitos limites para a mudança dentro da ordem na América Latina”, em decorrência do padrão de luta de classes que caracteriza o capitalismo dependente, inexistindo outro caminho que não seja a transformação radical do legado colonial expresso na estrutura fundiária, racismo, desigualdade e dependência- consagrada no papel de exportador primário.

Desta forma, a derrota da extrema direita nas eleições presidenciais de 2022 e eleição de uma frente ampla liderada pelo PT, mais comprometida com valores democráticos, apesar de representar um respiro aliviado para a democracia brasileira e um novo leque de possibilidades, longe de trazer, automaticamente, a solução para os traumas estruturais históricos do país, é apenas um novo capítulo, ainda incógnito, o que fica evidenciado pelos recentes episódios golpistas em Brasília, de 8 de janeiro de 2023.

Não menos importante é constatar o acerto das teorias críticas e participativas da democracia, que denotam o vazio da concepção de democracia calcada apenas no sufrágio, representação e regras de funcionamento das instituições para tomada de decisões- a democracia liberal, sendo necessário, além dos mecanismos participativos na política em si, ampliar as relações democráticas para outros campos das relações sociais, além de questionar as condições necessárias para que uma democracia possa ser efetiva, sobretudo o nível de igualdade econômica entre as pessoas e a dinâmica das relações de produção em termos locais e globais.

Assim, feitas as breves considerações sobre a democracia e seus desdobramentos, uma vez que a presente pesquisa tem por tema a sua objetivação na escola, isto é, como interage com um aspecto da educação, concentraremos as reflexões dos próximos itens nas relações entre política e educação.

### **2.3 Educação e Política**

A espécie humana, interagindo com os elementos da natureza (matéria), a manuseia e a transforma, obtendo o necessário para sobreviver e reproduzir a existência, por meio de processo necessariamente coletivo, independentemente da combinação que a coletividade assume, já que “incapaz de produzir diretamente sua existência material, o homem só pode fazê-lo no relacionamento e na troca de esforços com seus semelhantes” (PARO, 2016, p. 129). Em contrapartida, as pessoas se transformam nessa atividade, que se complexifica à medida

que se repete, suscitando incontáveis relações e dimensões para além- mas não dissociadas- da mera existência física e biológica, ensejando a cultura, o que se entende por especificamente humano. Trata-se, para a visão materialista, da gênese do ser social (TONET, 2006).

Assim, “o homem constrói sua especificidade e se constrói como ser histórico à medida que transcende o mundo natural pelo trabalho” (PARO, 2016, p. 129). Nas relações que estabelece, o ser humano se apropria dessa construção histórica não automaticamente, senão através das relações, ou seja, de maneira mediada. Do mesmo modo, o indivíduo molda, forja e modifica a sua subjetividade, deixando também a sua contribuição própria, em uma relação dialética com o todo.

Partindo dessas premissas, podemos formular, resumidamente, no que consistiria a natureza da educação.

A educação é uma das mediações existentes na formação do ser social, através da qual lhe são passados os conhecimentos, habilidades e valores relevantes para integrar a pessoa ao gênero humano, buscando torná-la, ao mesmo tempo e indissociavelmente, apta a sobreviver e a imergir na cultura, edificando-se a consciência.

Diante de tais pressupostos, emerge a indagação: quais seriam, então, os conhecimentos, habilidades e valores a serem ensinados para a sobrevivência e reprodução da pessoa e da coletividade humana? Segundo Paro (2015, p. 35):

Mas, se, à luz de uma concepção radicalmente democrática de mundo, admite-se que os homens nascem igualmente com o direito universal de acesso à herança cultural produzida historicamente, então a educação — meio de formá-lo como humano-histórico — não pode restringir-se a conhecimentos e informações, mas precisa, em igual medida, abarcar os valores, as técnicas, a ciência, a arte, o esporte, as crenças, o direito, a filosofia, enfim, tudo aquilo que compõe a cultura produzida historicamente e necessária para a formação do ser humano-histórico em seu sentido pleno.

Nesse sentido, de saída, não se pode falar em uma sociedade ou processo histórico abstratos, com características e dinâmica universais e atemporais, mas sim de uma sociedade historicamente datada, concretamente determinada e geograficamente localizada. Isso faz com que a resposta à indagação do parágrafo anterior passe necessariamente por um juízo de valor a respeito da sociedade específica sobre a qual incidirá a educação, bem como com que a objetivação da forma e conteúdo da educação dependam de tomadas de decisões.

Em tais pontos residem as relações do exercício do poder nas relações sociais com a educação produzida na sociedade: *em geral, a correlação de forças dentro da qual a educação está inserida define, através de decisões políticas, o seu conteúdo e as condições objetivas em*

*que ela ocorre (itálico nosso)*. Nessa esteira, Saviani (2011, p. 76) entende que a questão educacional deve ser lida “a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana.”

No que se refere ao conteúdo, Freire (2018, p. 96) afirma ser a educação uma forma de intervenção no mundo “que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”. Imune ou indiferente a essas duas hipóteses a educação nunca foi, nem poderá ser. Segundo o autor, a ideologia dominante nas relações sociais busca atribuir à fome e à desigualdade um caráter de fatalidade, ocultando verdades e imobilizando com o discurso de que o que interessa é o aperfeiçoamento meramente técnico, mas não o engajamento pela construção de uma sociedade mais justa, ou seja, buscando naturalizar as assimetrias por meio do discurso meritocrático.

Um exemplo dessa dinâmica é o modelo de educação profissional em curso desde o início do século XXI. O Banco Mundial tem difundido a orientação pedagógica cujo objetivo é “a adaptação e conformação do trabalhador, no plano psico-físico, intelectual e emocional, às novas bases materiais, tecnológicas e organizacionais da produção”. (FRIGOTTO, 2001, p. 80). No caso do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria se torna a referência, propagando à sociedade os telos a serem, irremediavelmente, alcançados. Ao longo do século XX, as metas variaram entre nação industrializada, país desenvolvido e economia competitiva, sendo esta última a vigente atualmente. Para alcançá-la, prega-se a pedagogia da competitividade, focada no desenvolvimento de competências, a fim de amoldar as pessoas para servirem aos interesses do mercado, com a mensagem implícita da necessidade de mera adaptação frente aos novos desafios postos pela contemporaneidade, suas tecnologias e progressos técnicos, mas sem qualquer reflexão crítica acerca das relações sociais subjacentes (FRIGOTTO, 2001).

Quanto às condições objetivas, Saviani (2018, p. 68) aduz que “a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infraestrutura dos serviços educacionais.” Paro (2015, p. 50) detalha tal tipo de determinação:

A ação da escola e de seus educadores reveste-se assim de uma complexidade ímpar que exige condições de trabalho adequadas tanto aos aspectos políticos quanto aos técnicos. Os primeiros dizem respeito, acima de tudo, à liberdade e à autonomia de professores e demais educadores escolares para planejarem e organizarem suas atividades de acordo com as peculiaridades de seus alunos, do currículo envolvido e da especificidade do trabalho pedagógico. Os aspectos técnicos, por sua vez, têm a ver com todas as condições materiais e institucionais necessárias ao desenvolvimento da ação pedagógica, indo desde recursos didáticos, material escolar, mobiliário, salas e ambientes disponíveis,

passando por remuneração satisfatória e formação permanente adequada, até os espaços e tempos reservados para a troca de experiências com colegas de trabalho e compartilhamento de experiências com a comunidade.

Portanto, a educação sofre as determinações objetivas oriundas das relações de poder, que têm o poder de defini-la em termos quantitativos (acesso do conjunto da população ou exclusão de parcela desta) e qualitativos (infraestrutura, conteúdo e métodos de ensino). Por outro lado, sendo uma das mediações existentes na formação do humano através da apropriação pelo indivíduo singular do patrimônio cultural e material historicamente elaborados, a educação também é capaz de influenciar o quadro social, em uma relação de tensão dialética.

Deste modo, apesar de manterem relação íntima e serem indissociáveis, educação e política são práticas distintas. Quando se afirma que a educação é um ato político, objetiva-se a contraposição à visão de que a educação seria um ato estritamente técnico-pedagógico, autônomo e independente, mas não que sejam sinônimos. A essência da especificidade entre as práticas consistiria no fato de que a educação se dá entre não antagônicos, ao passo que a política se dá entre antagônicos. Na política há maior antagonismo e rivalidade, fazendo-se com que seja partidária, ao passo que a educação se pretende universal. Dito de outro modo, a política apoia-se na verdade do poder e a educação no poder da verdade (SAVIANI, 2018).

Entre política e educação, há uma relação interna: a política contém uma dimensão pedagógica, consistente no processo de articulação e convencimento dos não antagônicos no engajamento da luta política. A educação tem uma dimensão política caracterizada pela potencialização da pessoa em sua atuação, através do conhecimento, munindo-a culturalmente para sua prática na sociedade. Externamente, há uma dependência recíproca: o desenvolvimento da política pode potencializar a educação, por meio de priorização orçamentária ou elaboração de políticas públicas que vão interferir no alcance e qualidade do sistema de ensino (condições objetivas), enquanto a educação possibilita o acesso à informação, propostas políticas e forma quadros para os partidos, influenciando subjetivamente a política.

Discorrendo sobre os objetivos estratégicos da escola pública, Paro (2016, p. 111) afirma que a instituição deveria

[...] selecionar, entre a imensa gama de elementos culturais acumulados historicamente, aqueles que melhor sirvam ao propósito de fornecer aos usuários a formação necessária quer para melhor conduzir-se em sua vida pessoal, na produção de sua existência material e social, quer para captar mais criticamente o real, lutando para superar as injustiças de que são vítimas.

Portanto, a especificidade da educação na prática social é a socialização do conhecimento, servindo como prática mediadora, de transformação mediata e indireta da realidade, isto é, “uma atividade mediadora no seio da prática social global”. (SAVIANI, 2018, p. 59).

Sendo assim, em conclusão, constata-se a relevância do fenômeno educacional enquanto atividade mediadora da prática social, que age na formação de subjetividades, inculcando conteúdos considerados necessários, propiciando a convivência e o estabelecimento de relações e servindo de ferramenta potencialmente emancipatória, através da socialização do conhecimento e apreensão crítica da realidade, ou de alienação, pela propagação da ideologia dominante e naturalização do *status quo*. Em uma relação dialética, a prática política, por sua vez, determina a forma que toma tal atividade, bem como as condições materiais e institucionais do sistema educacional, fundamentais à consecução de sua finalidade, a exemplo da remuneração e formação adequadas para os profissionais da educação, transporte e alimentação escolar, material didático etc.

Sob esse viés, abordar-se-á, no item subsequente, como as forças político-econômicas hoje predominantes vêm tentando moldar a educação de modo a conformá-la às diretrizes da agenda neoliberal.

#### **2.4. Neoliberalismo na Política Educacional e o Movimento Escola Sem Partido**

As forças político-econômicas neoliberais têm buscado implementar reformas educacionais, em todos os níveis de ensino (básico, técnico, superior etc.) que visam ajustar o sistema público educacional à lógica de mercado, de primazia da esfera privada e competitiva, retirando o caráter de público e democrático que devem conduzi-lo.

Em 26 de abril de 2019, na sua rede social Twitter, o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que o MEC estudava descentralizar recursos destinados à sociologia e filosofia, já que a função da educação deveria ser a de ensinar a leitura, fazer contas e viabilizar um ofício que sustente a família (G1, 2019). Cuida-se de declaração simbólica que sintetiza o movimento de forças políticas na educação, ao defender-se abertamente que a população não deve pensar ou questionar, mas apenas obedecer, se adaptando às necessidades do mercado, que, em se tratando das classes trabalhadoras, correspondem a conteúdo simplório e operacional.

Paro (2015, p. 42) define a ideia de público como sendo o “domínio da universalidade de direitos e deveres de cidadãos, responsáveis diante dos demais cidadãos e da sociedade organizada no Estado democrático”. Já o privado consiste no âmbito dos interesses particulares, também importantes e merecedores de proteção do Estado, viabilizando a expressão de ideias, crenças, atos e decisões de indivíduos e grupos, em seus círculos privados. Na qualidade de *indivíduos*, conceito distinto de *pessoa*, somos a síntese dos atributos que os sujeitos sociais têm em comum com os demais, que, no todo, formam a noção de público. Assim, os cidadãos são iguais na qualidade de indivíduos e se distinguem na de pessoas (PARO, 2015, destaque nosso).

O neoliberalismo se vale de estratégia discursiva que visa o enfraquecimento institucional, seguida pela defesa de inserção de agentes externos, geralmente de mercado, para uma possível solução: o caminho padrão dos processos de privatização de estruturas estatais. Diferencia-se do liberalismo clássico porque, ao invés de se preocupar com o chamado cidadão e suas liberdades, o neoliberalismo se interessa mais com o consumidor, em detrimento das liberdades relacionadas à democracia, contestando o papel do Estado. Relaciona-se de maneira dialética com a construção e manutenção de um novo imaginário social. O discurso neoliberal usa como explicação a ineficiência do Estado em administrar, criando mecanismos para interferir preferencialmente de maneira direta nessa administração, seguindo os padrões de mercado, impondo lógica que, ao fim, prioriza o lucro, o capital, e não a educação como forma de liberdade e emancipação. Logo, uma condição que a priori era de direito, reverte-se em propriedade (CARVALHO; RACHID; BERNARDES, 2020).

Segundo Paro (2015, p. 37), duas grandes ameaças rondam hodiernamente o direito à educação: “1) a razão mercantil que orienta as políticas educacionais e 2) o amadorismo dos que 'cuidam' dos assuntos da educação”, sendo ambos fenômenos interligados. A razão mercantil, no âmbito educacional, pode se manifestar direta ou indiretamente. No primeiro caso, manifesta-se com o favorecimento direto a interesses econômicos, como o de sistemas de ensino particulares, compra de “*pacotes*” ou métodos de ensino desenvolvidos por empresas ou, ainda, pela contratação de agentes privados para fornecimento de bens e serviços diversos, incluindo consultorias e convênios, em detrimento do investimento adequado em infraestrutura e condições de trabalho aos profissionais da educação.

Indiretamente, a mercantilização da educação ocorre de maneira mais sutil, tendo lugar na absorção do ideário mercadológico, que se espreita por todo canto por meio da adoção de sua lógica, concepções, formas de resolver problemas e tomar decisões, transferindo-a acriticamente para o terreno educacional, sem se atentar para o conhecimento técnico-científico

em educação, a natureza e especificidade do trabalho pedagógico, que não admitem os mecanismos relacionados “[...] à competição, concorrência e ao supremo mandamento mercantil de levar vantagem em qualquer situação” (PARO, 2015, p. 38). Trata-se de processo mais amplo, característico do neoliberalismo, em que setores diversos da vida social passam a se amoldar à “imagem e semelhança do mercado”. (PARO, 2015, p. 37).

O resultado, além da negação do direito pleno à educação enquanto formação social, cultural e plena da pessoa, privilegiando a sua moldura para o mercado, é que as políticas educacionais ficam na mão de “economistas, políticos, empresários, estatísticos, matemáticos, engenheiros, professores universitários e até profissionais titulados em educação, etc.” (PARO, 2015, p. 39), os quais, sem o conhecimento técnico adequado, adotam os padrões propagados pelo senso comum mercadológico.

Exemplos atuais dessa lógica na política educacional são: a reforma do ensino médio, baixada por Medida Provisória no fim de 2016 (BRASIL, 2016a), após o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, depois convertida na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que retirou a obrigatoriedade de sociologia e filosofia no ensino médio, diluindo as matérias com a instituição de Itinerários Formativos e formação preponderantemente técnica e profissional; o Projeto Inova Educação, do Governo do Estado de São Paulo, lançado em 2019 e idealizado pelo Instituto Ayrton Senna (SILVA, 2021); o projeto Future-se: Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras, apresentado pelo Governo Federal, nitidamente inserido em um propósito de privatização do ensino superior brasileiro (CARVALHO; RACHID; BERNARDES, 2020); o Movimento Todos pela Educação e sua articulação com grupos empresariais como o Itaú- Social, Faça Parte, Ayrton Senna, Roberto Marinho, Gerdau, Victor Civita, Abril, Bunge, DPaschoal, Bradesco, Santander, Vale, PREAL, Lemann, entre outros, atuando estrategicamente, no interesse do capital, no ramo da política educacional brasileira (SILVA, 2021); a atual BNCC- Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2017 e 2018 (REIS, At. all, 2021); o Projeto de Lei nº 3.262/2019 (BRASIL, 2019a), que objetiva autorizar a educação domiciliar.

De acordo com Silva (2021, p. 3):

A presença de grupos da classe dominante atuando na educação é uma realidade que foi consolidada ao longo das últimas décadas, e junto dos grupos há pensamento neoliberal que consolida a inserção de uma sociabilidade burguesa pautada no individualismo, liberdade empreendedora e cidadania altamente conectada com concepção de supremacia do mercado. Desta maneira, a concepção neoliberal, através da ação dos grupos empresariais, é concretizada através dos projetos desempenhados por esses grupos empresariais.

Sem embargo, destacamos uma faceta mais agressiva e vulgar da influência neoliberal na educação formal brasileira, que é o Movimento Escola Sem Partido- ESP.

Criado em 2004, mas alcançando projeção a partir de 2014, com projetos de lei apresentados por Eduardo e Carlos Bolsonaro no Estado e Município do Rio de Janeiro (ALGEBAILLE, 2017), respectivamente, o movimento, articulado através de um site<sup>6</sup> e, intelectualmente, pelo Procurador aposentado do Estado de São Paulo, Miguel Najib, que, posteriormente, se retirou (conforme informação obtida no site do ESP), tem o objetivo declarado de, com base na acusação da existência de doutrinação político ideológica dirigida aos alunos, por parte de professores, proibir a discussão sobre determinados temas políticos nas escolas. Segundo o idealizador, seria “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ALGEBAILLE, 2017, p. 64).

Sob essas premissas, uma rede, de atuação diversificada (Congresso Nacional, governos, redes sociais, intelectuais etc.), que se afirma neutra, mas é impulsionada por setores que atuam na política institucional, como o Movimento Brasil Livre (MBL), deputada federal Beatriz Kicis (PL), integrante do Foro de Brasília (organização conservadora) e políticos da família Bolsonaro, com participação, inclusive, na pressão pela aprovação da Base Nacional Comum Curricular (SEVERO; GONÇALVES; ESTRADA, 2019), passou a estimular a vigília, denunciamento, gravação e divulgação de vídeos por alunos contra professores, promover propaganda midiática e atuação política, com apresentação de projetos de lei, até 2017, em 15 estados da federação e 66 municípios, dentre 22 estados, de todas as regiões do Brasil (COELHO, 2021).

Os alvos preferidos são as discussões “[...] que problematizem as concepções políticas, socioculturais e econômicas hegemônicas, especialmente as relativas às questões de gênero, orientação sexual e modelos familiares, bem como de perspectivas críticas ao capitalismo e à educação conservadora” (ALGEBAILLE, 2017, p. 67).

Assim, prega-se um discurso de ódio baseado na patrulha, hostilidade e desconfiança em relação ao professor, instalando um clima de medo e censura. Note-se que é fundamental compreender que estratégias deste tipo não necessariamente dependem da aprovação e vigência das leis propostas. Na esteira do que coloca Algebaile (2017, p. 71):

Como o teor do modelo de Projeto de Lei e sua forma de divulgação difundem, por si, um clima de vigilância, suspeição, denúncia e punição, não é preciso haver um projeto aprovado para que se cumpra parte dos efeitos esperados,

---

<sup>6</sup> [www.escolasempartido.org](http://www.escolasempartido.org). Acesso em 12.06.22.

que não são necessariamente a efetiva responsabilização criminal e a aplicação jurídica de punição, mas a autocensura, o constrangimento.

Deste modo, deve ser vista com cautela, sem olvidar-se da importância, a derrota sofrida pelo ESP no Supremo Tribunal Federal (STF), que, em agosto de 2020, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.537, julgou inconstitucional a Lei nº 7.800/2016, do Estado de Alagoas, que adotava a cartilha do ESP, mencionando, em seu texto, expressões como “neutralidade política, ideológica”, “direito dos pais a que seus filhos menores recebam a educação moral livre de doutrinação política, religiosa ou ideológica” e vedação a que os professores “imponham ou induzam aos alunos opiniões político-partidárias, religiosas ou filosóficas” (BRASIL, 2020).

Como se evidencia, o ESP busca censurar o professor, para, na realidade, censurar o pensamento crítico, plural e a função social da escola como instituição potencialmente emancipatória e transformadora da realidade, ainda que dentro das limitações de suas determinações, para que sirva, unicamente, à formação de mão de obra para atendimento das necessidades do mercado, além de se impor à educação formal o serviço, de caráter ideológico, de manutenção do status quo, estreitando-se suas possibilidades, tal qual feito com a democracia em geral no país. De acordo com o asseverado por Malanchen (2017, p. 2), “idealizadores desse movimento, visam tornar a função do professor esvaziada e mecânica, retirando dessa profissão seu cerne: demonstrar as contradições, apresentar diferentes concepções, explicar os fatos e o desenvolvimento histórico dos mesmos”.

Com efeito, em momento de crise econômica e sem rivais na hegemonia, o capital agride e não tem pudor em mostrar feiura e violência, dizendo abertamente a que (ou a quem) vem.

Isto posto, procurou-se, neste capítulo, situar o leitor em uma perspectiva teórica, relativamente aos assuntos correlatos ao objeto da pesquisa, abordando conceitos gerais sobre o significado histórico e social da democracia e educação enquanto atividades humanas. Por outro lado, buscou-se contextualizar a pesquisa em uma dimensão mais ampla e geral, que fornece os dados da universalidade na qual se insere o movimento singular e lhe constitui através de uma série de determinações, em um tensionamento dialético na totalidade em questão.

Desse modo, a hegemonia neoliberal na economia política global e sua crise de 2008 criam uma força externa que deteriora as conquistas políticas e sociais consagradas na Constituição de 1988, já essencialmente vulneráveis diante de sua obtenção mediante negociação e anistia quanto ao período da ditadura militar. Assim, a democracia é atacada pela

mesma força que ataca a educação, visando mercantilizá-la e moldá-la à feição do individualismo e concepção meritocrática, de modo a diminuir a importância das condições materiais e de sua função social, chegando até ao Movimento Escola Sem Partido.

Tudo isso interfere no funcionamento do Estado em todas as esferas, bem como nas políticas educacionais, minando aquelas destinadas ao fortalecimento da educação pública e criando um ambiente hostil e avesso à participação, ao diálogo e ao pensamento crítico, intensificando-se o autoritarismo já tão presente na história brasileira.

Sem embargo, a relação da dimensão universal com a singularidade pesquisada ocorre de forma complexa, através das mediações, de caráter dialético, do contexto particular em que inserida, imbricando-se em múltiplas determinações, que revelam o movimento do objeto e o constituem tal como é, sempre em permanente transformação.

Em vista disso, no capítulo seguinte, nos dedicaremos a explorar o contexto particular da pesquisa, consistente na realidade socio-histórica de Ilhabela/SP e as ações locais de resistência no campo da prática social. Posteriormente, serão expostos os dados sobre a Escola do Camarão e as ações que constituíram o movimento Diálogos que Brotam do Chão e o 2º MiniFórum de Educação Ambiental em 2018, enquanto possíveis marcos do movimento de luta por democracia na referida escola, delineando-se, desta forma, as dimensões universal, particular e singular da realidade pesquisada.

### 3 A LUTA PELA DEMOCRACIA NA ESCOLA: O CASO DA ESCOLA DO CAMARÃO EM ILHABELA/SP

*“Muita gente diz que a escola é dos alunos, mas não é dos alunos não. É do governo, da pessoa que está lá governando por esse tempo. Se você não pode tomar nenhuma decisão na escola, então não é sua.”  
Gabriel Leal, 15 anos, de Juazeiro do Norte-CE. Extraído do documentário “Nunca me sonharam”, do diretor Cacau Rhoden*

Este capítulo tem o objetivo de apresentar ao leitor o contexto particular em que se insere a pesquisa, integrando-se ao esforço do capítulo anterior, que estabeleceu a universalidade da conjuntura. Desta maneira, é exposta, inicialmente, a formação histórica e social de Ilhabela/SP, cidade em que se localiza a Escola do Camarão. Para tanto, valemo-nos, sobretudo, de fontes bibliográficas.

Em sequência, ingressamos no histórico das mobilizações sociais locais, a fim de estudar a historicidade do movimento. Posteriormente, o capítulo passa à exposição dos fenômenos em si estudados, em sua singularidade, introduzindo-se às mobilizações ocorridas entre 2017 e 2018 na Escola do Camarão, discorrendo-se sobre o Diálogos que Brotam do Chão, em seus primeiro e segundo percursos, bem como o II Mini Fórum de Educação Ambiental, mostrando as atividades principais realizadas, naquilo que interessa à análise de dados.

Neste capítulo, além de referências bibliográficas, nos baseamos também em gravações audiovisuais, publicações na internet e alguns dados colhidos no grupo focal realizado junto às docentes da Escola do Camarão. No capítulo seguinte, apresentaremos detalhadamente as docentes e como se deu a realização do grupo focal em questão, bem assim de todos os dados coletados na pesquisa, possuindo o presente capítulo uma carga introdutória e descritiva, reservando-se o aprofundamento da análise dos dados aos capítulos seguintes.

Assim, os efeitos das ações doravante apresentadas nas relações entre os sujeitos escolares, comunidade e gestão democrática no cotidiano escolar nos anos seguintes, que representam as contradições no movimento de luta pela democracia na escola, serão retomados quando da fase acentuadamente analítica dos dados, nos capítulos subsequentes.

### 3.1 Contexto Histórico-Social da Pesquisa: um pouco de Ilhabela/SP

Passando ao contexto particular da pesquisa, tem-se que Ilhabela, uma das poucas cidades insulares brasileiras, município localizado no litoral norte paulista, possui população estimada de 36.194 pessoas para 2021, em um território de 346,389km<sup>2</sup> (IBGE, 2021), do qual aproximadamente 85% fazem parte do Parque Estadual de Ilhabela, unidade de conservação de proteção integral, criado em 1977 (SÃO PAULO, 2016).

Dividindo-se entre seu bioma predominante, o da Mata Atlântica, e os seus ecossistemas associados- praias, costões rochosos e mangues- e, ainda, sua estreita área urbana- as montanhas se aproximam muito do oceano, Ilhabela, apesar de ter sido, até onde se sabe, povoada inicialmente pelos indígenas tupis e jês (CALI, 2003; SÃO PAULO, 2016), e, com o advento da colonização portuguesa, ter recebido um contingente expressivo de africanos sequestrados para a escravização, não tem hoje terras indígenas ou quilombolas reconhecidas.

Os 73 sítios arqueológicos mapeados na cidade revelam que ela foi povoada, há cerca de 2.500 anos, por povos concheiros, que coletavam, pescavam e se abrigavam debaixo de rochas, habitando, principalmente, as ilhas menores do arquipélago. Em outros sítios, foram encontradas cerâmicas e outros vestígios característicos dos povos de tronco linguístico Macro-Jê, família linguística Jê e tradição Itararé, apesar de ser consenso entre os autores que, tendo predominado significativamente no litoral brasileiro, dificilmente os tupinambás também não habitaram Ilhabela, havendo, inclusive, terras indígenas tupis hoje reconhecidas nas cidades vizinhas Ubatuba, Bertioga e São Sebastião (CALI, 2003; SÃO PAULO, 2016; CIRINO, 2012).

Parte da inestimável contribuição africana na formação cultural se expressa em manifestações culturais relevantes na cidade, como a Congada de São Benedito, os templos religiosos de Candomblé, personalidades históricas, como a Dona Eva Esperança, conhecida parteira, que dá nome a escola pública em Ilhabela e cuja casa foi declarada como patrimônio histórico e cultural, com vistas ao tombamento (ILHABELA, 2021a), além dos mitos e lendas que integram o imaginário social (MERLO, 2005).

Para além desses elementos, ressalta Merlo (2005, p. 179) a presença africana no cotidiano sociocultural, ao constatar que

[...] nessas sínteses da sociedade globalizada, é possível, contudo, encontrar nas entrelinhas, nos gestos, no silêncio, no imaginário, no gênero, na religião, nas festas, na etnicidade, na contribuição afro-brasileira à vida caçara, constatando-se que a memória possibilita conhecer o que a história ocultou.

Nesse sentido, Ilhabela chegou a ter 225 fazendas nos tempos áureos do café e um contingente estimado de 1.725 escravizados em 1854, quando atingiu a população aproximada de 10 mil habitantes, além de diversos portos de comércio e tráfico clandestino escravista, sobretudo na Baía de Castelhanos (FRANÇA, 1954), que abriga atualmente a maior parte da comunidade tradicional caiçara local.

De uma maneira geral, a constituição sócio-histórica de Ilhabela, a partir da invasão europeia do século XVI, está ligada aos ciclos econômicos hegemônicos da colonização. Após ser avistada pela primeira vez em 1502, quando então foi batizada de Ilha de São Sebastião, pois no dia (20 de janeiro) a Igreja Católica devota tal santo, em expedição comandada por Gonçalo Coelho, a ilha passa a ser ocupada somente a partir dos primeiros anos do século XVII, com a chegada dos colonos Diogo de Unhate, João de Abreu e, um pouco mais tarde, Francisco Escobar Ortiz (CIRINO, 2012; FRANÇA, 1954), todos eles em virtude de doação de sesmarias, momento em que começa o ciclo econômico da cana de açúcar e a formação dos engenhos. Naquele tempo, havia portos em São Sebastião e Ubatuba, que eram bastante demandados pelos barcos que faziam a rota Rio-Santos, gerando comércio na região (FRANÇA, 1954).

Não obstante, seu apogeu econômico e populacional se dá a partir do início do século XIX, quando começa o ciclo do café. Em 1805, o então distrito da cidade de São Sebastião se emancipa, elevando-se à categoria de Vila, denominada Vila Bela da Princesa, quando chega a ter “uma colheita de 112.500 arrobas, que sobrepujavam largamente a produção de qualquer outro município litorâneo e, das unidades administrativas da então Província de São Paulo” (FRANÇA, 1954, p. 145). Sua população estimada chega a 10.769 em 1854.

Às portas do século XX, tem lugar a derrocada do ciclo cafeeiro, quando “a região assistiu ao rápido declínio econômico, decorrente do isolamento geográfico, do esgotamento das suas terras nas práticas de cultivo e da agonia de seus portos, com a construção das linhas férreas do planalto com Santos e Rio de Janeiro.” (GALDINO et. al., 2020, p. 106). Os portos de São Sebastião e de Ubatuba são praticamente abandonados e, como destaca Cirino (2012, p. 185), “dentre os muitos fatores que inviabilizaram a cafeicultura em Ilhabela, certamente a Abolição da Escravidão em maio de 1888 é o golpe definitivo.”

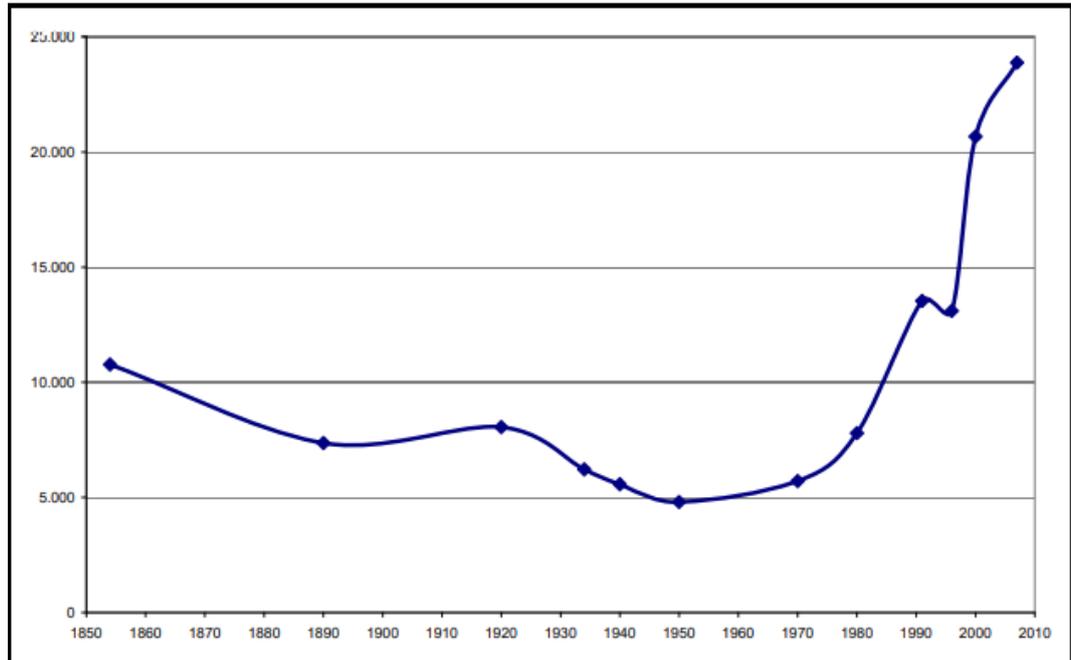
Ilhabela, então, assiste a um declínio populacional e passa a manifestar uma economia de subsistência, conjugada com a volta da produção e comércio de aguardente, escoada até o porto de Santos através de canoas de voga, típicas da cultura caiçara, que propiciava o abastecimento com produtos além daqueles produzidos na própria ilha. Nas décadas de 1920 e 1930, é trazido o barco a motor, intensificando-se a pesca comercial. No Saco do Sombrio, comunidade da faixa oceânica, estabelecem-se japoneses, que introduzem a técnica pesqueira

do cerco flutuante. É em 1945 que a ilha, antiga Vila Bela da Princesa, passando por Vila Bela (1939) e por Formosa (1940) passa a se chamar Ilhabela. Em 1950 Ilhabela registrava 5.110 habitantes (FRANÇA, 1954).

Nessa perspectiva, ao longo dos séculos de colonização, seus fluxos migratórios e diaspóricos e as dinâmicas dos ciclos econômicos, formaram-se em Ilhabela, da mesma maneira que em outros lugares da costa brasileira, as comunidades caiçaras. Tais populações, oriundas da miscigenação entre o indígena, o africano e o português, se engendram desde os primeiros anos da colonização, iniciada pelo litoral. A produção material e relações sociais subjacentes carregaram forte traço de subsistência (que se acentuava nos períodos de entressafra da colonização), associada à pequena produção mercantil, que dava suporte aos centros maiores e à produção nestes locais. Desta maneira, as comunidades caiçaras tiveram a sua história, produção e reprodução da existência, e cultura em geral ligadas à miscigenação, agricultura, pesca de subsistência e comercial em pequena escala, não apartadas, mas relativamente interligadas, às dinâmicas político-econômicas gerais da história da ocupação do território brasileiro pós colonização (SILVA, 1993; ADAMS, 2000). Existem atualmente, na faixa oceânica do arquipélago ilhabelense, 14 comunidades caiçaras (SÃO PAULO, 2016).

A partir dos anos 50, com a melhoria da Rodovia dos Tamoios e instalação do sistema de travessia de Balsas, o turismo se intensifica e passa a ser a principal atividade econômica, chegando o capitalismo com mais força que outrora, começando a operar transformações radicais. A criação do Parque Estadual de Ilhabela, em 1977, sobre área que representa aproximadamente 85% do território, ao tempo que busca preservar a biodiversidade do arquipélago e arrefecer a gana expansiva do capital sobre o espaço, consolida também Ilhabela como um destino turístico de natureza, trazendo limitações à prática da agricultura.

A construção de casas de veraneio, abertura de estabelecimentos comerciais e hoteleiros e conseqüente urbanização, acompanhada da especulação imobiliária, somadas à proibição da pesca no lado continental da ilha, ao passo que produzem um outro tipo de espaço, expulsam os antigos caiçaras para o interior, encostas de morros ou outras cidades. Na periferia, se encontram com migrantes, experimentando Ilhabela, assim como todo o litoral norte paulista, um crescimento demográfico exponencial, dos maiores de todo o Estado.



FONTE: IBGE – Censos demográficos de 1854, 1920, 1934, 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007.

Organizado por Gutierrez, Mendes & Pirró

**Figura 1- Linha de crescimento da população do município-arquipélago de Ilhabela - 1854 a 2007. FONTE: PIRRÓ (2010).**

Assim, antigos pescadores e as gerações subsequentes tornaram-se marinheiros de petroleiros, de embarcações e iates de particulares, funcionários da travessia das Balsas e de atividades relacionadas à vela. Nas festas promovidas nas mansões das classes abastadas, bem assim nos casamentos celebrados na ilha, trabalham garçons, faxineiros, ajudantes, encarregados, seguranças, caseiros e jardineiros. O turismo dá lugar aos cozinheiros, camareiros, gerentes e demais trabalhadores de pousadas, hotéis e restaurantes, como também trabalhadores da construção civil e prestadores de todo tipo de serviço (pintores, eletricitas, etc.). O funcionalismo público absorve uma outra fatia considerável da força produtiva<sup>7</sup>. Do outro lado, comerciantes, proprietários de hotéis, pousadas, restaurantes, vereadores, secretários, donos de imóveis para locação por temporada e empresas e serviços ligados a eventos, empresas de construção civil e outros serviços (CIRINO, 2012). A isso, acrescentam-se os profissionais liberais e trabalhadores da cultura.

<sup>7</sup> Entre servidores públicos da Prefeitura, do Poder Judiciário, Ministério Público, Poder Legislativo, do Estado (Parque Estadual, Polícias Civil e Militar, Bombeiros), além dos empregados públicos dos Correios.

Já nas últimas décadas, um novo fator tem sido determinante para as relações socioeconômicas e políticas de Ilhabela e todo o litoral norte de São Paulo: o petróleo.

Com a nova regulamentação da distribuição dos royalties pagos aos entes federativos como compensação à exploração dos recursos naturais e, sobretudo, a partir do início da exploração do pré-sal e sua intensificação na região da Bacia de Santos a partir de meados de 2010, Ilhabela, assim como os demais municípios da região, experimentou um aumento astronômico de arrecadação, em decorrência do repasse dos referidos royalties. De uma arrecadação de 141 milhões de reais em 2012, Ilhabela saltou à casa do bilhão em 2019 (SÃO PAULO, 2022a).



**Figura 2-** Gráfico de evolução das receitas da Prefeitura de Ilhabela/SP, de 2012 a 2018.

**Fonte:** Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Relatório de Fiscalização do 3º quadrimestre de 2018).

Nesse sentido,

[...] apesar de ser insular, Ilhabela insere-se na dinâmica econômica do capital nacional e internacional dos demais municípios do Litoral Norte. As atividades econômicas e a dinâmica do capital nacional e internacional têm influenciado direta e indiretamente na produção do espaço. (SÃO PAULO, 2016, p. 294).

Desta forma, o advento dessa repentina injeção de elevados montantes de recursos financeiros nos últimos anos resulta em processos que são atualmente vivenciados na cidade, com significativo impacto nas relações políticas, econômicas e sociais locais, cujos efeitos capilarizam-se até o chão da escola pública. Esse aspecto será retomado com maior profundidade nos capítulos “Os elementos de análise do movimento do real: Condicionantes e

Situação institucional” e “Contradições e possibilidades de transformação: A práxis da construção democrática na Escola do Camarão”, que se ocupam da efetiva e exaustiva análise dos dados e exposição das categorias de pesquisa.

Destarte, tendo este subitem já cumprido sua finalidade de traçar um breve panorama histórico-social de Ilhabela, passamos, doravante, a examinar outro aspecto relevante da particularidade contextual do objeto pesquisado, que são as ações de luta e resistência contra o establishment no campo social local, que, conforme sua historicidade, se relacionam diretamente com o surgimento dos movimentos junto à comunidade na Escola do Camarão.

### **3.2. As Ações de Luta Social no Campo Democrático em Ilhabela**

“A luta é um processo de quem estava antes”, afirmou a Professora A durante a realização do grupo focal para a coleta dos dados (Professora A, Grupo focal, 2022).

Com efeito, o Diálogos que Brotam do Chão (DBC), movimento ocorrido na Escola do Camarão, herda, no bojo de sua historicidade, influências de outras ações ocorridas na prática social, que buscavam promover o debate público sobre questões da cidade deixadas de lado, como moradia e educação pública.

A Professora A (Grupo Focal, 2022) relata que esteve antes dela, por volta de 2013, uma figura importante<sup>8</sup> na luta pelo direito à cidade e por moradia em Ilhabela/SP, mulher feminista, que defendia a construção de vilas comunitárias com moradias populares de qualidade. Essa pessoa já havia levado à Secretaria Municipal de Educação (SME) a proposta de tornar determinada escola pública da cidade uma escola regida pela comunidade, proposição rechaçada pela Secretária à época, sob o argumento de que não poderia haver diferenças entre as escolas. Nesse período, um grupo de pessoas, algumas delas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) local, atuava politicamente na cidade, buscando promover discussões e ações sobre mobilidade urbana, meio ambiente, moradia e educação pública, além da fiscalização sobre a gestão pública, o que teria resultado em conquistas como a suspensão judicial de grandes empreendimentos irregulares, além do fim do uso das Associações de Pais e Mestres com desvio de finalidade no âmbito da educação.

---

<sup>8</sup> Cujas identificação não será feita no texto, por razões de privacidade e também por não ser imprescindível para a compreensão da análise.

Paralelo a isso, havia ações de cunho formativo, realizadas através do movimento “Cine Abertamente”, que veiculava documentários e promovia debates no local onde era a Casa da Dona Eva Esperança, personalidade fundamental da história negra ilhabelense, como já mencionado.

Segundo Dahmer (2014, p. 203), há em Ilhabela um “histórico de participação e mobilização forte”. Menciona, exemplificativamente, a articulação, em 2009, do Fórum Nossa Ilha Mais Bela, que teria promovido encontros mensais com 41 entidades da sociedade civil, entregando, como resultado, documento intitulado “Proposta para uma Ilhabela mais justa, Digna e Sustentável” ao Prefeito Municipal à época, contendo propostas diversas relacionadas às políticas públicas e participação política (DAHMER, 2014).

Nesse sentido, a Colônia Z-6 Senador Vergueiro, associação que agregava, no início da década de 2010, 400 associados, destinada a dar apoio aos pescadores no arquipélago, foi fundada em 1924, quando fornecia suporte e abrigo aos pescadores residentes nas comunidades caiçaras afastadas do continente (INSTITUTO PÓLIS, 2013), época em que tal atividade econômica era a principal na cidade.

No movimento de resistência local, destaca-se o Grupo Organizado Semear, fundado e liderado por Silvana Domingues, popularmente conhecida como Nega da Capoeira, que, desde 1991 promove, através do trabalho voluntário, iniciativas educacionais, artísticas, culturais e filantrópicas (inclusive para distribuir itens de primeira necessidade, obtidos através de doações) junto à crianças, jovens e adultos do Alto da Barra Velha, próximo à Rua dos Carijós, uma das áreas que mais concentra população socioeconomicamente vulnerável na cidade. Com atividades de capoeira, danças afro, escotismo para as crianças, ensino de cultura afro e oficinas de leitura, o espaço é referência na comunidade. Desde 2018, abriga atividades também do Coletivo Negro Odu (GRUPO ORGANIZADO SEMEAR, 2023).

Após décadas de peleja, Silvana Domingues tem recentemente obtido maior reconhecimento e foi contratada pelo Instituto Tiê, escola particular de Ilhabela, para promover oficinas de ensino da cultura afro. Uma das publicações da instituição em sua rede social abordou a iniciativa da seguinte forma:

Essa oficina é oferecida pela Silvana dos Santos, mais conhecida como a Nega da Capoeira, ela é líder de diversos projetos sociais de cultura afro aqui em Ilhabela. Dentre os projetos que ela toca se destaca o Projeto Semear, que a mais de dez anos leva roda de capoeira, danças afro, costumes ancestrais e outras muitas riquezas para toda comunidade.

Na oficina de afrobetizar utilizamos a música, o audiovisual, desenho, confecção de bonecas Abayomi e outras estratégias pedagógicas para abordar o ensino da história e cultura afrobrasileira com as crianças e adolescentes.  
[...]

Afrobetizar significa reescrever a história, fomentar a valorização e o reconhecimento de nossas origens históricas africanas. Não mais sob o olhar romantizado e racista do colonizador. (INSTITUTO TIÊ, 2022)

Perto da sede do Semear, existe outra organização sem fins lucrativos relevante em âmbito municipal, denominada Espaço Cultural Pés no Chão, que atua desde 2001, também no bairro Alto da Barra Velha, em projetos socioculturais junto à população infanto-juvenil, oferecendo equipamentos e atividades culturais e artísticas, além de promover eventos culturais em geral à população. A entidade participa ou já participou, ainda, de diversos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, como os de Turismo, Cultura, Meio Ambiente e da Criança e do Adolescente, nos quais atua no espaço político institucional (INSTITUTO PÓLIS, 2013; PES NO CHAO, 2022).

Sem embargo das movimentações existentes há mais tempo, observa-se que “a sociedade civil teve um processo de organização mais intenso nas últimas décadas, particularmente nos últimos anos” (INSTITUTO PÓLIS, 2013, p. 38).

Uma das formas de organização da sociedade em torno da política municipal ocorre através da articulação junto aos Conselhos Municipais de Políticas Públicas:

Percebe-se que há organizações entrevistadas que têm como um dos seus objetivos o controle social das políticas públicas e tem nos conselhos um instrumento importante de intervenção, constando inclusive no site de uma destas instituições, o funcionamento de alguns conselhos. Ao que tudo indica, estas organizações têm uma incidência maior sobre a política local e a definição das políticas públicas no município. A percepção que nos passa é que estas organizações demandam e ‘tensionam’ a gestão pública para os espaços participativos. (INSTITUTO PÓLIS, 2013, p. 48).

Os Conselhos de Políticas Públicas são instituições colegiadas que integram a estrutura da Administração Pública, compostas por membros da sociedade civil e do poder público e que têm por função discutir e deliberar políticas públicas e exercer papel fiscalizatório sobre a gestão. Foram criados e/ou impulsionados sob os influxos da Constituinte de 1988, em que se demandava o aprofundamento da democracia, também ligados à ideia de descentralização do poder, aproximando a estrutura estatal decisória da população (SILVA, 2018).

Em 2011, foi promovido o I Encontro dos Conselhos Municipais de Ilhabela. Contando com a presença de representantes de onze desses colegiados na reunião de preparação, o evento teve por objetivo valorizar o trabalho dos Conselhos, integrá-los e discutir a criação de uma Casa dos Conselhos, destinada a promover infraestrutura para o desenvolvimento das atividades (ILHABELA DIA A DIA, 2011).

O encontro foi realizado pela Prefeitura Municipal, em parceria com o Instituto Ilhabela Sustentável. Trata-se de organização sem fins lucrativos, fundada em 2007, que exerce na cidade papel de controle e fiscalização da gestão pública, educação para a participação, oferecendo cursos e oficinas relacionados aos temas e instituições democráticas, com forte atuação em Conselhos Municipais e em temáticas na área ambiental, desenvolvendo projetos locais e em articulação com fóruns e espaços regionais e nacionais (DAHMER, 2014).

Convém, ainda assim, aproximar o olhar para o perfil dessa participação. Composta majoritariamente por ONGs, entidades de classe de profissionais liberais, associações de bairro e empresariais, a atuação tinha por objeto, geralmente, “a preservação ambiental da ilha, a fim de não comprometer a qualidade de vida dos seus moradores e o turismo, sua principal potencialidade” (INSTITUTO PÓLIS, 2013, p. 36). Por essa razão, existia, inclusive, “a preocupação com uma possível desordenada expansão urbana da ilha” (INSTITUTO PÓLIS, 2013, p. 36).

Dahmer (2014) constatou que a sociedade civil que participa é formada em grande medida por pessoas que se aposentam e vêm ao litoral em busca de qualidade de vida, sendo as organizações apoiadas por empresários e pessoas que têm casa de veraneio, as quais acreditam no trabalho desenvolvido em prol da cidade.

Assim, observa-se que, embora relevante, a participação da sociedade civil era, boa parte, elitizada, seja na composição, seja no objeto de atuação. Sem a presença de movimentos sociais ou representação de trabalhadores da base da pirâmide, a gana que se via em defender o meio ambiente, mobilidade urbana e a infraestrutura para o turismo contrastava com a timidez nas ações em prol da educação pública, moradia e segurança alimentar, ou ainda questões de raça e gênero.

Nessa perspectiva, ao falar sobre o Diálogos que Brotam do Chão, a Professora A, durante a realização do grupo focal, abordou precisamente essa tendência, com a qual buscavam romper na Escola do Camarão. Existe, para ela, um movimento de esquerda que busca transformação na educação, mas que se limita ao público que sempre foi atendido, estando na escola pública ou na privada. Vejamos parte de sua fala, transcrita literalmente:

Só que aí tem uma linha divisória, que depois eu entendo, daqueles são classe média alta, em função da criação dos seus filhos e de outro lado uma pretensão de que os nossos filhos sejam os filhos da cidade, nosso eixo no Diálogos tinha uma preocupação com os nossos filhos na educação pública, em um plano mais estendido. [...] ficou bem claro que havia uma preocupação mais em educar os próprios filhos, o que é legítimo também, mas que não dialogava com aquela preocupação que a gente estava tentando fortalecer. (Professora A, Grupo focal, 2022).

Após o Diálogos que Brotam do Chão, observa-se um incremento na atuação e organização de movimentos sociais que reivindicam as pautas mais populares, tema que será retomado na análise das contradições e potencialidades da implantação da gestão democrática na Escola do Camarão.

Essa organização da sociedade civil na década a partir de meados da primeira década do século XXI em Ilhabela/SP, também é impulsionada pela reação à forma autoritária de governo do poder público municipal historicamente, e especificamente em relação à gestão 2009-2016, marcada por diversos episódios de práticas autoritárias<sup>9</sup> e culmina com a eleição de oposição a ele para governo a partir de 2017, cuja pauta eleitoral foi o compromisso com a ampliação da participação da sociedade civil e favorecimento a processos horizontais, em contraposição ao governo anterior, conforme Plano de Governo (BRASIL, 2016b). De certa forma, tal contexto, somado ao fato de que o movimento reacionário de escala nacional não havia ainda atingido o seu ápice, cria condições, apesar do contexto geral desfavorável, ao surgimento e desenvolvimento das ações na escola do Camarão entre 2017 e 2018.

Na seara propriamente educacional, complementando o quadro do contexto particular da pesquisa, destacamos doravante alguns dados.

Em março de 2012, professores de Ilhabela realizaram greve de curta duração- paralisação de dois dias- objetivando o cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, instituído em 2008, após refutarem a proposta da Prefeitura, que oferecia pagamento de apenas parte (FELIPELLI, 2012).

O primeiro Plano Municipal de Educação do município foi aprovado em dezembro de 2015, oito meses após a constituição de comissão destinada a elaborá-lo. De maneira geral, o texto reproduz as metas constantes do Plano Nacional, aprovado em 2014 para vigor por uma década (ILHABELA, 2015a).

Após ser obrigada na Justiça, a Prefeitura de Ilhabela realizou concurso público em dezembro de 2014 para a contratação em caráter efetivo, de uma série de cargos técnicos em seu quadro de servidores, o que incluiu novos professores, admitidos em caráter efetivo, com

---

<sup>9</sup> Além de projetos barrados na Justiça por falta de diálogo com a sociedade ou deliberação de conselhos municipais competentes (SÃO PAULO, 2017), citamos o episódio em que o então Chefe do Executivo Municipal, após ser acusado de agredir advogada em seu gabinete e esta conquistar o direito ao desagravo público junto à Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo, compareceu pessoalmente ao evento do desagravo e o tumultuou, interrompendo as autoridades que promoviam o evento, sentando em local a elas reservado, arrancando o material do local e levando sua equipe de secretários, aos gritos de “quem manda aqui sou eu” (JUSBRASIL, 2016). O político foi eleito novamente em 2020 para o cargo, em chapa com o seu filho (G1, 2023).

vínculo estável (ILHABELA, 2014), dentre eles, as três professoras entrevistadas no grupo focal e a grande maioria das que lideraram o percurso formativo DBC, que surge, então, em 2017, sobre o qual nos debruçamos a seguir.

### **3.3 Escola do Camarão e o Percurso Formativo Diálogos que Brotam do Chão<sup>10</sup>**

Composto por ações quinzenais realizadas em dois ciclos, o primeiro em um período de pouco mais de três meses no segundo semestre de 2017 e o segundo entre março e abril de 2018, o percurso formativo Diálogos que Brotam do Chão emerge como uma reação à proposta de transformar a Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza, escola pública inaugurada em 2013, que oferece ensino fundamental I e II, a Escola do Camarão, em uma Escola Técnica Estadual- ETEC.

A Escola do Camarão, antes de ser uma unidade escolar, era a agrofloresta do Sr. Da Silva, que plantava em meio à Mata Atlântica e ao curso d'água que margeia o lugar, valendo-se de seus saberes tradicionais. As docentes participantes do grupo focal supõem que, de uma maneira ou outra, essa relação com o território sempre esteve presente e permanece nas práticas educativas, cuja luta, ao longo dos anos, busca consolidar.

A E. M. Paulo Renato Costa Souza goza de arquitetura integrada à paisagem, formada por vista de 360° para a Mata Atlântica preservada, além de um curso d'água, o Córrego do Camarão, que passa ao lado. As salas de aula são semelhantes a pequenas ocas, distribuídas pelo terreno, com distância razoável entre si. Disso decorre que, fisicamente, diminui-se a sensação de estar apartado do mundo exterior.

A escola é situada em meio à comunidade periférica, o bairro Alto da Barra Velha, o mais populoso e vulnerável socioeconomicamente do município. A Estrada do Camarão, localidade inserida no Alto da Barra Velha, teve sua ocupação iniciada através de loteamento clandestino, alvo posteriormente de ação judicial (SÃO PAULO, 2004) e hoje é um dos núcleos urbanos informais de regularização fundiária de interesse social na cidade (ILHABELA, 2018d).

---

<sup>10</sup> Quando não indicadas e referenciadas expressamente outras fontes, elucidamos que as informações veiculadas neste item têm como fonte o grupo focal realizado com as docentes participantes da pesquisa. Para as citações diretas, ainda que de falas obtidas no grupo focal, procedemos ao devido referenciamento.

Assim, diante da ameaça iminente de substituir o potencial educativo amplo da unidade escolar pela educação técnica, cinco docentes se reuniram na casa de uma delas, com a presença também de alunos e suas mães e planejaram um ciclo aberto de atividades formativas a serem realizadas na escola, junto à comunidade escolar, local e sociedade civil. Definiram encontros quinzenais para veicular e debater documentários sobre educação e temas afins, intervenções culturais e rodas de conversa com referências no tema das relações democráticas na escola pública.



**Figura 3- Vista aérea da Escola do Camarão. Fonte: Google. Acesso em 15.08.22.**

A resistência contra a proposta da ETEC não foi uma reação a um fato isolado, mas antes um ponto culminante de várias indignações acumuladas ao longo dos primeiros anos de trabalho das docentes em Ilhabela/SP, em relação à forma antiprofissional e autoritária de trabalho instituída localmente, ilustrada pelo baixo desempenho nos índices educacionais e de políticas públicas em geral. Nesse sentido, afirmou a Professora A (Grupo focal, 2022): “em 2015/2016, chegam no Camarão com esse vapor, em meio a um aquecimento social em que as pessoas têm incômodos”.

O nome “Diálogos que brotam do chão” se deu em alusão à árvore Guapuruvu, espécie arbórea cujas sementes, depois de dispersas pelo solo, podem aguardar períodos de até 10 anos o momento apropriado para germinar. Ademais, o nome Guapuruvu significaria “canoa que brota do chão”, sendo a canoa equipamento tradicionalmente utilizado pela comunidade caiçara

local, na pesca e transporte. Para completar, no momento das ações, vários exemplares de Guapuruvu, que integram a Mata Atlântica local, estavam secando, sem razão aparente.

A programação, planejada e realizada, foi a seguinte (DBC, 2017):

- a) Exibição do documentário “Quando sinto que já sei” nas Escolas Municipais José Antônio Verzeznassi e na Escola do Camarão, entre meados de setembro e de outubro. O documentário, de 2014, dos diretores Anderson Lima, Antonio Lovato e Raul Perez, reúne experiências educacionais de dez instituições de sete estados brasileiros, que tentavam soluções diferentes do modelo de tradicional de escola, em sua maioria ligadas ao contexto e comunidade em que se inseriram;
- b) Exibição dos documentários “Jonas e o circo sem Lona”, de Paula Gomes e “Lute como uma menina”, de Flávio Colombini, na Escola do Camarão (08 e 22.11.17, respectivamente). O primeiro conta a história de Jonas, de 13 anos de idade, que mantém um circo no fundo de sua casa na periferia de Salvador, mostrando o desafio de conciliá-lo aos estudos escolares. Já o segundo mostra as ocupações das escolas públicas paulistas entre 2015 e 2016 pelo movimento secundarista;
- c) Encontros com o Fórum Popular de Cultura de Ilhabela no Espaço Semear e na Escola do Camarão (03 e 04.12.17, respectivamente);
- d) Rodas de conversa com Braz Nogueira (28.10.17) e com José Pacheco (09.12.17) na Escola do Camarão, a respeito das experiências de escolas democráticas lideradas por Braz, na Escola Estadual Campos Salles na capital paulista e por José Pacheco na Escola da Ponte em Portugal, dentre outros projetos;
- e) Espetáculo Teatral com Georgette Fadel (peça “Afinação, monólogo sobre a opressão e liberdade”) no Espaço Cultural Pés no Chão (12.12.17). Dirigido pela própria atriz, o monólogo, dividido em duas partes, traz, na primeira, uma espécie de aula, interpretada pela própria Georgette, onde reúne improvisações com textos dos pensadores Hegel, Marx, Bertolt Brecht e Simone Weil, numa ode ao pensamento racional. Em oposição à primeira parte, a segunda apresenta uma compilação de frases feitas, opiniões e pensamentos superficiais;

Além da diversidade dos temas e linguagens, todos de alguma maneira suscitando a reflexão sobre a educação e escola pública em suas relações com a prática social, as docentes

participantes do grupo focal enfatizaram como os eventos aconteciam, isto é, seu formato e organização.

Para além do discurso, a intenção era que as pessoas experimentassem uma prática horizontal. Havia, assim, a construção coletiva do espaço, reservando-se um tempo prévio de organização destinado apenas a isso. Contam as docentes que, várias vezes, as pessoas perguntavam a elas o que deveriam fazer para ajudar. Elas respondiam para a pessoa olhar o espaço e ver se algo a incomodava ou se ela percebia algo a ser feito, já com a ideia de quebrar essa referência de procurar um centro para saber o que deve ser feito. O seguinte diálogo foi travado durante o grupo focal, entre a Professora A e a Professora Dona:

Professora A: As pessoas não entenderam que não tínhamos um líder. Isso incomodava muito, porque olhavam e iam buscar a “A”, a “B”, a “C”, pensando que era algo movido individualmente, arrastado individualmente.  
 Dona: isso sempre foi a lógica daqui, é preciso procurar culpado e responsável.  
 Professora A: era difícil entender o que estávamos movendo. (Grupo focal, 2022).

Havia preocupação com espaço e atividades para as crianças e até mesmo com tipos de alimentos em relação a possíveis restrições alimentares.

As decisões sobre tempo de duração, de fala, intervalo, teto de horário etc., ou quaisquer outras que surgissem em relação ao próprio evento, eram tomadas na forma de assembleia. Nos momentos destacados para tanto, o microfone era sempre aberto para livre manifestação, com igual respeito à fala alheia.

Quando a realização do evento demandava custos, havia a arrecadação coletiva de fundos, a chamada “corresponsabilização financeira” (DBC, 2017), em que cada um dos presentes contribui na medida de suas possibilidades. Complementarmente, voluntários ofereciam suas casas para hospedagem dos convidados e se dispunham a efetuar o traslado. Por conseguinte, não havia a cobrança de ingresso e ninguém era constrangido a contribuir, caso não tivesse disponibilidade, propiciando eventos que não eram “pagos e nem gratuitos” (DBC, 2017).

Expressou a Professora Dona que “o Diálogos, mudando o discurso, tenta mudar a prática e o olhar, procurando contagiar as pessoas a terem um outro olhar possível sobre a educação.” (Grupo focal, 2022). Preferiram não chamar os encontros de eventos, pois “o evento é vento e vai embora” (Professora Dona, Grupo focal, 2022). Por isso a ideia de pensar em todos os aspectos da atividade, em uma vivência que superasse o mero debate e discurso, para que fossem ações que se enraizassem, apresentando-se uma dimensão coletiva, com protagonismo

feminino, noção de espaço público sem confusão com o privado, mas ao mesmo tempo permeado por humanidade.

O tópico seguinte relata com mais detalhes um dos encontros, o que nos pareceu mais significativo em termos de presença, diversidade do público e influência sobre as ações posteriores, tempo de duração e amplitude dos temas debatidos, a fim de exemplificar o conteúdo tratado neste item e conferir mais elementos para análise.

### 3.3.1. Encontro com José Pacheco em 9 de dezembro de 2017.<sup>11</sup>

**PARTICIPE DA RODA DE CONVERSA COM  
JOSÉ PACHECO sobre experiências educacionais  
transformadoras**



*Local: Escola Paulo Renato  
(Escola do Camarão)  
Data: 09/12/2017  
Acolhimento e  
composição do espaço às 8h  
Término às 12h  
Café: Contribua com o que puder*

*José Francisco de Almeida Pacheco* educador e pedagogo português, professor e mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, dinamizador da gestão democrática na Educação e de vários projetos educativos baseados na autonomia dos estudantes. Diretor durante 40 anos da Escola da Ponte, Portugal, onde rompeu com metodologias de ensino impostas a alunos e professores, inspirando mais de cem projetos ao redor do mundo.

**REALIZAÇÃO:** Coletivo de Educação Guapuruvu em parceria com Secretaria Municipal de Educação, EM Paulo Renato Costa Souza e IFSP Caraguatatuba. Percurso de formação que pretende de forma coletiva e horizontal mobilizar pessoas interessadas em dialogar sobre educação.

Haverá espaço para seus filh@s!

ESSE PERCURSO ESTÁ SENDO REALIZADO COM CORRESPONSABILIZAÇÃO FINANCEIRA. SEJA UM(A) APOIADOR(A)!

**Figura 4- Divulgação do evento Roda de Conversa com José Pacheco**

A roda de conversa com o educador português José Pacheco, internacionalmente conhecido por ter idealizado a Escola da Ponte em Portugal, com fama de modelo de escola

<sup>11</sup> Quando não indicadas e referenciadas expressamente outras fontes, elucidamos que as informações veiculadas neste item têm como fonte a gravação integral do evento disponibilizada na Página do Facebook do Diálogos que Brotam do Chão (DBC, 2017). Para as citações diretas, independentemente da fonte, procedemos ao devido referenciamento.

democrática, consistiu na penúltima ação do primeiro ciclo do percurso formativo Diálogos que Brotam do Chão. O encontro aconteceu no dia 9 de dezembro de 2017, um sábado, pela manhã, na Escola do Camarão, e durou aproximadamente quatro horas (DBC, 2017).

Assim como vinha ocorrendo nos demais encontros do percurso, houve a intenção de que toda a organização, e não somente o assunto que seria debatido, tivesse um conteúdo educativo e participativo, baseado nas ideias de horizontalidade e coletividade.

Deste modo, em umas de suas publicações de divulgação do evento, o Coletivo elaborou algumas recomendações ao público, dentre as quais destacamos: levar alimento para compartilhar, atentando-se para a possível presença de pessoas celíacas, diabéticas etc. e para o estímulo à alimentação saudável; levar material para compor espaços para crianças; tentar organizar caronas; chegar mais cedo para auxiliar na organização e composição do espaço; respeitar o igual direito de fala, autonomia e responsabilidade (DBC, 2017). Quanto a esta última, transcreve-se:

Você estará vindo para um encontro coletivo e horizontal: todas as pessoas que ali estão têm a mesma posição, autonomia, responsabilidade e direito a fala. O compartilhamento dos cuidados é proposital: acreditamos que é essa a nova escola que nasce. Em que todos e cada um é responsável pelos processos e cuidados: limpeza, alimentação, organização, produção. (DBC, 2017)

Além disso, como também exposto na divulgação, o evento não era nem de graça e nem pago. Considerando os diversos custos envolvidos na realização da atividade, como cachês e transporte, a viabilização perpassou pela arrecadação prévia de fundos mediante sistema de contribuição coletiva (a popular “vaquinha”, em sua versão online), contribuições voluntárias no próprio dia e disponibilização voluntária de recursos não financeiros, como estadia e traslado (DBC, 2017).

O público sentou-se nas cadeiras em semicírculos, com o convidado ao centro, em dinâmica que se configurou, desde o início, em perguntas da plateia e respostas daquele, que afirmou, em uma de suas falas inaugurais, que “a escola são pessoas” e “as pessoas são os seus valores” (DBC, 2017). Esses valores deveriam resultar em princípios de ação. O professor, assim, não transmitiria apenas o que diz, mas, principalmente, o que é.

Não somente quando aborda a experiência da Escola da Ponte, mas também nos momentos em que expõe suas ideias pedagógicas, destaca o papel atribuído à comunidade, que, segundo ele, necessita se assumir enquanto uma escola e a dirigir, tomando-a como um espaço e equipamento seus. Em uma situação ideal, sequer seria necessário realizar visita à comunidade, pois não deveria haver tal diferenciação.

Também diz que, sendo a escola comunitária uma instituição democrática, a consequência é a redução do poder e papel do diretor, conferindo-se autonomia aos demais sujeitos, prejudicada com o dever de obediência hierárquica irrestrita, independentemente do conteúdo ou participação, prática pouco educativa para formar cidadãos.

Prosseguiu-se afirmando que toda escola deveria ser frequentada por assistentes sociais, psicólogos, médicos e outros profissionais que a integrem em uma rede, rompendo com o funcionamento como uma ilha. Deveria atender à comunidade, inclusive, nas férias, assim como os hospitais e outros equipamentos públicos fazem.

Uma pessoa do público indagou como funcionaria na prática essa concepção, em relação ao imperativo de lidar com a burocracia estatal e os pequenos poderes.

José Pacheco reconhece que há muitos limites e dificuldades, sendo a tarefa de dirigir uma unidade escolar pública muito complicada. Aponta como caminho institucional a pactuação de um Termo de Autonomia, baseado no artigo 15 da LDB, o qual prevê que “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” (BRASIL, 1996). Através deste documento, são firmados metas e encargos para todas as partes, além de avaliações para verificar o cumprimento, conferindo-se à unidade escolar autonomia financeira para gerir a rubrica orçamentária, podendo, ainda, criar outras fontes de renda e definir seu pessoal. Ressalta que há meios formais para viabilizar projetos de escolas democráticas, os quais exigem bastante negociação e articulação com as instituições estatais, principalmente as Secretarias Municipais de Educação e Prefeituras.

Segundo José Pacheco, toda essa transformação pode ser iniciada a partir de um núcleo de projetos.

Esse núcleo seria formado por duas ou mais pessoas que integram a comunidade escolar e tenham vontade de mudar, fazendo dela um equipamento comunitário significativo, que promove educação para seus sujeitos e transformação para a comunidade, desde a ética do cuidado.

O núcleo de projetos pode buscar apoio ajustando parcerias, inclusive com a Prefeitura e a Universidade. Todo o trabalho deve ter suporte em fundamentação científica. Da mesma maneira, o núcleo deve respeitar quem não quer mudar ou ainda não está nesse grau de amadurecimento.

Uma das ações iniciais possíveis seria procurar o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar. Na prática, na grande maioria das situações, referido documento não existe ou não faz sentido face à realidade.

Outra fala do público afirmou que a gestão democrática não acontece e que, infelizmente, as pessoas não conhecem a LDB. Em muitos casos, não aplicam a lei porque não participaram de sua construção.

Pacheco mencionou que o Ministério Público tem sido uma ajuda importante para fazer cumprir a lei. Sobre a gestão democrática, aduz que a Constituição da República fala em *preparar para o* exercício da cidadania, mas o correto deve ser *educar no* exercício da cidadania, que já deve ocorrer na escola e não apenas enquanto um objetivo futuro. A escola precisa do Conselho de Escola, para poder construir consensos que deem suporte ao seu trabalho. No entanto, poucos Estados e Municípios publicaram leis sobre gestão democrática. Deveríamos nos mobilizar e exigir que seja cumprida a Meta 19 do Plano Nacional de Educação.

Pacheco salienta, diversas vezes, que no modelo tradicional de escola, organizado em aulas e séries, não se aprende, decorrendo um descumprimento da lei, ao contrário do que o senso comum pode conjecturar. Critica o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, indicador criado pelo Governo Federal para medir a qualidade do ensino nas escolas públicas), por avaliar apenas a capacidade de memorização de curto prazo dos alunos.

Já concluindo a fala, Pacheco defende que os conteúdos teóricos devem ser conjugados com iniciativas práticas que levem em conta tanto os interesses dos alunos quanto problemas e questões trazidas da comunidade, explorando também suas possibilidades educativas, em termos de espaços e pessoas, por meio de projetos. O foco da escola deveria ser na relação e os trabalhos realizados coletivamente, com suporte no que é relevante para aquela comunidade. Todo projeto exige pesquisa e conhecimento, saberes, métodos, custos etc., através dos quais se aprende, mas sempre com o outro.

José Pacheco encerra dizendo que a nova educação está no Sul do mundo, onde há de nascer uma nova humanidade.

Alguns dias antes do encontro, o Coletivo publicou um pequeno balanço das atividades do primeiro ciclo do percurso formativo, que revelava o clima de esperança e de satisfação com os resultados até então obtidos:

Agora, estamos aqui fazendo a revisão do texto que foi escrito sobre o que seria o percurso de formação Diálogos que Brotam do Chão e o que vemos é a transformação de verbos futuros em verbos passados. A coisa já se deu. Já estamos entre muitos, discutindo, conversando, brincando com a nova

educação, a nova escola, a nova forma de interagir. Já estamos sementes lançadas ao vento. Já estamos interagindo e fortalecendo vínculos na e com a comunidade. Já estamos sabendo mais de nós mesmos. Já estamos transformados. Já há relatos de micro revoluções, de revoluções íntimas. Já cumprimos a maior parte da programação. Já inventamos um novo ciclo. Só é possível pensar agora em Eduardo Galeano, que diz para que serve a utopia: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”  
E a gente vê. É isso... Estamos caminhando e não pararemos. (DBC, 2017)

Após o espetáculo teatral de Georgette Fadel, intitulado “Afinação, monólogo sobre opressão e liberdade”, realizado no Centro Cultural Pés no Chão, dois dias após a roda de conversa com o professor José Pacheco, chega ao final o primeiro ciclo do percurso, conforme afirmado na publicação acima, caminhando com a utopia no horizonte.

### **3.3.2 O Segundo Ciclo do Diálogos que Brotam do Chão<sup>12</sup>**

Ao término das ações que compuseram o primeiro ciclo do percurso, o Coletivo tentou pôr em prática a sugestão de José Pacheco de criar núcleos de projetos com o objetivo de instituir comunidades de aprendizagem em torno das escolas.

Estas serviriam de referência geográfica para formação dos núcleos, levando em conta o vínculo de cada pessoa interessada, que não necessariamente deveria ser membro da comunidade escolar, podendo abranger moradores, voluntários ou qualquer outro tipo de vínculo. A partir do mapeamento dos interessados, seguir-se-ia a identificação das escolas a eles vinculadas e, posteriormente, o levantamento de pessoas e espaços com potencial educativo na comunidade do entorno, bem como instituições que atuam na cidade. Paralelamente, negociava-se a viabilidade de contratar o próprio José Pacheco para prestar consultoria.

Apesar de um primeiro encontro, em 19 de dezembro de 2017, no qual participaram 53 pessoas (DBC, 2017), vieram as festas de fim de ano e o recesso escolar e, em 2018, diante de desistências, dificuldades financeiras e falta de apoio institucional para pagamento da

---

<sup>12</sup> Quando não indicadas e referenciadas expressamente outras fontes, elucidamos que as informações veiculadas neste item têm como fonte o grupo focal realizado com as docentes participantes da pesquisa. Para as citações diretas, ainda que de falas obtidas no grupo focal, procedemos ao devido referenciamento.

consultoria e agenda de início de ano letivo, não houve sucesso na contratação da consultoria para constituição das comunidades de aprendizagem com José Pacheco.

Não obstante, as mesmas professoras que organizaram o primeiro ciclo do percurso do DBC decidiram planejar o segundo ciclo, porém com uma guinada de foco.

Avaliando a primeira etapa, refletiram que, apesar da significativa repercussão junto à sociedade civil e comunidade escolar, o movimento corria o risco de ter como público majoritário a classe média e a parte mais abastada da esquerda, não consolidando como seu público a população vulnerável socioeconomicamente, que no fim das contas é a usuária da escola pública. Por exemplo, faço aqui um relato pessoal: ao chegar no evento da roda de conversa com José Pacheco, eu me deparei com uma série de carros estacionados e um guardador tomando conta dos automóveis, provavelmente morador da comunidade do Camarão.

Por essa razão, afirmou a Professora A (Grupo focal, 2022) que o Diálogos, em alguma medida, “só afetava uma parcela da comunidade, que éramos nós, ‘os universitários’. Apenas os educadores e apreciadores da educação.”

Houve, nesse passo, a conclusão de que deveriam subir o morro, “amassar o barro, pedir a fonte de energia” (Professora A, Grupo focal, 2022). Se a comunidade foi até a escola, agora era a hora do vice-versa.

Existiu um consenso sobre ingressar na temática racial, tratar da questão negra em Ilhabela, definindo-se, como tema do segundo percurso, a “História e Cultura Negra da Ilhabela” (DBC, 2018), com as ações a serem realizadas no Espaço do Grupo Semear, organização da liderança comunitária Nega da Capoeira.

Escolheu-se a série documental “Sobre a Congada de Ilhabela”, de Eduardo Kishimoto e Giovanni Cirino, produzida pela TV USP como desdobramento da tese de doutorado de Cirino (CIRINO, 2012). No total, seriam 7 documentários com duração de 26 minutos cada, veiculando-se um ou dois a cada encontro, a depender do desenrolar dos debates.



**Figura 5- Foto da divulgação do terceiro encontro do segundo percurso**

Os encontros seguiram a mesma lógica do primeiro percurso, com acolhimento e construção coletiva do espaço, rodas de debates e reflexão conjunta. Houve a presença do diretor e autor da tese de doutorado em que se baseavam os documentários, Giovanni Cirino, lideranças comunitárias, mestres de capoeira e, inclusive, chefe de terreiro de Candomblé. A Congada, por seu turno, é manifestação de devoção à São Benedito, com forte apelo em Ilhabela/SP e influência cultural africana, que acontece, com suas especificidades, em vários lugares do Brasil e que, localmente, aparece entrelaçado como manifestação cultural também das comunidades tradicionais caiçaras (CIRINO, 2012), sendo, desse modo, tema com capacidade de evidenciar as raízes não hegemônicas na formação social ilhabelense.

Todavia, em termos quantitativos, havia menos pessoas presentes, em comparação ao primeiro percurso.

Dos sete encontros planejados, apenas três foram realizados, interrompendo-se o Diálogos que Brotam do Chão sem uma razão expressa, elaborada e comunicada ao público. Nenhuma outra ação, integrando esse movimento ou o Coletivo, especificamente, foi realizada.

Indagadas sobre os motivos, não houve precisão nas respostas das docentes participantes do grupo focal. Cada uma delas atribui a questões pessoais, falando apenas por si, destacando crises pessoais e, sobretudo, o cansaço e esgotamento físico-emocional que a condução de

mobilização desse porte gerava, impulsionados pelos efeitos das retaliações que passam a sofrer. No que se refere às retaliações e deterioração físico-emocional, cuida-se de aspecto importante que se revela enquanto resultado desta pesquisa, integrante de uma das categorias de análise, as relações de poder no interior das unidades escolares, a qual será retomada nos capítulos seguintes.

### **3.4 O Mini Fórum de Educação Ambiental de 2018**

Apesar do término repentino das atividades do Diálogos que Brotam do Chão, pouco tempo depois, com início em meados de agosto de 2018, outro ciclo de iniciativas que mobilizaram comunidade escolar se deu em torno da realização do II Mini Fórum de Educação Ambiental da Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza- a Escola do Camarão.

O objetivo do evento centrava-se em, através da apresentação à comunidade, refletir e avaliar as ações e processos que vinham sendo realizados ao longo do ano pela escola, na temática da educação ambiental (ILHABELA, 2018b).

Os processos eram constituídos por projetos, estruturados em Grupos de Responsabilidade (GR), os quais, somados, compunham o Eixo de Educação Ambiental, que pretendia ser parte do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola. Cada GR era formado por alunos de diferentes séries e turmas, professores, membros da comunidade escolar e parceiros da escola, sendo, em geral, liderados pelos estudantes, com a supervisão de um professor.

Os GR eram os seguintes (ILHABELA, 2018b):

- a) Camarão Urubuzando: em parceria com a entidade sem fins lucrativos Morada da Floresta, seu tema central eram os resíduos sólidos gerados nas atividades diárias da escola, a qual realizava compostagem de parte dos resíduos sólidos. Outro projeto envolvia mídias alternativas e audiovisual, com o apoio de cineasta parceiro da escola, que ensinava os estudantes sobre a produção de vídeos, relacionando as Tecnologias de Informação e Comunicação ao processo de aprendizagem, a partir do tema dos resíduos;
- b) Camarão passarinhando: destinava-se à “observação e estudo de animais e plantas da Ilha, reconhecendo espécies naturais e endêmicas, no entorno escolar e por todo o Arquipélago e região” (ILHABELA, 2018b, p. 3);

- c) Camarão vai à praia: se baseava em “expedições pela região do arquipélago e entorno, bem como no reconhecimento das culturas humanas originárias, como a indígena e aquelas advindas do processo colonizatório, a cultura negra e tradicional caiçara” (ILHABELA, 2018c, p. 3);
- d) Camarão semeando: reunia atividades de cultivo de plantas na escola. Aglutinava projetos de agrofloresta, horta escolar, horta suspensa, florais (para uso medicinal) e jardins;
- e) Camarão Rio Acima: referenciando-se no Córrego do Camarão, que corta a escola e todo o bairro, o eixo consistia em estudar o meio em que se insere a unidade escolar, estabelecendo contato com a comunidade. Incluiu a ação Primavera X, gincana de caráter nacional envolvendo escolas, cujo objetivo era cuidar das águas do Brasil.

A Primavera X surgiu em 2018, como desdobramento da 5ª Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, evento promovido pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, entre os dias 15 e 21 de junho na cidade de Sumaré/SP. A ação foi criada e organizada pelo educador Edgard Gouveia Jr., propondo aos jovens escolares um jogo colaborativo, arranjado em sucessivas ‘missões’ - ou etapas, com a finalidade de cuidar de algum rio ou recurso hídrico de suas cidades (LIVELAB, 2018).

Nessa época, a Escola do Camarão ficava de portões abertos, aos sábados, para professores, alunos e pessoas interessadas, sem vínculo direto com a escola, que quisessem cuidar da agrofloresta. As etapas desenvolvidas da Primavera X foram as seguintes (ILHABELA, 2018c):

- a) Encontros na escola para divulgar a Primavera X, angariar possíveis participantes e combinar as etapas;
- b) 1º Mutirão de retirada de lixo do rio do Camarão;
- c) Entrevista na rádio Ilhabela FM, sobre a Jornada Primavera X;
- d) Saída à comunidade para recolher lixo do rio, pintar ruas, conversar com moradores da comunidade e colar cartazes nos postes;
- e) Dia do II Mini Fórum de Educação Ambiental.

A primeira ação efetiva do ciclo aconteceu em 15 de setembro de 2018, dia mundial de limpeza de rios e águas (que se comemora no terceiro sábado de setembro) e consistiu em subir a rua, retirando o lixo das margens do rio. Compareceram dezenas de pessoas, dentre alunos, professores, pais de alunos, funcionários e voluntários, para os quais eram distribuídas luvas e sacos vazios para armazenar o lixo (ILHABELA, 2018c). Mãe de aluno concedeu o seguinte depoimento, após as atividades:

Estou revivendo 30 anos atrás, quando eu era criança, a gente passava todo final de semana pra ir lá para cima no Camarão, só que a cachoeira não é mais a mesma. Não tinha tanta casa, era larga, dava pra gente tomar banho, dava pra gente beber água, agora infelizmente não dá mais (ILHABELA, 2018c).

As reflexões que seguiram a esta data, sobretudo dos próprios estudantes, criticaram a ineficiência da mera retirada do lixo do rio, que acabava por se converter em ‘enxugar o gelo’, questão que demandava ações mais complexas junto à comunidade, de conscientização e busca da origem dos problemas e possíveis soluções.

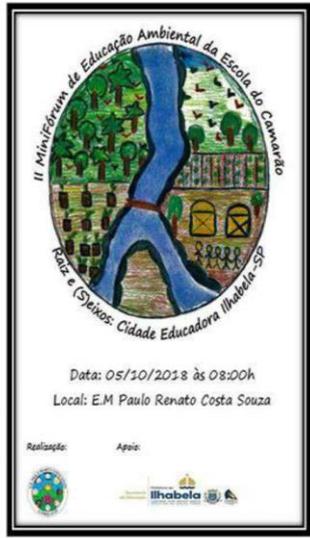
Desta forma, para o dia 22 de setembro, aventou-se subir novamente o rio, porém conversando com moradores do entorno, colando cartazes nos postes e pintando as ruas com mensagens de conscientização. Na quinta-feira anterior a este evento, alunos, professora e voluntários participaram, ao vivo, de programa de rádio da cidade, a fim de divulgar as atividades.

Encerrada a gincana Primavera X, sucedeu-se, em 5 de outubro, o dia do II Mini Fórum de Educação Ambiental na escola, cuja abertura contou com palestra do educador Edgard Gouveia, idealizador da ação. Dois estudantes elaboraram um mini rap para divulgar o dia do evento, cuja letra foi a seguinte:

Dia 28 de setembro tem um evento legal/ É o II Mini Fórum de Educação Ambiental/ É mais ou menos assim que a gente vai rimando/ Educação vai sempre transformando/ A gente quer uma melhor cidade/ e também uma educação de qualidade/ Agora vou dizer: tem que ser transformadora/ Tema Raiz e Eixos, Cidade Educadora/ é mais ou menos assim, que vou mandando/ Nicolas MC, que agora tá rimando/ Vai ser na sexta-feira/ Então vem todo mundo/ A gente tá na meta de mudar o mundo. (ILHABELA, 2018c).

Da programação, composta por oficinas, rodas de conversa, feira de produtores e trocas, exposição fotográfica, palestra e contação de histórias, destaca-se a presença, como autores, de alunos, pais de alunos, membros do poder público, da sociedade civil, alunos de outras escolas e professores, o que denota a continuidade da tentativa de integração e diálogo da EMEF Paulo

Renato com a comunidade escolar e com outros sujeitos que atuam no campo da educação e na prática social em geral (ILHABELA, 2018c).



### Programação

08:00 h - Abertura

09:00 h - Palestra com Edgard Gouveia  
"Transformar o mundo brincando"

10:30 - Oficinas Simultâneas:

- Oficina de Papel Reciclado com Silvana Beraldo Sec. Assist. Social;
- Oficina ComCertos - História de Colas com o poetrucista Arildo Correia Lima ;
- Oficina de Sabão com Nadir mãe do estudante Gustavo 3º D;
- Narradores, narrativas: Nossa Memória;
- Oficina de Compostagem com Tatiana da Morada da Floresta;
- Oficina de Miniterrários com estudantes do 6º B;
- Exposição de desenhos de estudantes do PEI Barra Velha;
- Roda de conversa sobre "Resíduos Sólidos"; com Esméria da Sec. Municipal de Meio Ambiente;
- Feira de Trocas ;
- Feirinha de produtores e produtos

12:00 h - Almoço

13:00 h - Leitura Cartinha da Terra para as crianças - Estudante Pedro Ximenes

13:30 h - Oficinas Simultâneas:

- Oficina Papel Reciclado com Silvana Beraldo Sec. Assist. Social;
- Exposição de desenhos de alunos do PEI Barra Velha;
- Exposição Fotográfica Baleia à Vista com Arlaine Francisco e Julio Cardoso;
- Horta Suspensa com os estudantes dos 3º A,B,C e D;

15:00 - Contação de Histórias: A fiandeira, com Renata Maciel

16:00 - Encerramento

**Figura 6- Programação do II Mini Fórum de Educação Ambiental da Escola do Camarão, de 2018**

Com a inspiração da letra do rap dos estudantes, abordaremos, no capítulo seguinte, quais foram as ferramentas, no âmbito da pesquisa científica, utilizadas como procedimentos para colher os dados e captar a realidade dos movimentos ocorridos na unidade escolar, a sua gestão democrática e condicionantes, para o que nos valem de múltiplas fontes. Do mesmo modo, expor-se-ão as bases metodológicas que fundamentam a análise dos dados coletados e conclusões da pesquisa, no sentido de responder aos questionamentos oriundos do objetivo perseguido.

Assim, proceder-se-á ao exame dos elementos essenciais que estruturam a presente atividade enquanto pesquisa científica, de modo a validar, na medida do possível, suas conclusões e oferecê-las com alguma segurança à comunidade.

#### **4 A REALIDADE CONCRETA EM ANÁLISE: AÇÕES NA PESQUISA DE CAMPO E FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS PARA SUA COMPREENSÃO**

Estabelecido e delimitado adequadamente o objeto que se pretende investigar, a pesquisa se estrutura a partir da escolha, coerente com aquele, das ferramentas de que se vale o pesquisador para se apropriar dos fatos, isto é, os procedimentos metodológicos na pesquisa de campo, que, integrando-se aos pressupostos metodológicos- que por sua vez são os instrumentos analíticos utilizados para explicar o fenômeno segundo os dados apreendidos- prestam-se a fornecer as respostas para os objetivos indagados no início (NETTO, 2009).

Assim, cumpre recapitular os elementos essenciais desta pesquisa. O objetivo geral é analisar as contradições no movimento de implantação da gestão democrática na E.M.E.F. Paulo Renato Costa Souza em Ihabela/SP, a partir do movimento Diálogos que Brotam do Chão e do 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, ocorridos entre 2017 e 2018.

A questão a que visa responder, isto é, o problema de pesquisa, é quais seriam os limites e possibilidades- incoerências e potências- instituídos no processo de implantação da gestão democrática na unidade escolar, que expressam as contradições presentes na sociedade de Ihabela/SP.

Para tanto, fez-se necessário compreender três principais aspectos do movimento do objeto e articulá-los entre si. Ou seja, se a coleta dos dados objetivou investigar a relação entre as mobilizações ocorridas na Escola do Camarão, especificamente o movimento Diálogos que Brotam do Chão e o 2º Mini Fórum de Educação Ambiental de 2018 e a efetivação da gestão democrática na referida unidade escolar, bem como as condicionantes que a limitam ou impedem, tornou-se preciso:

- a) analisar as mobilizações ocorridas, destrinchando as ações, sujeitos participantes, conteúdo e repercussões;
- b) investigar o funcionamento dos mecanismos de participação na escola e suas relações de poder;
- c) perscrutar os condicionantes políticos, econômicos e sociais que interferem na atividade escolar;
- d) correlacionar os três aspectos, orientado pelas perspectivas teóricas e metodológicas assumidas na pesquisa.

As ferramentas utilizadas para obter os dados tiveram fontes diversas.

As ações realizadas na escola junto à comunidade e sociedade civil foram acompanhadas de uma carga considerável de registros, facilitando o nosso trabalho. O Diálogos que Brotam do Chão instituiu uma página na rede social do Facebook, através da qual divulgava amplamente as atividades promovidas. Além da divulgação prévia, transmitia em tempo real os eventos, disponibilizando o material também em canal do youtube, razão pela qual foi possível obter gravações da íntegra de algumas das ações- as mais importantes, como a roda de conversa com José Pacheco, por exemplo. Nesse caso, quando mencionamos os fatos ocorridos em cada um dos eventos, fizemos o devido referenciamento da fonte. A página do Facebook era instrumento que permitia também a interação entre os frequentadores.

Registros como convites aos eventos também foram agregados à pesquisa e aqui aparecem como figuras, devidamente listadas nos elementos pré textuais.

O 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, realizado alguns meses após o término das atividades do DBC, seguiu a mesma dinâmica. Além disso, uma vez que se tratou de evento formal viabilizado com o apoio da unidade escolar, foi precedido da elaboração de projeto fundamentado, que inclusive pretendia torná-lo parte do PPP da escola. Tivemos acesso ao projeto, que também foi utilizado como fonte para os fatos relatados, fazendo-se a devida referência.

Os dados sobre as ações de 2017 e 2018 (DBC e 2º Mini Fórum de Educação Ambiental) foram consolidados e enriquecidos com os relatos orais das professoras, colhidos no grupo focal.

Grupo focal consiste em técnica de pesquisa para coleta de dados a partir da discussão e reflexão coletivas, oral, em pequenos grupos, sobre um determinado assunto (MORGAN, 1997).

Segundo Gondim (2003, p. 151), “pode ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos”. Semelhante a uma entrevista coletiva, dela difere-se pelo fato de que o pesquisador não estabelece uma relação dual com cada um dos entrevistados, mas, ao contrário, obtém seu material a partir do que foi coletivamente construído naquela atividade, com base nas interações e interinfluências. Como aduz Gondim (2003, p. 151):

Os entrevistadores de grupo pretendem ouvir a opinião de cada um e comparar suas respostas; sendo assim, o seu nível de análise é o indivíduo no grupo. A unidade de análise do grupo focal, no entanto, é o próprio grupo. Se uma opinião é esboçada, mesmo não sendo compartilhada por todos, para efeito de análise e interpretação dos resultados, ela é referida como do grupo.

A técnica eleita dialoga com os pressupostos metodológicos que orientam a análise dos dados e consequente produção do conhecimento. Sendo o indivíduo concreto constituído por mediações experimentadas nas relações sociais, os significados e sentidos que produz, expressos nas falas, se convertem em caminhos para compreender tais relações e suas contradições, propiciando o entendimento do contexto e seus determinantes, naquilo que pensa e sente a pessoa, o que é potencializado pelas trocas e confrontações nos pequenos grupos. Em outras palavras, o “físico, o biológico, o psicológico, o sociológico, o cultural, o político, o moral estão imbricados de tal modo no comportamento que se apoiar em apenas um deles para dar conta do fenômeno humano é insuficiente” (GONDIM, 2003, p. 160).

Porém, as discussões nos grupos não acontecem aleatoriamente, sendo necessário o planejamento do procedimento, que perpassa por aspectos como a escolha das pessoas que formarão o grupo focal, que por sua vez leva em conta o quanto estão aptas a discorrer sobre determinado tema, até a relação entre elas; o local onde a atividade é realizada; a quantidade de pessoas no grupo; o caráter mais ou menos diretivo do pesquisador; a forma de análise dos resultados.

Conforme Morgan (1997), um moderador deve procurar abranger uma variedade de ângulos e questões relevantes sobre o assunto e viabilizar um debate fecundo, selecionando bem suas intervenções para permitir que a discussão flua, intervindo o mínimo necessário para introduzir novas questões ou facilitar o processo em curso. Por isso, “um roteiro é importante, mas sem ser confundido com um questionário” (GONDIM, 2003, p. 154).

Assim, cumpre-nos nos debruçar sobre a questão da escolha e apresentação das pessoas escolhidas para participarem do grupo focal, ressaltando-se que o procedimento teve alta relevância na coleta de dados, fornecendo elementos para todos os aspectos pesquisados (movimentos de 2017 e 2018; gestão democrática e relações na escola; condicionantes, potencialidades e contradições).

A fim de favorecer o fluxo das discussões, foram escolhidas três pessoas, além deste pesquisador, moderador da atividade. Todas elas são professoras na Escola do Camarão e têm entre 35 e 45 anos. Além disso, possuem em comum o fato de que ingressaram nos quadros da Prefeitura de Ilhabela, com vínculo efetivo, por meio da admissão mediante concurso público, através do concurso realizado em 2014 (ILHABELA, 2015b).

A razão para a escolha das docentes privilegiou o conhecimento e participação nos fatos pesquisados. Duas das professoras foram as protagonistas do Diálogos que Brotam do Chão e uma delas do 2º Mini Fórum de Educação Ambiental. Por outro lado, a outra ocupa, nos últimos anos, cargo de gestão, agregando outra perspectiva, qualificada para compreensão geral da

escola em seus processos, da relação entre seus diferentes sujeitos, com a gestão do município e com a comunidade escolar. Além disso, embora não protagonizando, participou também das ações de 2017 e 2018. Ademais, as três professoras são bastante atuantes na escola de maneira geral.

Adotamos, em comum acordo, três codinomes. Professora A e Professora Dona são as duas docentes que protagonizaram o Diálogos que Brotam do Chão e lecionam na Escola do Camarão. Dona, no caso, desde 2015 quando ingressou nos quadros da Prefeitura e se mudou para Ilhabela/SP. Professora A também esteve à frente do 2º Mini Fórum de Educação Ambiental de 2018 e leciona na Escola do Camarão desde 2016. Mora em Ilhabela/SP desde 2013, mas mantinha vínculos temporários com a Prefeitura, contratada pelos processos seletivos anuais que a Secretaria Municipal de Educação realiza para contratação precária de professores.

Professora C leciona na Escola do Camarão desde 2016 e ocupou cargo de gestão, na referida unidade escolar, nos últimos anos.

Já o local escolhido, a própria residência de uma das participantes, gentilmente cedida, prestigiou a segurança e conforto psicológico para tratar de pontos que poderiam se tornar espinhosos, seja em termos emocionais para elas, seja em relação à privacidade para abordar assuntos polêmicos socialmente.

Procurei, no âmbito da função de moderador, limitar minha intervenção ao essencial, focando a condução em dois aspectos, que se revelaram pertinentes ao longo do grupo focal: introduzir e resgatar determinados temas que não apareciam espontaneamente, mas eram considerados importantes para a pesquisa; se atentar para que ninguém dominasse a fala ou se sentisse inibida a falar.

Foram três horas e trinta e três minutos sem uma pausa sequer, salvo idas ao banheiro e em busca de água e alimento, tendo o procedimento em questão transcorrido de forma bastante satisfatória, resultando em coleta de material abundante, o qual foi quase totalmente transcrito (naquilo que seria aproveitado), dividido e agrupado em temas e, posteriormente, refinado com a exclusão do que não se mostrou relevante para análise dos fatos. Assim, agrupadas e condensadas, as falas puderam ser objeto de análise e articulação entre si, produzindo-se dados, complementados por aqueles provenientes de outras fontes e examinados através dos instrumentais metodológicos.

A situação da gestão democrática na unidade escolar foi pesquisada com base nas atas do Conselho Escolar da escola pesquisada, atas do Conselho Municipal de Educação, leis e outros atos normativos e administrativos, complementados pelos dados do grupo focal, que

expressam, sobretudo, as relações entre os sujeitos escolares para além do que consta dos documentos oficiais.

Os condicionantes políticos, econômicos e sociais que interferem na atividade escolar foram investigados por meio de documentos oficiais, fontes bibliográficas, registros gerais, referenciados ao longo do texto e também pelas discussões do grupo focal.

Nesse sentido, durante a realização do grupo focal, as participantes mencionaram a existência de um mapeamento social realizado junto à comunidade local, cujo objetivo foi reunir características e informações sobre as famílias, que permitissem um diagnóstico das demandas e pudessem subsidiar o trabalho da escola. Esse material foi integrado à pesquisa, dada a natureza de ação junto à comunidade visando aproximá-la, de modo a tornar a escola integrada ao meio social que atende.

Além dos documentos do mapeamento, foi-nos disponibilizado material relativo ao recente processo, em curso, de reformulação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Guia da Escola, que contém as informações gerais sobre a unidade escolar. Ambos refletem processos de interação com a comunidade e transformativos, revelando-se úteis ao escopo da pesquisa.

Um ponto importante no que se refere aos dados utilizados é a obtenção de alguns através das redes sociais, porque foram essas ferramentas muito usadas para fins de divulgação e registro das atividades pesquisadas.

Em que pese, em termos gerais, haver hoje, “insuficiência de fontes metodológicas acadêmicas para orientar tal utilização”, inexistindo “metodologia própria e consolidada, referente à utilização de dados extraídos das redes sociais online” (PINHEIRO, 2019, p. 46), isso não implica a impossibilidade ou inconveniência de fazê-lo, mas, apenas, uma recomendação de cautela. Do contrário, estar-se-ia negando, sem justificativa razoável ou científica, fonte real e considerável de dados que registram a realidade.

Isso porque, desde os anos 1990, intensificando-se no século XXI, a Internet consolidou-se, além de ferramenta tecnológica de informação e produção, como relevante forma de interação social que repercute nas identidades, na cultura, na política e nas ideologias (CASTELLS, 2005). Nesse sentido, “as redes sociais na Internet representam um novo e complexo universo de fenômenos comunicativos, sociais e discursivos”, não sendo a existência de redes sociais a novidade, mas sim a inserção no ciberespaço, que traz à lume “novos elementos e novas dinâmicas para seu estudo”, propiciando “pela primeira vez, que interações e conversações sejam mapeadas e estudadas em larga escala” (RECUERO, 2014, p. 1).

Mencionando-se apenas a rede social Facebook, pode-se citar acontecimentos expressivos no meio político-social em escala global que tiveram o uso da rede como elemento

importante. São exemplos a Primavera Árabe (Tunísia, Argélia, Jordânia, Omã, Egito, Iêmen, Líbia, Síria, Marrocos); o movimento Indignados, iniciado em 15 de maio de 2011, com uma convocação em cinquenta e oito cidades espanholas; o movimento Occupy Wall Street, ocorrido em setembro de 2011, em Nova York, nos Estados Unidos; as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil (CASTELLS, 2017). O Facebook, assim como outras mídias sociais, tiveram influência nas eleições brasileiras e norte-americanas, respectivamente, em 2018 e 2016, razão pela qual o proprietário da rede foi chamado ao Senado dos Estados Unidos da América para prestar esclarecimentos a respeito de possível manipulação indevida. (G1, 2018).

Pertinente ressaltar que materiais divulgados na internet ou documentos eletrônicos não perdem a qualidade de documentos. Segundo Phillips (1974, p. 187) documentos são “quaisquer materiais escritos utilizados que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. As redes sociais geram, portanto, um arcabouço de dados a serem utilizados, quando for o caso, pela pesquisa social, desde que observados determinados parâmetros.

Em primeiro lugar, dada a marca da intertextualidade dos documentos na internet, caracterizados por links, faz-se apropriado que se mencione tal endereço, bem assim a data que a página foi acessada. Além disso, é necessário uma seleção mais rigorosa, com filtro crítico acentuado, uma vez que a rede possui volume de informações incalculável, sobre todos os domínios e assuntos. Como qualquer outro documento, “você deve perguntar: quem produziu estas páginas, para quem e com que intenções? Que meios foram utilizados para atingir estes objetivos?” (FLICK, 2013, p. 172).

Da mesma maneira, os dados devem ser extraídos de endereços de acesso público, sem limitações relativas à privacidade, segurança ou controle de acesso às pessoas em geral, adequando-se ao conceito de acesso público constante da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata das disposições relativas à ética na pesquisa nas áreas das Ciências Humanas e Sociais.

Uma vez concluída a coleta dos dados, para analisá-los, nos orientamos por determinados pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa social. Como indica a própria diversidade de fonte de dados, procuramos voltar o olhar não apenas ao objeto em si e de forma imediata, estática e descritiva, mas sobretudo nas relações que ele estabelece, suas mediações, bem assim nas condições e circunstâncias de sua manifestação, a fim de que se possa compreender o significado histórico do fenômeno estudado, suas influências e implicações nas relações sociais, seus limites e assim tentar entendê-lo da forma mais ampla e fundamentada possível.

Segundo Marx (1845, 6ª tese), “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais.”

Essa curta frase contém em si, implícita ou explicitamente, as noções de movimento, processo e, conseqüentemente, de historicidade. Parte-se, assim, da premissa de que as pessoas não são seres que contêm inerentemente o humano em si, já como uma semente biológica cujo ambiente em que vive seria unicamente o palco de seu natural desenvolvimento, mas sim que as pessoas se tornam humanas a partir das suas relações sociais e através da concretização dessas em si, com suas inúmeras e complexas mediações e determinações que foram sendo construídas ao longo do tempo (OLIVEIRA, 2005).

Trata-se, assim, de uma forma de enxergar a realidade social e humana que se difere do idealismo, muito presente no cotidiano, inclusive no universo educacional, que atribui às próprias ideias o poder de criar ou transformar a realidade.

Com efeito, o idealismo pode ser entendido como a forma de pensar que atribui à realidade uma dependência ou influência em relação às ideias, à consciência, tendo estas uma preponderância. As ideias moldariam a realidade material e não o contrário, sendo elas as agentes de transformação. É justamente o que o materialismo defendido por Marx busca refutar, argumentando que, na verdade, o espírito ou a consciência não são senão produtos da realidade, decorrentes das relações sociais concretas (BOTTOMORE, 2013).

Outro pressuposto relevante que orienta a análise empreendida nos capítulos subsequentes é o conceito fundamental de dialética. Distinguindo a lógica formal tradicional da lógica dialética, temos que a primeira adota os princípios da identidade e da não contradição, isto é, da exclusão, separando os elementos segundo suas características, sem possibilidade de convivência lógica entre pólos opostos, critério dentro do qual é possível identificar, organizar, catalogar e classificar juízos descritivos na observação da realidade, sendo “uma lógica criada pelo homem para identificar, caracterizar e classificar os elementos em suas especificidades. Considera, portanto, os elementos de per se, sem movimento, como elementos estáticos.” (OLIVEIRA, 2005, p. 14).

Entretanto, essa lógica é insuficiente para captar o movimento do real, conhecê-lo processualmente em suas relações e transformações. A lógica dialética admite a complementaridade entre polos opostos e não a exclusão ou eliminação. Assim, “um determinado fenômeno constitui-se de polos opostos e, ao mesmo tempo, complementares” (OLIVEIRA, 2005, p. 15), os quais se integram, “conservando suas bases válidas e rompendo seus limites” (OLIVEIRA, 2005, p. 16), dando origem a algo novo, que será a superação desses

polos antigos a partir da incorporação. A contradição não é vista como antagônica e sim como própria de um movimento de contínua transformação, que, na realidade, a impulsiona.

Acrescendo-se às demais, por sua vez, a noção expressa pelo binômio totalidade-complexidade é entendida como a interligação estruturada e articulada entre elementos que compõem um todo, porém não meramente enquanto partes funcionais apartadas, mas como universos relativamente autônomos que convivem e guardam relações, por vezes contraditórias e não lineares.

Para o materialismo histórico-dialético, o conhecimento teórico consiste, então, na reprodução da realidade no campo das ideias: conhecer significa traduzir o movimento real de determinado objeto, observado nas múltiplas relações que o constituem, a se compreender a sua estrutura e dinâmica. Em verdade, as concepções de processualidade, movimento, complexidade e contradição conferem à realidade social um caráter histórico, nos colocando como fruto das relações sociais concretas travadas ao longo da atividade humana no mundo. Isso faz com que o estado de coisas social e mesmo a nossa ideia do que somos perca o caráter de naturalidade e passe a ser o resultado de decisões, arranjos, disputas, fatores político-econômicos e culturais, que, por isso mesmo, podem ser modificados.

Freire (2018, p. 51) exemplifica esse modo de entender o humano e as coletividades ao assinalar que somos “capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos, mas capazes também de impensáveis exemplos de baixa e indignidade.” Por isso, arremata o autor: “a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é tempo de possibilidades, e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade” (FREIRE, 2018, p. 52).

Considerando esses pressupostos metodológicos que conduziram, em uma relação dinâmica, a explicação oriunda da análise dos dados, mas também a sua própria coleta, cumpre-nos abordar, ainda, a concepção dialética do singular-particular-universal, baseada, sobretudo, no trabalho de Oliveira (2005).

Essa visão sintetiza os conceitos acima delineados, partindo do princípio da compreensão histórico-social do ser humano. Nela, o ser humano, singular, se apropria da universalidade, que significa a cultura produzida ao longo das gerações pela humanidade, ou seja, a universalidade. A universalidade, por sua vez, não existe abstratamente, mas somente se objetiva em cada pessoa, na singularidade. Essa concretização ocorre por meio das relações sociais no bojo de uma sociedade historicamente datada e geograficamente localizada, isto é, em dado contexto social e histórico, que é a particularidade em suas múltiplas determinações.

O entrelaçamento entre tais dimensões não ocorre senão de maneira dialética, isto é, contraditória e em constante movimento de transformação.

Portanto, conhecer um dado objeto implica conhecer a particularidade, contexto histórico-social mais próximo que fornece as determinações e relações imediatas, mas também a universalidade, a condição do gênero humano, em que o mesmo está envolvido. Caso contrário, acaba-se confundindo o todo e o potencial com o momentâneo e o estabelecido, reificando-se a realidade e limitando as ações à mera adaptação das singularidades às particularidades, que por sinal, é o que prega a sociedade capitalista, inclusive nas reformas educacionais hegemônicas: a adaptação como única possibilidade.

Assim, conhecer uma realidade não é possível apenas através de suas manifestações mais imediatas ou de forma meramente descritiva. Ao contrário, é “preciso considerar-se, sim, as manifestações fenomênicas mais imediatas dos fatos da realidade em que se pretende atuar, mas considerá-las como ponto de partida e de chegada da investigação” (OLIVEIRA, 2005, p. 9), transpondo-se a imediaticidade para chegar às raízes processuais.

Sendo assim, reunido o material a partir da coleta dos dados, foram elaboradas as categorias de explicação do objeto, que expressam os resultados da pesquisa, dedicando-se a isso capítulos específicos, através do esforço intelectual de cotejo, associação, confrontação, articulação e análise, organizando-se os dados em núcleos temáticos que dão suporte a linhas de argumentação, orientados pelas categorias metodológicas abordadas acima e com o apoio dos referenciais teóricos.

Adverte-se, contudo, que:

Seria, portanto, mistificante querer utilizar um esquema único da relação singular-particular-universal como modelo para todas as análises. Como, de certa maneira, já foi dito anteriormente, essa relação não se refere sempre a um determinado movimento processual da realidade. **É preciso identificar e caracterizar, na própria realidade, as condições histórico-sociais que determinam seu modo de ser e suas transformações histórico-sociais para formular determinada lei e respectiva categoria.** (OLIVEIRA, 2005, p. 12) (grifos nossos)

Deste modo, trazendo os instrumentais de pesquisa e pressupostos metodológicos para a realidade pesquisada, ocupamo-nos, desde o início, com o capítulo “Democracia e Educação em perspectiva”, em situar a realidade pesquisada na Escola do Camarão em um plano mais abrangente, capaz de identificar a universalidade com a qual, conscientemente ou não, seus sujeitos e suas relações, que compõem a singularidade vivenciada, interagem em sua caminhada histórico-social. Por essa razão, exploramos os temas da democracia, desde as origens mais longínquas às problematizações do contexto mais recente, fazendo-se o mesmo em relação à

educação, a fim de fornecer as determinações mais amplas e estruturais que atuam e se materializam nos contextos singulares, através da particularidade da realidade localmente instituída. Assim, a unidade escolar deixa apenas de lecionar o currículo legalmente estabelecido e promover escolarização obrigatória, para se significar enquanto “uma atividade mediadora no seio da prática social global” (SAVIANI, 2018, p. 59).

As condições histórico-sociais que determinam o modo de ser da realidade encontrada na pesquisa, com o intuito de compreender as mediações em que se objetiva a universalidade, isto é, a demonstração da particularidade, se iniciou com o capítulo “Luta pela Democracia na Escola: o caso da Escola do Camarão em Ilhabela/SP”, no qual um panorama da formação histórico-social de Ilhabela, bem como das ações de luta no campo democrático foram trazidas à exposição dos dados. No momento da análise mais aprofundada, a que procedem os capítulos “Os elementos da análise do movimento do real: condicionantes e situação institucional” e “Contradições e possibilidades da transformação: A práxis da construção democrática na Escola do Camarão”, os aspectos do contexto particular são retomados, sobretudo os condicionantes políticos de caráter local e os condicionantes institucionais, que interagem intensamente com a realidade escolar, agindo nas condições e circunstâncias em que a possibilidade de horizontalidade nas relações que subjazem à atividade educativa possa, ou não, acontecer.

Do mesmo modo, os elementos da singularidade da Escola do Camarão e das ações de mobilização que nela ocorreram também são apresentados no capítulo “Luta pela Democracia na Escola: o caso da Escola do Camarão em Ilhabela/SP”, quando abordamos algumas características gerais sobre o bairro, a escola, bem como, especificamente, a respeito das ações que integraram o movimento Diálogos que Brotam do Chão e o 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, entre 2017 e 2018, o que também é retomado no capítulo “Contradições e possibilidades da transformação: A práxis da construção democrática na Escola do Camarão”, a fim de analisar a realidade das relações e gestão democrática na unidade escolar nos anos mais recentes e suscitar possíveis correlações, repercussões e influências.

Toda a maneira como tais elementos e dimensões interagem, que representam o produto da análise dos dados e propiciam os efetivos resultados da pesquisa apenas confirmam a lógica dialética em que opera a realidade social em movimento, constituída em sua materialidade e historicidade, não bastando, para que ocorram as transformações segundo uma ótica ética e política, apenas a vontade e intenção, por mais nobres e contundentes que sejam, mas que nos debrucemos- o que se buscou a partir da escolha dos fatos pesquisados e forma de analisá-los sobre as relações, os contextos e o movimento no tempo de uma dada realidade.

Cabe ressaltar que a dinâmica das interações entre determinantes e realidade instituída, de forma alguma, se opera de maneira meramente reprodutora. Assim, mesmo em condições adversas, lograram-se construir relações transformadoras, com resultados concretos e significativos no que se refere à Escola do Camarão. Toda realidade possui suas contradições, onde moram as potencialidades de revertê-la. Como afirmam Ezpeleta e Rockwell (1989, p. 73) “as relações entre o movimento social e a escola não acontecem automaticamente, pois nem a escola é produto previsível, reflexo do sistema de dominação, nem é uma entidade alheia ao movimento social”. Por consequência, tornou-se necessário o exame acurado das condições particulares e singulares, identificando-se as contradições que favoreceram a concretização, em alguma medida, das potencialidades.

Assim sendo, estruturada a presente pesquisa, os capítulos subsequentes dedicam-se à efetiva análise dos dados, objetivando analisar as contradições no movimento de implantação da gestão democrática na E.M.E.F. Paulo Renato Costa Souza em Ilhabela/SP, a partir do movimento Diálogos que Brotam do Chão e do Mini Fórum de Educação Ambiental, ocorridos entre 2017 e 2018, com vistas a responder quais são os limites e possibilidades instituídos no processo de implantação da gestão democrática na unidade escolar, que expressam as contradições presentes na sociedade de Ilhabela/SP.

## 5 OS ELEMENTOS DE ANÁLISE DO MOVIMENTO DO REAL: CONDICIONANTES E SITUAÇÃO INSTITUCIONAL

O capítulo que se segue inicia a análise, em profundidade, dos dados, passando a enunciar as categorias de análise elaboradas, ingressando, efetivamente, na resposta ao teor do que foi proposto como objetivo e problema de pesquisa. Assim, trata, em um primeiro momento, com a categoria de análise “*Participação nas decisões e gestão democrática na Escola do Camarão*”, da situação atual da gestão democrática na unidade escolar pesquisada e na política educacional de Ilhabela/SP, com foco no funcionamento dos órgãos formais de participação, como o Conselho de Escola, o Grêmio Estudantil, no mecanismo legal de escolha da gestão das escolas e na atuação do Conselho Municipal de Educação.

Em seguida, procedemos à análise dos condicionantes políticos e sociais, internos e externos, que estabelecem os limites e incoerências na efetivação de processos democráticos, verificando-se as relações de poder na escola e em que medida e dinâmica traduzem o quadro da sociedade local. Para além dos problemas da situação da democracia e política educacional brasileira em geral, há situações que demonstraram se relacionar com aspectos concernentes às *relações de poder locais*, que integra e relaciona situações como assédio moral, relações precárias de trabalho e pessoalização das relações, com o mandonismo, desorganização do serviço público local e outros sintomas do sistema coronelista, convertendo-se, então, em outra categoria de análise da pesquisa, com suas subcategorias “O assédio moral latente na escola e a pessoalidade nas relações” e “A precariedade das condições de trabalho na escola”.

No próximo capítulo, “Contradições e possibilidades de transformação: A práxis da construção democrática na Escola do Camarão”, será apresentada a categoria que dialoga com as potencialidades de construção de processos democráticos, que expõem as contradições em que age o movimento estudado.

Deste modo, a exposição dos dados segue a lógica “situação atual- inconsistências-potencialidades”, isto é, como se encontra a gestão democrática na Escola do Camarão hoje; quais os limites que impedem sua efetivação; quais as possibilidades que militam em prol de sua objetivação.

### 5.1. Participação nas Decisões e Gestão Democrática na Escola do Camarão

Sendo o objetivo da pesquisa analisar as contradições no movimento de implantação da gestão democrática na E.M.E.F. Paulo Renato Costa Souza em Ilhabela/SP, a partir do movimento Diálogos que Brotam do Chão e do 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, ocorridos entre 2017 e 2018, a categoria de análise *participação nas decisões e gestão democrática* é básica e pressuposto para compreender o estado em que se encontra efetivamente a participação, ou parte da objetivação da democracia, na escola pesquisada, com preponderância, nesta específica categoria, do ponto de vista formal-institucional, isto é, através dos órgãos e ferramentas instituídas para a participação na escola, a partir dos relatos do grupo focal, complementados por documentos oficiais, como as atas e livro da unidade escolar, atas do Conselho Municipal de Educação, normas oficiais em vigor no Município, além de apresentação realizada na escola sobre o grêmio estudantil.

A educação, caso sejam garantidas adequadas condições para que ocorra, é um ato de liberdade, pois amplia possibilidades ao integrar o humano ao ser, contemplando-o com o acesso à cultura construída e passada de geração em geração, a fim de que melhor possa gozar sua vida pessoal e social. Ao mesmo tempo, propicia a apreensão crítica da realidade, podendo, ao descortiná-la, servir de ferramenta de enfrentamento à opressão de pessoas e grupos sociais.

Porém, as condições adequadas, mediadas pelas políticas públicas, dificilmente serão atingidas senão através da reivindicação dos próprios interessados, dentre outras maneiras, através da participação direta na condução da escola, como propõe Paro (2016, p. 50):

Por isso, parece haver pouca probabilidade de o Estado empregar esforços para a democratização do saber sem que a isso seja compelido pela sociedade civil. No âmbito da unidade escolar, esta constatação aponta para a necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola de modo a que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominantes representados pelo Estado. E isso só terá condições de acontecer ‘na medida em que aqueles que mais se beneficiarão de uma democratização da escola puderem participar ativamente das decisões que dizem respeito a seus objetivos e às formas de alcançá-los’ (PARO et al., 1988, p. 228).

Por outro lado, a participação direta no âmbito escolar daqueles diretamente interessados na educação pública de qualidade, para além da garantia das condições materiais fundamentais à educação, possui também uma função propriamente pedagógica. Ninguém vem ao mundo sabendo ser democrático. Sendo o ser humano portador de múltiplos interesses, vontades e valores, em sua consideração como sujeito, a convivência com os demais pressupõe

que seja o mesmo um sujeito político, enquanto construtor e parte dessa convivência, de modo que urge a necessidade de que os estudantes e comunidade escolar participem da construção dessa convivência, criando e vivendo sob as regras para além de suas próprias esferas privadas dentro do espaço escolar. Do contrário, não estarão aprendendo a conviver no sentido político (PARO, 2015).

Outrossim, a ciência pedagógica demonstra que, diferentemente das mercadorias em geral, a educação, enquanto processo formativo mediado, não pode ser consumida passivamente, isto é, independentemente da vontade do educando, pressupondo que este aja como sujeito, de modo que, em última análise, só aprende se quiser. Disso decorre que um real aprendizado é necessariamente democrático, dialógico. Sendo assim, “as ciências da educação mostram que, sem diálogo, não há aprendizado, logo, não há ensino. Em Pedagogia, portanto, a natureza política (democrática) da relação é uma necessidade técnica.” (PARO, 2015, p. 62).

Ademais, a participação na condução da vida escolar é um direito assegurado pela Constituição de 1988, que consagra o princípio da gestão democrática da educação em seu texto, aliado à função de preparo para o exercício da cidadania atribuída ao sistema escolar (artigos 205 e 206), diretrizes essas corroboradas pela LDB, que prevê a existência de normas de gestão democrática, participação da comunidade escolar e local em Conselhos Escolares, articulação dos docentes com a comunidade e participação dos mesmos na elaboração do PPP (artigos 13 e 14).

“Que conselho? O Conselho não existe”, responderam as três professoras participantes do grupo focal, quando perguntadas sobre o funcionamento do Conselho Escolar na Escola do Camarão.

“Ele não existe de fato”, pontuou a Professora Dona (Grupo Focal, 2022). Em outras palavras, existe apenas no papel. Explica a Professora C como funciona o Conselho de Escola:

Existir ele existe como sempre existiu né? No papel. Chega uma data burocrática e a Secretaria Municipal Educação pede: mandem nomes das composições do conselho. Aí se forma o conselho para ter uma resposta ali, burocrática apenas. Mas ele não é atuante, nunca teve. (Professora C, Grupo Focal, 2022).

A resposta burocrática se destina a atender os órgãos de controle, como Tribunal de Contas e Ministério Público.

Tal realidade é compartilhada pelas demais escolas do Município, como afirma a Professora A, pois nunca foi permitido pela Administração Pública que se efetivasse o

funcionamento de conselhos escolares, pois não se trata de política pública bem-vinda para as gestões locais.

Deveras, o Ofício nº 62/2019, de 29 de abril de 2019, da SME, que respondeu a questionamento do CME, revelou que, das 29 unidades escolares do Município, apenas 7 tinham o Conselho Escolar instituído (ILHABELA, 2019a). Assim, nem mesmo para ‘inglês ver’ a grande maioria das escolas estavam com situação regularizada quanto ao colegiado escolar naquele momento.

Vale ressaltar que os Conselhos Escolares “constituem órgãos colegiados que têm a atribuição de deliberar sobre assuntos relativos à gestão escolar. Deve ser formado com representatividade de alunos, pais, professores, gestão, funcionários e comunidade.” (CARVALHO; BERNARDES; GRANDINO, 2020, p. 162), representando, assim, descentralização e compartilhamento de poder.

O quadro se complexifica quando se analisa o papel que teria o Conselho Escolar na legislação em vigor em Ilhabela/SP. Com efeito, a Lei Municipal nº 1.327, de 26 de outubro de 2018, o Estatuto do Magistério Municipal, instituiu a eleição pela comunidade, através do Conselho Escolar, para a definição da gestão (direção e coordenação) das unidades escolares, de modo que a falta de funcionamento de tal órgão acarreta a inviabilização da efetivação da democracia na escola de uma dupla forma.

Entretanto, o que poderia parecer, em um primeiro momento, ter sido uma grande conquista para a democratização das escolas na cidade (eleição para a gestão com a participação da comunidade através do Conselho Escolar), foi, na realidade, no máximo, uma conquista parcial.

Segundo o relato da Professora Dona, a respeito do qual fazemos um resumo nos parágrafos a seguir, o processo de construção dessa lei se deu da seguinte forma: a SME solicitou que cada escola indicasse o nome de professores interessados em participar da Comissão responsável pela elaboração do novo Estatuto do Magistério. Na Escola do Camarão os professores defenderam que deveria haver eleição para escolha do representante e não mera indicação. O próprio diretor queria ocupar esse posto, mas depois aceitou retirar a sua candidatura em favor de professor a ser eleito, inclusive mediante intervenção ativa da Professora A, que o interpelou no sentido de que haveria conflito de interesses em sua participação, por ser indicado pela gestão para o cargo da direção. O diretor aceitou retirar sua intenção de representar a escola, elegendo-se, assim, o professor representante.

No decorrer dos trabalhos, a Professora Dona relata que já houve resistência de parte dos próprios representantes dos docentes em horizontalizar o processo. Enquanto alguns

invocaram a necessidade de escuta e retorno com a base, outros argumentavam ser desnecessário, pois estariam investidos dos poderes para decidir. Assim, “havia a insistência de alguns para que se ouvissem os professores. Fulano era categórico ao afirmar que eles eram os representantes dos professores, então caberia a eles decidirem, pois a base confiaria na opinião deles” (Professora Dona, Grupo Focal, 2022).

Quanto às propostas em discussão para a forma de escolha da gestão das unidades escolares, três possibilidades foram aventadas: eleições diretas, ficar como estava (livre indicação pelo Prefeito) ou concurso público.

Com muita insistência, a discussão foi levada às escolas para ouvir qual era a opção mais aceita pelo professorado.

Feito isso, a eleição direta ganhou, com ampla margem. Funcionaria da seguinte forma: pessoas se candidatariam, passariam por formação, avaliação classificatória, para garantir cada vez mais uma ampla formação para a rede. Quem passasse poderia exercer o cargo. A eleição deveria, ainda, ocorrer antes do processo de remoção, para possibilitar que os professores optassem por trabalhar com diretores de outra escola, se fosse o caso.

No entanto, depois de toda a peleja, a Fundação Getúlio Vargas, contratada para prestação do serviço de assessoria na condução dos trabalhos, alterou, unilateralmente, após uma conversa com a cúpula da Prefeitura, o resultado da decisão da categoria, comunicando rapidamente em uma última reunião, instituindo-se um mecanismo de eleição de vários candidatos pelo Conselho de Escola, porém com previsão vaga, seguida de formação e, por último, indicação livre pelo Prefeito dentre os habilitados. Não bastasse, tal processo ficou condicionado a uma série de regulamentações prévias.

O resultado é que o rito nunca ocorreu e, atualmente, o texto da lei em vigor é quase um adereço decorativo, nunca colocado em prática, permanecendo a escolha de coordenadores e diretores de todas as escolas do Município submetida à livre escolha do Prefeito. Por outro lado, o golpe tomado após esforço hercúleo de articulação provoca desmobilização em se lutar pelo que restou instituído.

Esse tipo de expediente traz à tona a marca do mandonismo, característica das relações de poder locais, manifestada por meio de ato unilateral e autoritário de alteração de decisão tomada por toda uma categoria, em conjunto com gestores e demais participantes, após longo processo participativo, mesmo na vigência de um governo que havia sido eleito com a promessa, eixo principal da campanha, de ampliar a participação popular na gestão (BRASIL, 2016b). O mandonismo é manifestado também no livre descumprimento da legislação em vigor,

que prevê a eleição para a escolha da gestão nas escolas, sem que disso decorra qualquer consequência, em termos de responsabilização, digna de nota.

Não bastasse, o Ministério Público do Estado de São Paulo promoveu ação perante o Poder Judiciário estadual para declarar inválida a eleição pela comunidade instituída pelo novo Estatuto do Magistério (SÃO PAULO, 2021b), sob a alegação de que a direção escolar seria uma função meramente burocrática, devendo ser preenchida, portanto, por meio de concurso público<sup>13</sup>. A ação foi julgada procedente, obrigando a Prefeitura a realizar o concurso público para contratação de diretores e coordenadores. Porém, o ente público obteve suspensão dos efeitos da decisão até o seu julgamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal.

Integrando o arcabouço institucional da política educacional municipal, o Conselho Municipal de Educação era o órgão responsável por parte da regulamentação necessária para que as eleições para escolha da gestão nas escolas em Ilhabela ocorresse. Diferente dos Conselhos Escolares, que tratam das questões relativas a cada escola em seu âmbito interno, o CME é o órgão colegiado composto por sociedade civil e poder público, que atua na política educacional municipal como um todo. Possui função normativa, consultiva e deliberativa do sistema municipal de ensino, tendo como “incumbência precípua a participação na formulação, fiscalização e acompanhamento das políticas e das ações na área de educação.”, conforme artigo 2º da Lei Municipal nº 638, de 27 de maio de 1997 (ILHABELA, 1997).

No entanto, esse importante órgão de deliberação participativa, para além dos problemas que circundam a política municipal e se espréitam por todas as instituições locais, enfrenta outro obstáculo para o desempenho satisfatório de suas funções, que é a competência atribuída por lei para analisar e emitir pareceres sobre requerimentos de bolsas de estudos.

Nesse sentido, falando sobre as movimentações para implementar a gestão democrática nas escolas de Ilhabela/SP, a Professora Dona, que já participou do CME como representante da categoria das professoras, ponderou que “no entanto, apesar de o diálogo ter sido iniciado com o Ministério Público e sociedade, o CME ficava totalmente absorvido com análise de bolsas de estudos, mais de 700 processos para 6 pessoas e não conseguia exercer a contento as outras atribuições” (Professora Dona, Grupo Focal, 2022).

---

<sup>13</sup> Esse entendimento contrasta com o que preconiza a literatura especializada na área da pedagogia. Os componentes político e filosófico são indissociáveis da atividade administrativa de direção ou gestão, quando o assunto é educação. Não por outra razão que as escolas devem ser regidas por um projeto político pedagógico, que deve considerar as peculiaridades locais e ser elaborado em conjunto com a comunidade. Segundo Paro (2015): “A direção engloba a administração nos dois momentos desta, de racionalização do trabalho e de coordenação, mas coloca-se acima dela, em virtude do componente de poder que lhe é inerente. Podemos dizer que a direção é a administração revestida do poder necessário para fazer-se a responsável última pela instituição, ou seja, para garantir seu funcionamento de acordo com “uma filosofia e uma política” de educação (RIBEIRO, 1952).”

A bolsa de estudos se refere ao programa municipal voltado ao ensino superior, que financia estudos de municípios para cursarem graduação em faculdades particulares, mediante a concessão, em dinheiro, de bolsas de estudos.

A Professora A completa aduzindo que, sem dúvidas, trata-se de estratégia da gestão para impedir o funcionamento do Conselho: “essa cultura não permite o funcionamento de Conselhos” (Grupo Focal, 2022). Nessa esteira, o diversionismo é um "estratagema usado em assembleias para impedir que se discuta ou se aprove algo (uma lei, uma resolução etc.), ocupando todo o tempo ou desviando-se a atenção dos participantes para assunto diferente do que está sendo tratado” (OXFORD, 2023). De fato, os dados apontam para a ocorrência do diversionismo no CME de Ihabela, como estratégia de sua desmobilização e empecilho à atuação e cumprimento de suas funções.

Além da fala das participantes do grupo focal, procedeu-se à análise das atas de reuniões do CME de 2017 a 2019, em um total de 52 atas. Das 52 reuniões, 39, ou seja, 75% foram destinadas ao trato do assunto “bolsa de estudo”, sendo que a maioria era tomada exclusivamente pelo tema. Exemplificativamente, na reunião de 1º de agosto de 2017, foram analisados 50 processos de bolsas de estudos.

Agrava a situação o fato de que a análise de requerimento de bolsa de estudo é uma função meramente executiva, de análise e decisão de um processo, através do exame de documentação, que em nada se relaciona com o perfil institucional de um colegiado de políticas públicas, ao qual cabe a proposição, discussão e deliberação de políticas e programas, bem como a fiscalização do poder público e eventuais proposições normativas.

Outro ponto é que, na política educacional, o nível superior, de acordo com o sistema formulado pela Constituição de 1988 e LDB, compete precipuamente à esfera federal, cabendo aos municípios a atuação para a concretização da educação básica (infantil e fundamental), enquanto aos Estados cumpre propiciar à população o ensino médio.

Portanto, o Conselho Municipal de Educação, órgão vital para o suporte à implementação da gestão democrática nas escolas de Ihabela/SP é, atualmente, objeto de diversionismo, neutralizando-se através do dreno de seu tempo e esforço, em média na ordem de 75%, para a realização de tarefa meramente executiva concernente à análise de processos de bolsas de estudos, alheias à sua missão institucional, em matéria também alheia à competência principal do Município na educação pública, que é cuidar da educação básica.

Destoa da situação calamitosa o grêmio estudantil da Escola do Camarão. “Das instituições é a que está mais bem-sucedida, em funcionamento, está potente esse ano. Esse ano

de 2022 eles se organizaram por conta própria, querem participar, estão ativos, propondo coisas, está bacana de ver ... os encontros, o entendimento” (Professora C, Grupo Focal, 2022).

Segundo relato das Professoras Dona e C, em 2022 o grêmio foi organizado de maneira diferente do que vinha ocorrendo. A última eleição havia sido em 2019, não se repetindo em 2020 e 2021, em virtude dos obstáculos impostos pela pandemia, como um longo período de aulas remotas e outras dificuldades. Em 2022, ao invés de promoverem automaticamente as eleições, refletiram coletivamente e resolveram se organizar descentralizadamente, através de comissões temáticas, de livre participação pelos estudantes, inspirando-se no movimento estudantil das Universidades. Isso porque houve a percepção de que as eleições se convertiam em uma batalha em nome da vitória, gerando discórdia, desperdício de tempo e esforço e posterior centralização das responsabilidades na figura dos vencedores.

Hoje funciona da seguinte forma:

Então entra quem quiser onde se sentir melhor para atuar e participar. Todos concordaram. Foram se direcionando espontaneamente para as comissões que foram criadas. Está sendo um processo deles, inclusive quanto à estipulação das comissões. Se não tem quórum, não acontece. Não é porque a professora está querendo uma comissão ou pauta que ela acontece. Se não tem gente engajada, não acontece. Eles estão se organizando e está sendo lindo... lindo. (Professora Dona, Grupo Focal, 2022).

“Estão os nerds e os vida loka também”, completa a Professora C (Grupo Focal, 2022).

O estágio atual do Grêmio, tido como animador, é considerado consequência de todo um movimento desde 2016, quando foi fundado.

Na mesma direção do grêmio estudantil, no sentido de resultado das ações junto à comunidade, realizadas ao longo dos anos a partir do Diálogos que Brotam do Chão, o que será retomado no próximo capítulo, “Contradições e possibilidades da transformação: a práxis da construção democrática na Escola do Camarão”, se encontra o Conselho Escolar no que se refere ao seu potencial.

Com efeito, de acordo com o relato das participantes da pesquisa, embora não exista ainda o Conselho Escolar propriamente dito, as docentes enxergam uma espécie de “proto-conselho” que, em resumo, consistiria na criação e consolidação de hábitos e cultura de escuta da comunidade escolar, encaminhamento das demandas e acionamento dos protocolos institucionais para lidar com as questões.

Afinal de contas, reflete a Professora A, “algo antes de ser instituído, precisa ser consolidado como um hábito. Não vai adiantar também a gente pegar o Conselho e ficar lá

discutindo regulamento, é o que a gente fez a vida inteira. Esse regulamento está sendo construído de verdade hoje” (Grupo Focal, 2022). Complementa:

A legitimidade de um conselho está em um processo orgânico. Acredito que hoje estamos nesse encaminhamento, porque o acolhimento que está tendo com as pessoas e questões que elas trazem.... está tendo uma outra postura. A comunidade está sendo escutada quando chega na escola. Há uma política de acolhimento na escola nascendo e as nossas escutas já existem. (Professora A, Grupo Focal, 2022).

Concordando, a Professora C afirma: “acho que estamos caminhando...acho que é isso, esse proto conselho aí...já avançou. Entendimento do que é e da importância do conselho é diferente de outros momentos. Direção tem desejo de implementar, para além das exigências da SME” (Grupo Focal, 2022).

Entretanto, apesar dos avanços, reconhecem a dificuldade de se implementar um Conselho Escolar sem que haja apoio da gestão da SME, pois, ainda que se limitando a questões a princípio de âmbito interno, respeitar a efetividade de um colegiado implica em abrir mão da centralização e controle sobre determinada unidade escolar e, indiretamente, da influência dela sobre as demais, isso sem contar o suporte com estrutura e formação. “É necessário que haja uma gestão que fundamente isso, para que seja efetivo. Se não tiver esse apoio em termos de política, não funciona” (Professora A, Grupo Focal, 2022).

Por certo, expõe Antunes (2002, p. 146):

A democratização da gestão escolar não está dissociada da democratização de outras instâncias da estrutura administrativa da Secretaria de Educação. É preciso que esse movimento, que se inicia na base da escola, encontre respaldo nos outros níveis de administração, sendo toda ela organizada de maneira democrática, de forma a ter condições de incorporar as demandas vindas da unidade escolar.

Em conclusão, observa-se, na política educacional de Ilhabela/SP em geral, e conseqüentemente na Escola do Camarão uma dinâmica de sistemática ausência de funcionamento das instituições participativas e de uma política voltada a democratizar as relações e trabalho escolar, manifestando-se na situação dos Conselhos Escolares e Conselho Municipal de Educação e frustração dos demais mecanismos de participação, alimentadas por uma atuação inefetiva dos órgãos de controle a respeito de processos dessa natureza.

## 5.2. Relações de poder locais

*As relações de poder locais* revelaram-se categoria de acentuada relevância na pesquisa, aparecendo em todas as fontes de dados utilizadas, o que é compreensível tendo em vista o objeto de estudo, que se relaciona com a democracia na escola, ou seja, como uma forma do exercício do poder em dada instituição.

Integrando, de maneiras variadas, as pautas das iniciativas junto à comunidade na Escola do Camarão através do percurso do Diálogos que Brotam do Chão<sup>14</sup>, a incidência desse tema, com destaque para os efeitos limitadores da participação e do estabelecimento de relações horizontais e dialógicas- e porque não, cumpridoras da lei- na escola pública, oriundos das dinâmicas políticas locais, predominam na fala das participantes do grupo focal e em outras fontes de dados acerca da política educacional, que mostram práticas mais autoritárias que democráticas.

Desta forma, segregamos a seguir, para fins analíticos, em subitens, os diversos aspectos através dos quais essas relações e seus efeitos limitadores se materializam nas condições e circunstâncias que medeiam a atividade escolar e apontam gargalos a serem tratados no objetivo de tornar a gestão democrática escolar e a escola uma instituição à serviço da democracia e formadora de pessoas aptas a tomarem parte na vida política.

Para tanto, fez-se necessário o suporte de referências teóricas a respeito das relações políticas nos municípios interioranos e de menor população no Brasil em geral, assim como de características das relações de poder autoritárias brasileiras que reverberam em maior grau no âmbito local, no que o sistema coronelista e seus corolários do mandonismo e o patrimonialismo, complementados por alguns dados das relações políticas próprias de Ilhabela/SP, foram conceitos relevantes para a análise e explicação dos dados coletados.

De igual modo, os resultados trazem à tona as categorias do pensamento de raiz materialista histórica dialética, notadamente as das relações de universalidade, singularidade e particularidade, ao se constatar com nitidez os efeitos sobre o interior da escola e sua vida cotidiana gerados pelas estruturas gerais vigentes na sociedade brasileira e em âmbito particular, local, expressas através dos aspectos abaixo explanados.

---

<sup>14</sup> Escolas democráticas- roda de conversa com José Pacheco; experiência de escola comunitária- roda de conversa com Brás Nogueira; ocupação das escolas de São Paulo em 2015 como tema de um dos documentários debatidos (“Lute como uma menina”); organização coletiva e horizontal dos eventos; discussão incessante da função social da escola

Nesse sentido, vimos no capítulo “Democracia e Educação em perspectiva” que boa parte do autoritarismo brasileiro se explica pelo sistema colonial instalado com a invasão portuguesa do século XVI, que estabeleceu um tipo de relação com o território- a exploração econômica predatória sem escrúpulos- e determinou a sua ocupação por meio de grandes latifúndios monocultores concedidos a amigos da coroa portuguesa, nos quais vigorou o sistema servil da escravidão.

Essa estrutura gerou um quadro social caracterizado pela dependência da massa da população em relação aos grandes proprietários e concentração do poder econômico, social e político, fazendo surgir os corpulentos chefes locais que, diante da ausência de organização e aparelho público em grau suficiente, mandavam e desmandavam em seus domínios.

Os chefes locais reuniam em torno de si parentes, agregados, genros e protegidos, instalando um modelo de “sociedade patriarcal pautada num padrão de família estendida e de sujeição para além dos laços de sangue.” (SCHWARCZ, 2019, p. 44). Segundo Schwarcz (2019):

Fazia parte do ‘cabedal de um senhor’, ainda, cuidar de todos aqueles que o rodeavam e suprir-lhes. Era desse modo que proprietários ampliavam seus deveres, mas também acumulavam direitos. Enrijecia-se, pois, uma sociedade marcada pela autoridade do senhor, que a exercia cobrando caro pelos ‘favores’ feitos e assim naturalizava o seu domínio. (SCHWARCZ, 2019, p. 45).

Malgrado vá se desenvolvendo um complexo de pequenas e médias propriedades e os arranjos estatais, considerando a totalidade ambos são ínfimos, mantendo-se a dependência daquelas, em geral, para se efetuar o comércio, obter empréstimos, transportar produtos e garantir proteção e, destes, para exercer na prática sua autoridade.

Não obstante, entre o final do século XIX e o início do XX, os ventos dão uma certa guinada de direção e, com o advento do fim do sistema servil escravocrata, a crise do café e da monarquia, com o aparecimento do sufrágio e a sua expansão com o fim da República Velha, em que há ajustes estruturais para adaptação a uma industrialização em curso (LEAL, 2012), esse poder privado dos senhores chefes locais, sustentado pela concentração de poder e riqueza e pobreza/dependência da maioria, enfraquecido, mas ainda de pé, em interação com um poder e cultura públicos e sociais fortalecidos, mas ainda capengas, desaguam em uma combinação disfuncional, caracterizada pelo sistema coronelista.

Explica Leal (2012, p. 43) que o coronelismo não é apenas a manifestação do poder privado dos mandões, corroído pela nova ordem econômica-social proveniente da

industrialização e desenvolvimento das cidades e diversificação das classes sociais. “É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”, consistindo, desta forma, como o “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 2012, p. 44).

Entretanto, o que sustenta esse modelo não é a mera troca fisiologista restrita ao âmbito local, mas principalmente um sistema de trocas, favorecimentos e sustentação de poder entre diferentes esferas: local, estadual e federal.

Com efeito, os chefes locais, apoiados por uma elite econômica, conduzem seus rebanhos eleitorais, favorecidos pela dependência e miséria da população incorporada à cidadania ativa, para que votem em determinados candidatos nos governos federal e estadual e, assim, “os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município.” (LEAL, 2012, p. 233).

Com o apoio das demais esferas, os chefes locais, além de provavelmente apoiados em projetos e recursos, veem-se relativamente imunes ao alcance da lei (polícia, tribunais de contas, tribunais de justiça), ficando livres para usar a máquina estatal em benefício pessoal. As consequências principais disso, são: “o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais.” (LEAL, 2012, p. 44).

Salientando que coronel era o posto mais elevado da antiga Guarda Nacional, formada pelos proprietários rurais, Schwarcz (2019, p. 54) demonstra que o advento da República não foi capaz de alterar substancialmente as relações de poder no país:

O certo é que as relações de poder se desenvolviam a partir do município e que na ponta desse relacionamento consolidado estava o fenômeno do coronelismo. [...] Com a república, porém, se a Guarda perdeu sua natureza militar, os assim chamados coronéis deixaram de participar da corporação, mas conservaram o poder político nos municípios onde viviam, recriando em novas bases a mística dos grandes mandonismos locais. O coronelismo passou a significar, então, um complexo sistema de negociação entre esses chefes e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República.

Durante as falas das professoras participantes do grupo focal, algumas características do funcionamento das relações de poder e do cotidiano do universo e trabalho escolar que espelham as disfuncionalidades da política local foram bastante marcantes, repetidas e ressaltadas, de maneira que, reunidas, compõem essa relevante categoria da pesquisa, que

abrange os efeitos limitadores, em relação à construção democrática na escola, refletidos pelas características das relações de poder locais.

Considerando a amplitude e a complexidade do seu conteúdo, dividimos em dois subitens: o assédio moral generalizado, em articulação com a pessoalidade nas relações e a precariedade das relações de trabalho, esta conjugada com o acentuado amorosismo na gestão escolar, os quais podem ser relacionados àquelas consequências do sistema coronelista, sobretudo o mandonismo, o patrimonialismo e a desorganização dos serviços públicos locais.

Adverte-se que não pretendemos esgotar, com isso, todas as causas e explicações para essas características observadas na escola. Por exemplo, o assédio moral também pode ser resultado do autoritarismo que marca a sociedade brasileira em geral e a precariedade das relações de trabalho e amorosismo da pressão neoliberal que precariza toda a estrutura estatal, daí a importância desses resultados serem articulados com o conteúdo desenvolvido no capítulo “Democracia e Educação em perspectiva”.

Sem embargo, pretende-se realçar alguns aspectos específicos atinentes às relações de poder locais, a partir dos dados da unidade escolar pesquisada, que auxiliam a compreensão do contexto particular apresentado para além dos fatores gerais, que às vezes se mostram insuficientes para explicar a realidade que se encontra com a profundidade necessária. Ao mesmo tempo, apontamos, assim, outras saídas possíveis, a serem somadas às já mapeadas pelos vários movimentos em prol da educação pública.

### **5.2.1 O assédio moral latente na escola e a pessoalidade nas relações**

Permeando toda a extensão da coleta de dados, desde os documentos oficiais, fatos noticiados e fala das docentes durante o grupo focal, o assédio moral se sobressai como marca das relações cotidianas da realidade escolar de Ilhabela, refletindo a banalização da violência, no caso a moral, subproduto das relações de poder autoritárias que caracterizam a constituição histórica e reprodução social locais.

“Todas as professoras que, de alguma forma, tentavam sair um pouco da sala de aula, seja de uma maneira mais tradicional ou... de qualquer maneira que fosse, acabaram sendo perseguidas e... adoecemos” (Professora Dona, Grupo focal, 2022). As três docentes, no período posterior às ações narradas do Diálogos que Brotam do Chão, sofreram processos de assédio moral, que resultaram em adoecimento psicológico e necessidade de afastamento do

trabalho. Além delas, outras também sofreram assédio, isso contando somente a escola pesquisada, em 2019, ano seguinte ao percurso do Diálogos que Brotam do Chão, o que faz a Professora Dona afirmar que há um “adoecimento constante e coletivo” (Grupo Focal, 2022).

Em 2019, houve um caso gravíssimo de assédio moral e sexual na Escola do Camarão, praticado contra várias mulheres, profissionais da educação (não apenas professoras), que resultou na demissão do agressor e instauração de procedimento criminal. Em 27 de novembro do mesmo ano, a Lei Municipal nº 1.396 acrescentou o assédio moral e sexual, bem como o racismo, como situações que podem gerar demissão do servidor público que as praticar (ILHABELA, 2019b).

Pouco antes, em 24 de outubro, o Sindicato dos Professores de Guarujá e Região (representante da categoria em Ilhabela) promoveu palestra para os professores de Ilhabela para abordar o assunto.



**Figura 7- divulgação da palestra sobre assédio moral promovida pelo SIPROEM em 24.10.19**

Quando perguntadas sobre como ocorre o assédio moral, a Professora Dona não se sentiu confortável para responder, pois isso lhe causa dor e sofrimento psicológicos: “é muito difícil falar sobre isso” (Grupo focal, 2022). Já a Professora A explicou que o assédio alterna formas explícitas e veladas. No caso dela, durante o estágio probatório para confirmação no cargo, a avaliadora teria realizado várias avaliações com teor negativo, contendo apontamentos infundados. Teria chegado ao ponto de acusar a docente de “não rezar o pai nosso” (Professora A, Grupo Focal, 2022). Usou também contra ela faltas por motivos de saúde e outros ataques.

Conta que desde sempre sofre discriminação racial pelo uso de turbante (já chegou ao extremo de não ser servida por merendeira, que era evangélica e sequer a olhava, por conta do turbante) e outras vestimentas de origem africana, como também -principalmente- enquanto retaliação por fazer questionamentos durante as reuniões de HTPC (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo).

O assédio moral é conceituado pelo Tribunal Superior do Trabalho como

a exposição de pessoas a situações humilhantes e constrangedoras no ambiente de trabalho, de forma repetitiva e prolongada, no exercício de suas atividades. É uma conduta que traz danos à dignidade e à integridade do indivíduo, colocando a saúde em risco e prejudicando o ambiente de trabalho (BRASIL, 2019b).

Especificamente no serviço público, caracteriza-se por

condutas repetitivas do agente público que, excedendo os limites das suas funções, por ação, omissão, gestos ou palavras, tenham por objetivo ou efeito atingir a autoestima, a autodeterminação, a evolução na carreira ou a estabilidade emocional de outro agente público ou de empregado de empresa prestadora de serviço público, com danos ao ambiente de trabalho objetivamente aferíveis (BRASIL, 2019b).

O assédio moral resulta em consequências psicológicas danosas, que podem se tornar graves, como depressão e as crises de ansiedade relatadas pelas docentes, consistindo, evidentemente, em uma espécie de violência, de cunho moral e institucional. Sendo Ilhabela uma cidade pequena, conta a Professora Dona que chegou a ter medo de utilizar a rede pública de saúde, pois os médicos poderiam ser aliados da gestão que a perseguia e compactuarem com esse tipo de prática, lhe prejudicando de alguma forma. A Professora A conta que as pessoas na escola a evitavam, com medo de serem associadas a ela. “É muito paranoico o estado que a gente entra”, afirmou (Grupo Focal, 2022).

Apesar de refletir uma forma autoritária e violenta que alguém em posição de liderança exerce sua autoridade, como também um contexto misógino e racista, seria um erro limitar o assédio apenas à relação entre chefe e subordinado ou à dimensão pessoal, índole ou questão dessa natureza. Para compreendê-lo em maior profundidade, e assim apontam a análise dos dados da pesquisa, é preciso mirar o seu aspecto político e sistêmico.

Na introdução, traçamos um histórico das variadas mobilizações sociais locais. Em que pese a relevância e significado em tentar organizar alguma resistência ou transformação do establishment, o ambiente político local oferece hostilidades e aversão à maior horizontalidade nas relações.

De modo geral e nos setores diversos das políticas públicas, sobretudo nas que dialogam diretamente com as possibilidades de expansão do capital (planejamento urbano; meio ambiente), a partir do momento em que passa a haver aproximação entre organizações civis e coletivos com os Conselhos Municipais, o que conseqüentemente gera o tensionamento com a gestão pública, da qual são exigidos planejamento, transparência e efetividade, passam os colegiados e seus integrantes a receber retaliações, que se manifestam de diferentes formas, tendentes a esvaziar ou neutralizar as instituições democráticas, de modo a não compartilhar o poder centralizado, tornado formalmente legítimo pela operação do sistema representativo.

Assim, depoimento colhido na pesquisa de Dahmer (2014) relatou que, quando passou a haver efetiva atuação de determinados Conselhos Municipais, como o do Meio Ambiente e o de Planejamento e Desenvolvimento Socioambiental (que trata do Plano Diretor), a Prefeitura tornou-os inativos, não realizando eleições após o término dos mandatos. A falta de suporte administrativo e infraestrutura para funcionamento dos colegiados também surge como sintoma da desmobilização. De fato,

[...] a ausência ou insuficiente infraestrutura e de suporte necessário à realização das atividades dos conselhos é apontada, tanto por entrevistados como no Iº Encontro Municipal de Conselheiros, como um grande problema ao funcionamento dos conselhos, o que enfraqueceria a sua capacidade de mobilização, convocação e articulação. (INSTITUTO PÓLIS, 2013, p. 58).

O boicote institucional, por vezes, escalone para a perseguição pessoal (DAHMER, 2014) e até mesmo para formas violentas<sup>15</sup>.

Durante o grupo focal, ao falarmos sobre participação política através dos colegiados de políticas públicas, a Professora A proferiu a seguinte frase, que acreditamos merecer destaque:

***"A cultura política vigente não permite o funcionamento de conselho. Onde tentam participar, viram inimigos."*** (grifo e itálico nossos)

Visto de outro modo, a retaliação atinge as pessoas que, de alguma maneira, questionam as práticas vigentes ou tentam dialogar e participar das decisões a fim de problematizá-las.

---

<sup>15</sup> Exemplificamos com a reunião do Conselho Municipal de Políticas Culturais, ocorrida em 7 de fevereiro de 2022, que foi transmitida na rede social do colegiado, na qual, após sugerir um maior tempo para análise e votação de um projeto do Poder Executivo (a votação sequer constava da pauta da reunião), a presidente do colegiado, representante da sociedade civil, foi insultada e desqualificada aos gritos pelo Prefeito. Apesar de não constar na pauta da reunião, o projeto acabou sendo votado e aprovado. O ato gerou a nota de repúdio, disponível no seguinte endereço:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfODBHmexCLbp9kH7uUmes-3WXmVXE5dkZwi9iqTOoUww361A/viewform>. Acesso em 27.02.22.

Segundo a Professora C, durante o ano de 2021 houve uma ação da escola para mapear a comunidade, objetivando, sobretudo, caracterizá-la socioeconomicamente e conhecer suas demandas, visando a aproximação. Esse trabalho foi coordenado por um assistente social, que atuava como voluntário e realizava pesquisa acadêmica sobre a escola.

No decorrer do trabalho, o assistente social capitaneou a reivindicação pela presença de assistentes sociais na escola, necessidade que ficou evidente a partir do mapeamento. A Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019c) prevê a obrigatoriedade dos serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação, que devem desenvolver ações com a participação da comunidade escolar. Portanto, não se tratava de um favor. A resposta que o voluntário encontrou foi a sua expulsão da Escola do Camarão por ordem direta da Secretaria Municipal de Educação, que utilizou como motivo uma questão de ordem pessoal, relacionada à vida privada daquele.

Durante o cine-debate que veiculou o documentário “Jonas e o circo sem lona”, no percurso do Diálogos que Brotam do Chão, que conta a história de um menino de 13 anos da periferia de Salvador/BA, que mantém um circo amador nos fundos de sua casa e encontra dificuldades para conciliar a atividade com a rotina escolar, colocando em debate a adequação da escola e seus métodos às necessidades dos estudantes, uma aluna da Escola do Camarão se encorajou a participar da conversa, expressando que não se sentia aprendendo de verdade, apenas memorizando coisas (DBC, 2017). Como resposta, foi chamada na diretoria e sofreu outras retaliações. Sobre isso, afirmou a Professora A: “alunas foram perseguidas porque falaram, questionavam. Alunos não falavam.”

Mais recentemente, no ano de 2021, houve uma onda de instauração de processos disciplinares contra professores da rede pública, em virtude de publicações em suas redes sociais privadas questionando a volta às aulas presenciais em meio à pandemia. O Conselho Municipal de Educação (CME) chegou a interpelar a Secretaria Municipal de Educação (SME) solicitando esclarecimentos, diante da conduta potencialmente ilegal, afrontosa à liberdade de expressão dos docentes, recebendo retorno evasivo, como mostra o Ofício 26/2021 e a respectiva resposta da Secretaria, publicados na rede social do colegiado (ILHABELA, 2021b). A reunião de 15 de setembro de 2021 do CME teve como uma das pautas o assédio moral (ILHABELA, 2021c).

A Professora Dona, no momento em que se sentiu mais confortável para falar sobre as formas de assédio, contou que foi perseguida pelo fato de ter participado do processo de elaboração do novo estatuto do magistério e defendido eleições para a gestão das escolas. O coordenador, após avaliá-la mal na avaliação de desempenho que lhe traria implicações em sua

vida funcional, argumentou que a avaliou assim porque foi ela quem defendeu que as pessoas devem ser avaliadas.

Em todos esses casos, o assédio moral na escola, sobretudo na relação de trabalho, aparece como uma resposta a alguma ação ou discurso de caráter crítico. Esse aspecto transparece na seguinte fala da Professora Dona: “a tensão vai se acumulando, o percurso vai mudando as práticas, o discurso, o olhar, contagiando as pessoas com outro olhar possível sobre educação, que as pessoas não querem ter” (Grupo Focal, 2022).

Assim, sem se pretender esgotar as suas causas e explicações, nota-se que o assédio moral nas relações de poder na escola em Ilhabela/SP, com a acentuada frequência que ocorre, aparece como a modalidade específica de retaliação pessoal, a exemplo do que acontece de outras maneiras na prática social e política fora da escola, em reação à questionamentos, críticas ou reivindicação de participação ou mudanças nas práticas, em uma sociedade avessa ao contraditório ou horizontalidade, fruto de relações de poder orientadas pela dinâmica do coronelismo e do patrimonialismo, que produz o mandonismo e pessoalidade nas relações.

A respeito do mandonismo, Schwarcz (2019, p. 42) explica que o poder de mando do senhor sobre suas terras e aqueles que nela habitavam foi marca da formação social brasileira, principalmente no interior, em que “a ascendência dos grandes mandões locais manteve-se pouco alterada. Aliás, de tão presente e naturalizado, o sistema foi transplantado para áreas de menor produção, embora em escala reduzida”, consolidando-se o “personalismo dos mandos privados e a (quase) ausência da esfera pública e do Estado.” (SCHWARCZ, 2019, p. 42).

Leal (2012, p. 60) elucida que o mandonismo “se manifesta na perseguição aos adversários: ‘para os amigos, pão, para os inimigos, pau.’ As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais. O normal é a hostilidade”. O autor lista atitudes que fazem parte do cotidiano das relações políticas nos municípios do interior, condutas relativamente naturalizadas:

Essa hostilidade manifesta-se na ausência de relações sociais (clubes e cafés separados); em gestos de acinte ou picardia (festas comemorativas, foguetes de vaia, mudanças de nomes de logradouros e de obras ou estabelecimentos públicos); em atos de provocação (incumbidos frequentemente a capangas ou pessoas pouco qualificadas); em preterições nos serviços públicos (demissão de funcionários, falta de calçamento ou de limpeza da via pública junto à casa do adversário); no rigor fiscal (lançamentos exagerados em comparação com os dos amigos, multas, execuções e penhoras apressadas); na severidade policial (apreensão de armas, pressão nos inquiridos); em atos de sabotagem (sedução ou compressão da clientela de comerciantes e profissionais liberais); e por muitas outras formas, chegando mesmo à violência física e crimes mais graves, raramente na pessoa dos chefes contrários, mas frequentemente na de seus aderentes mais modestos. (LEAL, 2012, p. 249).

Isto é, depreende-se a banalização da violência e rivalização- levando-se as questões para o âmbito pessoal- nas relações de poder gerais de âmbito local, que se transporta para as relações de autoridade em outras instituições municipais, como a escola, nesse caso se manifestando por meio do assédio moral, frequente e característica da retaliação à postura crítica ou opinião contrária.

O patrimonialismo se manifesta como a outra face do mandonismo, que lhe serve, assegurando à força o apoderamento da máquina pública por interesses pessoais e de grupos particulares. Traduz-se na confusão entre as esferas pública e privada, rompendo-se as fronteiras que deveriam apartá-las ou diferenciá-las, as quais se tornam não identificáveis, instaurando-se uma relação distorcida em que o bem público é apropriado de forma privada. No caso brasileiro, geralmente é acompanhada do “personalismo político: essa verdadeira colcha de arranjos pessoais que alimenta práticas de conchavo, de apadrinhamento, de mandonismo e de clientelismo, as quais se sobrepõem à regra pública.” (SCHWARCZ, 2019, p. 65-6).

A presença da coroa portuguesa durante os primeiros séculos da colonização restringia-se ao mínimo necessário, deixando aos colonos e donatários o papel de decidirem os assuntos em seus domínios, encarnando, em si mesmos, a autoridade pública, tornando-se na prática o Estado, para a família patriarcal, uma espécie de extensão do âmbito doméstico. Segundo Schwarcz (2019):

A contaminação de espaços públicos e privados é uma herança de nossa história, mas é também um registro do presente. A concentração da riqueza, a manutenção dos velhos caciques regionais, o surgimento de “novos coronéis” e o fortalecimento de políticos corporativos mostram como é ainda corriqueiro no Brasil lutar, primeiro, e antes de mais nada, pelo benefício privado. Essa é uma forma autoritária e personalista de lidar com o Estado, como se ele não passasse de uma generosa família, cujo guia é um grande pai, que detém o controle da lei, é bondoso com seus aliados, mas severo com seus oponentes, os quais são entendidos como inimigos. (SCHWARCZ, 2019, p. 87).

Corrupção, nepotismo, apadrinhamento e ineficiência são algumas das consequências mais visíveis dessa prática, que, a despeito da urbanização dos anos 20 e 30 e mesmo da redemocratização em 1988, permanece viva e operante, sendo comum a mistura entre o público e o privado, favorecendo os pequenos e grandes mandos pessoais.

E, assim, nos embates do cotidiano escolar e nas questões sobre a educação pública em Ilhabela, as questões também passam a se tornar pessoais.

Nesse sentido, afirmou a Professora Dona que um dos objetivos do percurso do Diálogos que Brotam do Chão era justamente introjetar que a escola é “um espaço público: as pessoas em Ilhabela costumam levar tudo para o pessoal, uma crítica à atuação como gestora, profissional, é tomada como uma crítica à própria pessoa”.

Relata a Professora A que certa vez, um coordenador chegou a ter pressão alta por conta de seus questionamentos, que entendia, equivocadamente, estarem sendo dirigidos a ele. “Aqui as coisas são muito pessoais, é ‘pessoalizante’, tudo é resolvido no âmbito do pessoal e agora eu falo que nós somos assim e não mais que eles são apenas: nós nos relacionamos de forma muito pessoalizada aqui” (Grupo Focal, 2022). No caso do coordenador e em muitos outros, ela tentava explicar que “não era nada pessoal, que estava falando de coisas estruturais, questões da educação pública brasileira, mas nada disso adiantava” (Professora A, Grupo Focal, 2022).

A Professora A relata um caso em que a personalidade e o patrimonialismo ficam bem evidentes na forma de lidar com assuntos de Estado: conta que uma colega sua orientou determinado professor a se eleger para a presidência do Conselho do FUNDEB e, uma vez lá, procurar a Secretária de Governo para informar que era o próximo da lista do concurso público. Hoje a pessoa está trabalhando na SME. “Esse tipo de negociação é absolutamente comum e as pessoas ainda contam, por vezes sequer percebendo o tamanho do absurdo ético” (Professora A, Grupo Focal, 2022).

Corroborando, assentou a Professora Dona: “tem muita comadre. Quando eu era do Conselho Municipal de Educação, fulana sempre dizia: ‘vamos conversar porque fulano é meu compadre, sicrana é minha comadre’”. No próprio caso da série de assédios sexuais ocorridos na Escola do Camarão em 2019, relatou a Professora Dona, no grupo focal, que uma das tentativas de solução do caso foi a tentativa de uma pessoa, que conhecia a cúpula da SME, de resolver a questão através de “uma conversa”: o resultado foi a proteção ao agressor, premiando-lhe com um cargo superior, isto é, promovendo-lhe na estrutura da escola.

Essa mesma maneira de resolver as coisas de maneira não institucional, isto é, pessoal, aconteceu na forma como uma diretora tentou encaminhar um caso de violência doméstica contra uma aluna: “orientou que se fingisse que nada aconteceu, pois caso contrário teria que acionar o Conselho Tutelar. Diretora tentou chamar a família e resolver por ali mesmo, de forma ilegal, sem acionar a rede e protocolos. Menina voltou a ser espancada, por ter relatado o fato na escola”, relata a Professora Dona.

Por isso, conclui a Professora A: “as questões devem sair do âmbito pessoal, caso contrário elas reaparecem.” (Grupo Focal, 2022)

Paralelamente aos aspectos do mandonismo e patrimonialismo, gerando a violência moral e personalismo nas relações, parece-nos relevante entender o aspecto da dependência socioeconômica, que faz com que boa parte da comunidade escolar, sobretudo funcionários, parte do corpo docente e gestão tendam a adotar postura conservadora e protetora à estrutura vigente e fiquem propensos a rejeitar as ideias mais críticas e ousadas.

Historicamente, o chefe local no interior do país foi um benfeitor, que tudo provê e de quem todos dependiam. Leal (2012, p. 60) aduz que para se compreender a liderança municipal é preciso levar em conta os “favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios”. Entre os favores, como já sublinhado, para as propriedades próximas, proteção, transporte da produção, empréstimos, tratamento com autoridades, legalização de terras e até mesmo médico e advogado. Para os que trabalham em suas terras, a própria existência, subsistência e cuidados com a família. Assim, o autor resume a situação:

Se ainda não temos numerosas classes médias nas cidades do interior, muito menos no campo. [...]. Ali o binômio é geralmente representado pelo senhor da terra e seus dependentes. Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. [...]. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. (LEAL, 2012, p. 46-7).

Com as devidas adaptações, no interior, principalmente nos municípios menores, a situação de dependência socioeconômica se mantém, com grande influência da elite política e econômica sobre as possibilidades de vida e trabalho, muitas vezes precário, com tímida classe média e acentuada verticalidade na hierarquia social.

Nesse sentido, ainda que parte da equipe docente e de funcionários, em tese, tenham a garantia da estabilidade no cargo efetivo, podem ter parentes ou pessoas próximas em posição mais vulnerável, ou simplesmente se criaram em meio a esse ambiente e mediados por essa estrutura garantiram a sobrevivência, sobretudo se nasceram ou já estão na cidade há muito tempo, o que se soma ao latente risco de assédio moral que joga por terra a garantia da estabilidade, insuficiente para impedir que se infernize uma vida, razão pela qual parte da comunidade escolar fica avessa às posturas críticas, que geralmente partem de pessoas que vieram de fora, havendo que se atentar para a questão da relação entre as diferentes classes dentro da escola.

Esse tipo de comportamento se manifestou no episódio da série de assédios sexuais sofridos por docentes. Incrivelmente, vários funcionários e professores o defenderam, voltando-se contra as próprias agredidas ou apoiadoras. Assim, afirmou a Professora C:

Até hoje os monitores gostam do cicrano, ficam falando inclusive. Eles entendem a escola como espaço do poder, do autoritarismo, do controle. De maneira geral tendemos a voltar para esse espaço. Esse racha sempre existiu e vinha do próprio corpo docente, [que chamava as professoras mais críticas de] ‘turma do turbante’ etc. A escola virou um campo de batalha, entre amigos e inimigos do cicrano. Essa tensão existe até hoje (Professora C, Grupo Focal, 2022).

Considerando todo o exposto, pode-se compreender o assédio moral na escola em Ilhabela/SP como uma modalidade de violência institucional e moral que objetiva silenciar as vozes dissonantes, críticas ou questionadoras, eliminando-as mediante o comprometimento de sua saúde mental e intimidação, a fim de assegurar a manutenção de um tipo distorcido de estrutura e funcionamento da instituição escolar, recebendo influências do mandonismo, patrimonialismo e personalismo das relações políticas locais.

O assédio é, igualmente, uma contradição dos movimentos de reivindicação, uma vez que ameaça-lhes a continuidade.

Deveras, em vários momentos as docentes participantes do grupo focal repetiram os termos “cansaço”, “adoecimento”, “perversidade” e outras similares. Nessa linha, disse a Professora A (Grupo Focal, 2022): “entendo melhor as pessoas hoje, que sofrem muita pressão. O contexto de Ilhabela tem uma régua de nível muito baixo para medir. Há riscos muito grandes para as pessoas”. Na mesma direção, coloca a Professora Dona: “quem age fica isolada, desamparada pela instituição e é perseguida por ela. [...]. Isso tudo cansa.” Ao falar sobre as diversas conquistas das ações ao longo dos anos, ela reforça: “Quando perguntam como conseguimos tudo isso, digo que foi à custa de muita dor. Foram seis anos de embate e adoecimento, doença e sofrimento” (Professora Dona, Grupo Focal, 2022).

Por isso, ao longo dos anos, é inevitável que, se não forem renovadas as ações e agregadas mais pessoas e ideias, vá se perdendo a radicalidade da postura, em nome da sobrevivência profissional e psicológica.

Corroborando, a Professora A conclui que as pessoas novas que chegam na escola as veem:

com um discurso progressista, mas com uma atuação conservadora. Nós temos um discurso progressista e uma atuação conservadora. Em decorrência de análises que fui fazendo durante o caminho, se esse seria o lugar a ser ocupado, então lhe cabia ocupar, se sabendo não-conservadora, mas sendo conservadora

diante do contexto. A instituição é assim, foi estruturada em 2, 3 séculos, não mudaremos tanto em uma fachada de 10 anos. Até que a comunicação se estabeleça de uma forma ampla, que não acontece a nível de consciência enquanto estamos atuando, é que as transformações interpessoais ocorrem. Isso leva séculos. (Professora A, Grupo focal, 2022).

Complementando, afirma a Professora Dona: “o velho morre muito lentamente, ao mesmo tempo em que o novo ainda está nascendo.” Atestando com o que percebeu Gramsci (2019), nesse meio tempo eclodem os sintomas da morbidez.

### **5.2.2. A precariedade das condições de trabalho na escola**

Em sua obra sobre a gestão democrática da escola pública, Paro (2016, p. 98), discorrendo sobre a avaliação do processo de ensino, indaga:

[...] como administrar com êxito, como atingir objetivos com segurança, sem ter elementos que possibilitem informações constantes sobre o andamento do processo, para que se possam corrigir rumos, providenciar recursos, adequar procedimentos, redimensionar metas, superar fracassos?

O autor se debruça sobre os condicionantes internos, isto é, dentro das escolas em sua estrutura e atividade cotidiana, necessários para que a gestão democrática possa ocorrer, dentre elas as condições de trabalho e os condicionantes institucionais. Quanto aos primeiros, adverte que, se é certo que boas condições de trabalho (condições objetivas em que acontecem as práticas e relações no interior da escola) não asseguram, por si só, relações horizontais, mais certo ainda é que a falta daquelas contribui para que estas não existam, uma vez que “o esforço despendido para remediar tais insuficiências tem competido com o esforço que se poderia empregar para se modificarem as relações autoritárias que vigem dentro da instituição escolar” (PARO, 2016, p. 55).

Quanto aos condicionantes institucionais, afirma:

tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. Isso parece tanto mais necessário quanto mais considerarmos nossa sociedade, com tradição de autoritarismo, de poder altamente concentrado e de exclusão da divergência nas discussões e decisões. (PARO, 2016, p. 57).

Portanto, sendo o processo participativo uma construção complexa que demanda tempo e esforço, como também o são outras ferramentas que podem lhe dar suporte, como o PPP e o currículo diversificado (artigo 26 da LDB), decorrência lógica é que relações de trabalho estáveis e protegidas constituem pré requisito básico para a gestão democrática e, neste ponto, se destaca limitação específica identificada nos dados coletados na pesquisa, seja em documentos oficiais ou nas falas das docentes durante o grupo focal, que consiste no excesso de professores contratados temporariamente, com base em contratos cuja duração é de um ou dois anos no máximo (nesse último caso quando há prorrogação, que fica ao exclusivo arbítrio da Administração Pública), em detrimento de professores efetivos, admitidos mediante regular concurso público, que lhes assegura a continuidade do trabalho escolar.

Assim, ponderou a Professora Dona durante o grupo focal que “muitas pessoas que participam dos processos não estão mais aqui” (Professora Dona). As três professoras foram enfáticas ao pontuar que a mudança ocorre a todo tempo, de professores e alunos, em grau elevado. Exemplificativamente, de 2021 para 2022, se deu no patamar de 70% dos docentes da escola, em virtude da saída e chegada dos professores temporários. Iniciaram o ano com apenas 6 professores efetivos para um universo de aproximadamente 600 alunos.

Conclui a Professora Dona (Grupo Focal, 2022) que, antes, “atribuía a descontinuidade das ações à mudança de gestão, mas agora vê que a mudança é bem maior. E, além disso, para os que ficam é muito cansativo ter que explicar, romper, começar, todo ano. Entende que essa mudança brusca é uma estratégia da SME”, no caso uma estratégia de desmobilização para que os processos participativos, que não são tarefa de curto prazo, não logrem ocorrer.

No que se refere ao universo da educação municipal, trata-se de questão objeto de atuação das instituições de controle ao longo dos anos, obtendo-se algum avanço, porém ainda insuficiente.

Com efeito, em 27 de junho de 2019, a Procuradoria do Município respondeu a pedido feito pela SME para que se desse início a processo seletivo simplificado para a contratação de professores temporários, apontando o problema da seguinte forma:

Recomendamos [...] que a pasta da Educação se planeje, debruçando-se sobre o novo Plano do Magistério, de modo a promover concurso público em 2019 [...]

Recomendamos, ainda, que a pasta da Educação estude a possibilidade de utilização do Processo Seletivo Simplificado apenas para o caso de formação do cadastro de docente eventual, como já ocorre na Rede Estadual de Ensino.

Reforçamos nossa posição para que possa a Secretaria de Educação tratar do tema de forma resolutiva, **sem que todos os anos tenhamos que insistir na mesma forma de contratação (Processo Seletivo), até porque professores contratados por prazo determinado acabam não estabelecendo vínculo duradouro com a comunidade** escolar em razão da transitoriedade da contratação, o que prejudica a Rede Municipal, os discentes e os próprios docentes. [...]. (ILHABELA, 2019c, grifos nossos).

Consideramos que o documento oficial acima, em parte transcrito, foi bastante didático. Além da inviabilidade de estabelecimento de vínculo significativo com a comunidade e com os demais sujeitos da escola para a construção de processos democráticos, que constituem tarefa de médio a longo prazo, o vínculo transitório não goza das mesmas garantias que o estatutário dos que são admitidos via concurso público, de maneira que os professores temporários, muitas vezes a maioria dos que lecionam na unidade escolar, se veem mais vulneráveis aos desmandos e receosos de proporem algum tipo de modificação nas relações com cunho crítico e participativo.

Após 6 anos, a SME realizou o concurso público para admissão de professores efetivos em 2020 (não era realizado desde 2014), ficando suspenso diante da pandemia e sendo homologado em 2021 (ILHABELA, 2021d).

Mesmo com concurso homologado, permanece o déficit de professores. O assunto foi, em maio de 2022, objeto de atuação do Conselho Municipal de Educação e da Câmara dos Vereadores local.

O CME encaminhou à SME o Ofício nº 008/2022 solicitando informações sobre a convocação dos professores aprovados no concurso. Posteriormente, a Câmara Municipal encaminhou o Requerimento nº 136/2022, em que tornou a indagar a questão. Da publicação no Diário Oficial Municipal de 31.12.21, constavam 192 cargos vagos de professor efetivo, dos 411 existentes. Em resposta, a SME afirma que chamou 15 novos professores em 2021 e 55 em 2022 (ILHABELA, 2022a).

De uma maneira geral, por meio das diversas formas nas escolas de cada lugar e contexto, desagrupar é uma estratégia do Estado com vistas a dispersar tentativas de organização em prol das classes populares, ou de educação emancipatória, a fim de manter a escola a serviço da reprodução social. Como observam Ezpeleta e Rockwell (1989):

As sucessivas políticas estatais contestam diariamente a politização dos professores. O Estado estabelece continuamente seu controle [...]. **Com várias medidas administrativas separa e reúne os professores**, de tal modo que se impeça a identificação de interesses comuns de classe e um possível rompimento radical em face do poder. [...]. A organização escolar, que abre espaço para que os professores se encontrem e trabalhem juntos, fica sob

vigilância. **Transferem-se, por exemplo, os professores e modifica-se a delimitação das áreas escolares** desde que surjam indícios de organização alternativa. (EZPELETA; ROCKWELL, 1989, p. 68, grifos nossos).

A desorganização do serviço público local pode ser considerada um dos sintomas do coronelismo (LEAL, 2012), provocando a preferência por despesas que permitam um desembolso rápido, alto e com o mínimo de planejamento e acompanhamento, sendo essa a prática vigente da elite política e econômica municipal, na qual os recursos são drenados para atender a finalidades superficiais e interesses de empreiteiras, concessionárias, empresas e proprietários de imóveis, ficando a população com migalhas dos benefícios dos royalties do petróleo. Os resultados são a exclusão da camada maior da população que não se encaixa nos cargos e demais cabides de emprego da Prefeitura, a dependência e precariedade para os que se encaixam e a dificuldade do poder público em disponibilizar serviços de utilidade fundamental à população, cuja realização requer trabalho profissional e político de longo prazo, incluindo elaboração, discussão, implementação e fiscalização de uma política pública consistentemente estruturada, a exemplo da educação, em que o Município, em 2020, foi classificado com a nota C, a pior possível, em índice criado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), que mede a efetividade da gestão (SÃO PAULO, 2021a).

Deveras, o Relatório de Fiscalização do 1º Quadrimestre de 2021 do TCE/SP, a respeito da Prefeitura Municipal de Ilhabela, aponta que, apesar de gastar acima da média com educação, as unidades escolares apresentam falhas de base que vão desde o excesso de alunos por sala de aula, prédios inadequados, excesso de professores temporários, falta de suporte aos Conselhos de Políticas Públicas da educação (Conselho de Alimentação Escolar, Conselho de Acompanhamento do FUNDEB e Conselho Municipal de Educação), falta de computadores, internet e bibliotecas nas escolas até a falta de licenciamento do Corpo de Bombeiros para funcionar. (SÃO PAULO, 2021a).

Por isso, pondera Leal (2012, p. 60) que a deficiência nos serviços municipais se deve apenas em parte à ausência de pessoal qualificado: “a outra parcela de responsabilidade cabe, de um lado, ao filhotismo, que convoca muitos agregados para a “gamela” municipal, e, de outro lado, à utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo nas batalhas eleitorais”.

Daí também a fala da Professora A no sentido de que “não existe política pública em Ilhabela, mas apenas alguns arranjos, tentativas, mas sempre governamentais, com cunho ideológico muito bem marcado” (Grupo Focal, 2022).

Tal panorama converge com a fala da Professora Dona:

Hoje a diretora é bastante humana em relação ao assunto, acolhendo os relatos e acionando as instituições, segue o protocolo, tenta acionar uma rede que não existe, que é muito fraca. [...] Institucionalmente é tudo muito fraco. Famílias passam meses sem serem atendidas. Pensando em uma rede de acolhimento, a escola é uma porta de entrada, mas aqui não existe o restante do fluxo, que é muito falho e lento, há poucas pessoas trabalhando nos locais onde precisa, o investimento é pífio e visto como caridade para a Administração Pública. (Professora Dona, Grupo focal, 2022).

Cabe-nos insistir que a precariedade das condições objetivas de trabalho encontradas, a respeito da qual destacamos a que parece mais incidir como limite à gestão democrática, que foi a transitoriedade dos contratos de trabalho, em afronta à legislação, diga-se de passagem (artigo 67, I da LDB), se apresenta com intensidade consideravelmente maior que o comum, razão pela qual procedeu-se à investigação dos fatores específicos da realidade local que pudessem fornecer explicações. A Professora Dona menciona relatos de professores que já lecionaram em escolas públicas de outros lugares, mas que quando chegam em Ilhabela passam por uma espécie de estranhamento: “eu não acredito que estão fazendo de tal forma porque é a monitora quem manda na escola”; ‘eu não acredito que a diretoria não faz nada’; ‘eu não acredito que acontece isso aqui’; ‘as coisas que você falava, que eu mal conseguia acreditar, que pareciam absurdas, realmente acontecem’” (Grupo Focal, 2022) são algumas das falas que se ouvem dos recém chegados.

Assim, essas questões vão cansando, minando e portanto limitando as possibilidades de instituição de relações democráticas no âmbito escolar, como afirma a Professora Dona: “a gente caminha em um percurso, em um processo que não consegue ser sustentado pela gestão da escola, que fica o tempo todo buscando apoio nas pessoas que criticam os processos e que sequer fizeram parte deles” (Professora Dona, Grupo Focal, 2022).

Desta forma, essa característica da precariedade das relações de trabalho, somada com o ambiente hostil e de assédio tratado no subitem anterior constituem relevantes obstáculos à gestão democrática nas escolas de Ilhabela em geral e, em que pese possam existir em outros contextos, não aparecem com destaque e especificados na literatura sobre o assunto, de modo que pode-se concluir que as características das relações de poder locais são fatores que incidem para o seu aparecimento ou maior intensificação, dando ensejo à categoria de análise desta pesquisa, o que acreditamos, com as devidas adaptações e análises a serem empreendidas, poder ser estendida a outras escolas da cidade e municípios do interior, com maior ou menor força, em que presentes o mesmo quadro contextual.

O contexto apresentado impõe severas dificuldades às possibilidades de organização das classes e movimentos sociais interessados em uma educação pública, de qualidade e democrática, para implementarem suas ações, bem como acarreta consequências psicológicas e emocionais quase desumanas aos professores da linha de frente que se comportam criticamente. Não obstante, ações e movimentos de cunho crítico não são raros na sociedade local, como visto brevemente na introdução, e muito menos na escola pesquisada, que revela uma potência transformadora, brevemente introduzida quando tratamos do grêmio e do chamado “proto-conselho”, que será objeto de análise nas categorias do próximo capítulo.

## 6 CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES DA TRANSFORMAÇÃO: A PRÁXIS DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DO CAMARÃO

*“Professora A: -Ela não reconhece como a participação naquele movimento promoveu mudanças em sua vida.*

*-Professora Dona: Isso não acontece porque todo processo de reflexão deve ser intencional.*

*-Professora A: Sim, se você não busca você não encontra, mas a afetação acontece e vai para todos os lados, porém o que ela produz e como você a olha....”*

*Trecho da conversa entre docentes durante o grupo focal realizado para a coleta de dados desta pesquisa.*

Iniciando o presente capítulo, lembramos ao leitor que o objetivo da pesquisa é analisar as contradições no movimento de implantação da gestão democrática na E.M.E.F. Paulo Renato Costa Souza em Ilhabela/SP, a partir do movimento Diálogos que Brotam do Chão e do 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, ocorridos entre 2017 e 2018, visando responder quais seriam os limites e possibilidades- incoerências e potências- instituídos no processo de implantação da gestão democrática na unidade escolar, que expressam as contradições presentes na sociedade de Ilhabela/SP.

O capítulo que a este precedeu, “Os elementos de análise do movimento do real: Condicionantes e Situação institucional” tratou da situação atual da gestão democrática na escola pesquisada, seguida das incoerências, que representam os limites, que impedem e/ou enxugam as possibilidades do estabelecimento de relações democráticas e mais horizontalizadas na unidade escolar, constituindo deficiências sistêmicas graves a serem adequadamente endereçadas.

Desta feita, o presente capítulo trata das contradições existentes no contexto da unidade escolar e da própria sociedade de Ilhabela/SP que permitiram que processos transformativos fossem instituídos, apesar das situações adversas.

Assim, debruçamo-nos agora sobre as potencialidades que advêm de toda mobilização e luta acumulada nas ações junto à comunidade, perscrutando-se as repercussões dos movimentos sobre o cotidiano da escola e suas relações de poder. É notável como, apesar das adversidades, se logrou construir processos de diálogo e inovação no ensino, integrado a uma identidade e às necessidades locais. Assim, trata-se de compreender como se deu tal processo e suas relações com os movimentos de 2017 e 2018.

Neste capítulo, apresentamos, então, a outra categoria de análise, fundamental, que emerge como resultado da pesquisa a partir do exame dos dados, que consiste na relação com a comunidade, que institui a práxis própria da Escola do Camarão e eixo sob o qual gravitam os processos investigados.

Essa característica, observada nos processos de mobilização realizados em 2017 e 2018, permanece nos processos posteriores, acrescentando-se ao diálogo institucional e suas ferramentas, como o Projeto Político Pedagógico e elaboração de outros documentos oficiais que buscam consolidar os processos. Outros desdobramentos, internos e externos das ações junto à comunidade e sobre a função social da escola também são analisados, dedicando-se a isso a subcategoria “O Contexto da Criação da Identidade e Efeitos do Movimento”.

### **6.1. Relação com a Comunidade: uma via para a práxis na escola**

Em que pese todos os percalços expostos no capítulo *Os elementos de análise do movimento real: condicionantes e situação institucional*, que a este precede, fato é que as ações de mobilização se enraizaram e constituíram uma potência latente, eventualmente capaz de transformar a realidade cotidiana na Escola do Camarão.

Refletindo sobre as ações e seus efeitos, a Professora Dona afirmou o seguinte durante o grupo focal:

Ainda assim, apesar de todos os absurdos que ainda acontecem, comparando as situações de outras escolas e a forma como hoje trabalhamos, não acho que estejamos no lugar ideal, mas sem dúvida a qualidade de trabalho que nós temos é uma das melhores da rede, por conta desse processo do Diálogos (Grupo focal, Professora Dona, 2022).

Na própria semana em que realizamos o grupo focal, a Professora A relatou ter a unidade escolar questionado a rede (SME), o que antes seria impensável, dada a mentalidade autoritária e de submissão: “porque ninguém falava, nada mudava. Agora as pessoas falam” (Grupo focal, 2022).

A melhoria relativa alcançada materializa-se na estruturação de equipe, com o aporte de profissionais reivindicados, como psicóloga fixa trabalhando na escola, além de profissional mediador de conflitos, bem como outros profissionais da educação, quando demandados:

monitores, estagiários etc., segundo o relato das docentes participantes do Grupo Focal. (Grupo focal, Professora A, 2022; ILHABELA, 2022b).

Igualmente, mudanças se objetivam na consolidação de processos de trabalho e estruturas institucionais que dão suporte à ações pedagógicas e administrativas que militam no sentido da entrega de ensino reformulado no conteúdo e no método, bem assim de um trabalho, em geral, alicerçado nas demandas e situação da comunidade, de orientação coletiva, integrando todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar, procurando dar-lhes, de alguma maneira, VOZ.

A constatação é indicada: pelo exame do Guia Prático da Escola do Camarão- documento produzido pela direção escolar, em cooperação com coordenação e comunidade escolar em geral, com ilustração de estudante, produzida durante o Mini Fórum de Educação Ambiental de 2018; pelo processo de reformulação, hoje em curso, do Projeto Político-Pedagógico da escola, de forma participativa; pelos dados do grupo focal e outros processos vivenciados na unidade escolar. A relação com as ações relatadas no capítulo “A luta pela democracia na Escola: o caso da Escola do Camarão em Ilhabela/SP” é analisada doravante.

E.M.PAULO RENATO COSTA SOUZA  
ESCOLA DO CAMARÃO

## GUIA PRÁTICO



O Guia Prático foi feito especialmente para orientar a comunidade escolar (famílias, professoras e professores, estudantes e funcionárias e funcionários) e trazer informações importantes sobre o funcionamento de questões práticas de nossa escola.

Com ele você poderá se localizar e entender o funcionamento da E.M. Paulo Renato Costa Souza, a Escola do Camarão.

<sup>1</sup> Ilustração feita pela estudante Ingrid, em 2018 para o concurso do Mini-Fórum de Educação Ambiental.

**Figura 8- Guia Prático da Escola do Camarão- 2022**

Do Guia Prático, cabe perscrutar elementos que possam se relacionar à alegada melhoria na qualidade de trabalho e/ou consolidação de processos.

A escola busca estruturar suas atividades em torno dos chamados “Roteiros”, definidos no Guia Prático como o “conjunto de atividades e exercícios sobre um mesmo tema, que funciona como guia para pesquisas que devem ser realizadas autonomamente pelos estudantes, individualmente ou em grupo, com o apoio de alguma educadora ou educador” (ILHABELA, 2022b, p. 9), articulados com os Grupos de Trabalho, que são “grupos integrados por gestão, professores, funcionários, estudantes e parceiros voluntários para o desenvolvimento de ações ligadas ao núcleo de ações e pedagógicas do Projeto Político-Pedagógico” (ILHABELA, 2022b, p. 9), complementados pelos Grupos de Responsabilidade- “grupos integrados por estudantes de diferentes anos, orientados por educadores da escola. Possibilitam que os estudantes cuidem dos espaços ou materiais de uso coletivo da escola” (ILHABELA, 2022b, p. 9)- e pelo Percorso Individual de Aprendizagem, conceituado como o “instrumento de avaliação dos estudantes em relação ao desenvolvimento de sua aprendizagem.” (ILHABELA, 2022b, p. 9).

No mesmo Guia Prático, além da menção à Biblioteca, revitalizada através de um dos Grupos de Trabalho formados após identificação da demanda durante o mapeamento social (o qual será abordado adiante), observa-se algumas definições e informações que reforçam o esforço em convidar a comunidade a se integrar à escola e esta a tatear sua função social:

PPP EM AÇÃO: momento do desenvolvimento de ações voltadas para a consolidação do Projeto Político Pedagógico da escola.

GRÊMIO ESTUDANTIL: Organização de estudantes determinados em fazer da nossa escola um espaço acolhedor partindo do olhar estudantil. [...] Incentive sua filha ou filho a participar e defender as necessidades coletivas para construirmos um lugar mais justo e onde caibam todos os diferentes olhares de mundo.

FESTAS E AÇÕES: A EM Paulo Renato Costa Souza realiza diversas festas e ações durante o ano letivo, com participação da comunidade. Todas estão ligadas intimamente com o Projeto Político Pedagógico de nossa escola. Algumas delas: Mini - fórum de Educação Ambiental e/ou Semana do Meio Ambiente, Festa Junina (junho), Feira de Ciências e Sarau de Encerramento. Temos ainda os mutirões de cuidado com a horta e agrofloresta e as sessões do Cine Camarão.

(ILHABELA, 2022b, p. 5-9).

Sobre as ações que vêm tomando corpo na unidade escolar e sua ligação com os processos de mobilização, a Professora C elabora a seguinte reflexão:

Diálogos teve papel importante de lançar semente para vários educadores da rede, que atualmente têm a Escola do Camarão como referência de escola que tem ações diferentes, tem prática ao longo dos anos que permitiu isso, pensam

sobre educação de um jeito diferente e tem esse entendimento dali como esse espaço. (Professora C, Grupo focal, 2022).

Outro aspecto destacado pela Professora A que se atribui à ampliação da visão sobre educação decorrente das ações, debates e participação é a maior aceitação e acolhimento dos estudantes com alguma questão de saúde mental ou os tidos como problemáticos. Segundo ela, “importante demarcar que as crianças que antes eram demonizadas não estão sendo mais na escola, em virtude desse novo olhar para a educação” (Professora A, Grupo focal, 2022). Além disso, “criança com TDAH<sup>16</sup> circula livremente pela escola, é mais integrada, aceitam as atividades propostas para ela. Antes isso era visto como um tratamento desigual, como se a criança tivesse com uma vantagem” (Professora A, Grupo focal, 2022).

Ou seja, tornar a escola mais democrática traz o efeito de deixá-la mais acolhedora à diversidade. Essa consequência pode ser observada no documentário Eleições (ELEIÇÕES, 2018), que retrata as eleições para o grêmio estudantil em uma escola estadual de São Paulo, em que os alunos tidos como “problemáticos” ou desinteressados assumem papel de destaque no processo democrático instaurado.

O Guia Prático da Escola foi elaborado como desdobramento do processo de reformulação do PPP, que vem sendo conduzido coletivamente pela comunidade escolar.

Com o intuito de que fosse construído em consonância com as necessidades e história da comunidade em que situa a escola, a localidade do Camarão, com a qual se pretende integrar, organicamente, em atenção à sua função social, a reformulação do PPP foi precedida de mapeamento social, através do qual, por meio da instituição de grupos de trabalho, que elaboraram e coordenaram a distribuição de questionário junto às famílias dos estudantes, buscou-se conhecer a comunidade, sua realidade e suas questões e, ao mesmo tempo, convidá-la a participar da escola.

A reunião prévia ao mapeamento registrou algumas falas que expressam a intenção de assumir a identidade comunitária que marca o histórico da escola:

[...] Cada um e cada uma foi colocando em comum os sonhos, as tentativas anteriores e às suas intenções em função de uma escola que esteja engajada nas necessidades da comunidade e do território em que está inserida a “escola do camarão”.

[...] O rascunho do PPP [em vigor] não contempla as iniciativas realizadas historicamente pelo pessoal da escola.

[...]. A escola tem uma experiência importante, uma intensa e curta história de quase 10 anos que não estão registrados no PPP, com destacadas iniciativas

---

<sup>16</sup> Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

pedagógicas para além das salas de aula e momentos traumáticos que ainda precisam ser processados (ILHABELA, 2021e).

O mapeamento trouxe alguns dados relevantes sobre a comunidade, que refletiram na organização posterior da elaboração do PPP. Por exemplo, que há muitos migrantes vindos de Minas Gerais e da Bahia; que, das famílias que responderam ao questionário, um total de 117, 41% possuem renda de um salário mínimo e 35% menos que um salário. 24 famílias declararam não estar trabalhando. Sobre as informações, o assistente social que coordenou os trabalhos, parceiro voluntário da escola, fez a observação de que “nas respostas podemos perceber que não existe uma diferenciação nítida entre trabalho formal e informal, testemunhando a destruição de direitos que vem acontecendo nos últimos anos” (ILHABELA, 2021f, p. 4). Também identificou que “na hora de descrever onde obteve a cesta básica, a função social da escola na assistência se destaca (inclusive elogiando o fato da cesta da escola ter verduras): Escola 38///CRAS 26///Igreja 2///Prefeitura 6” (ILHABELA, 2021f, p. 5).

A lacuna e, conseqüentemente, potencial de maior integração da escola à vida dos estudantes e família, se mostra pelo fato de que, quando perguntadas sobre participação em alguma outra instituição ou atividades no bairro, 40 famílias responderam que participam de atividades em Igrejas, enquanto, em segundo lugar, aparece o Instituto Pés no chão (organização sociocultural), com atividades de teatro, mas com apenas 4 famílias. Em contrapartida, indagadas sobre o que falta, no bairro, o grupo “Espaço para brincar/Lazer/oficinas infantis/Música/teatro/futebol /esportes” recebeu 17 respostas, seguido do grupo “Esgoto/educação ambiental/saneamento básico/Água”, com 12 respostas (ILHABELA, 2021f).

O PPP, desta forma, foi estruturado objetivando lidar com as questões identificadas, absorvendo também o acúmulo histórico da escola.

Como pressupostos e fundamentos para o trabalho, estipulou-se o seguinte:

O PPP é o instrumento de administração da escola e teve origem nas concepções de gestão democrática que ganharam corpo ao longo das últimas décadas na esfera nacional e internacional; [...]

Onde me engajar? Levantamento também dos espaços, equipamentos públicos, redes de apoio e proteção. Pesquisa da História da Escola e biografia do PR<sup>17</sup>. [...].

**IR PARA O TERRITÓRIO**

Visitas constantes à comunidade local e diálogo com a vizinhança. “A CABEÇA PENSA ONDE OS PÉS PISAM” [...].

**ETAPAS DA REVISÃO DO PPP** [...].

<sup>17</sup> PR significa “Paulo Renato”, nome oficial da escola (Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza).

6- Formação do Conselho Escolar a partir da participação das famílias e elaboração de um plano de ação para os próximos anos. [...].  
 Construir com os dados do Mapeamento social um Projeto Político Pedagógico engajado nas demandas da comunidade. (ILHABELA, 2021g).

Os desdobramentos esperados foram: “Gestão democrática; Transformação do território; Parceiros da escola; Conselho escolar” (ILHABELA, 2021g, p. 28).

Por outro lado, foram criados os Núcleos de Ação Pedagógica (NAP), tematizados conforme área de atuação. Os NAP criados até o momento são: Educação Ambiental; Cultura e Diversidade; Tempo Livre, Esportes e Lazer; Trabalho.

Aqui se observa que, como almejava-se em 2018, o Mini Fórum de Educação Ambiental se tornou um esboço bastante fidedigno do que veio a ser o PPP, transmutando-se para um de seus eixos, com a denominação de NAP. Na realidade, a própria organização em Grupos de Responsabilidade, que agregam sujeitos de diferentes partes da comunidade escolar, com estudantes de forma multisseriada e com temas transversais, bem como o trabalho educativo com forte integração com a comunidade do entorno e questões sociais atuais, construídos de maneira participativa, são marcas visíveis que espelham o sentido e conteúdo das ações do Diálogos que Brotam do Chão e do 2º Mini Fórum de Educação Ambiental de 2018.

Com efeito, a respeito, aduziu a Professora C que a Escola do Camarão “vem ganhando outros olhares. Estamos consolidando um processo de elaboração do PPP, que vai repercutir em todo esse percurso da escola. O percurso está no território, desde que era a agrofloresta do Sr. Da Silva. De alguma maneira isso está ali nas práticas.” (Professora C, Grupo focal, 2022).  
 Demonstrando satisfação com o processo, relatou:

Em 2021, conseguiram colocar em prática, experienciar parte do que acreditavam. Movimento do PPP, mapeamento, escola com comunidade escolar, diálogo com todos os atores, professores, estudantes, gestão, grêmio, funcionários. Foi um movimento gostoso. Corpo docente mais em sintonia pela primeira vez, construíram coletivamente, sem aquele racha que tinha. Muita gente seguiu o fluxo e praticava o que era seguido pela maioria. Houve várias reuniões extraordinárias. (Professora C, Grupo focal, 2022).

Nesse diapasão, é pertinente analisar o teor das ações promovidas na escola entre 2017 e 2018, objeto do capítulo “A Luta pela democracia na escola: o caso da Escola do Camarão em Ilhabela/SP”.

Os temas propostos nas atividades do Diálogos que Brotam do chão suscitavam a reflexão sobre a educação e escola pública em suas relações com a prática social. Além disso, havia preocupação especial com o formato e organização das ações. Para além do discurso, a

intenção era que as pessoas experimentassem uma prática horizontal, com a construção coletiva do espaço, reservando-se um tempo prévio de organização destinado apenas a isso. Havia atenção com espaços e atividades para as crianças e até mesmo com tipos de alimentos em relação a possíveis restrições alimentares. As decisões sobre tempo de duração, de fala, intervalo, teto de horário etc., ou quaisquer outras que surgissem em relação ao próprio evento, eram tomadas na forma de assembleia. Nos momentos destacados para tanto, o microfone era sempre aberto para livre manifestação, com igual respeito à fala alheia.

O evento que reuniu o maior número de pessoas na escola, em um sábado, e que proporcionou os momentos de maior catarse foi a roda de conversa com José Pacheco, a respeito da qual, analisando-se as ações posteriores, tratadas neste item, constata-se que muito do que foi ali debatido foi apreendido de fato como orientação para a práxis subsequente.

Não somente quando abordou a experiência da Escola da Ponte, mas também nos momentos em que expôs suas ideias pedagógicas, José Pacheco destacou o papel atribuído à comunidade, que, segundo ele, necessita se assumir enquanto uma escola e a dirigir, tomando-a como um espaço e equipamento seus.

Nesse sentido, as ideias de José Pacheco continham engenhosa articulação, no que respeita à organização concebida para a instituição escolar, entre:

- a) A crítica ao método pedagógico da escola tradicional, traduzido nos conteúdos seriados previamente definidos, ministrados por um professor através da aula expositiva;
- b) O sentido comunitário que a escola deve assumir, buscando no território e comunidade em que se insere tanto os problemas que servirão de base para os projetos mediante os quais se ensinará, como os espaços e pessoas com potencial educativo que auxiliarão na solução, em viés de concretização da práxis pedagógica;
- c) A necessidade, no âmbito da burocracia interna, de a instituição escolar adotar mecanismos de gestão democrática, através do adequado funcionamento de conselhos, assembleias e revisão dos papéis dos cargos de chefia hierárquica tradicionais, como também a pactuação de instrumento formal de concessão de autonomia pedagógica, administrativa e financeira à unidade escolar, com fundamento na LDB.

Tais aspectos da escola democrática são tratados organicamente. Assim, a articulação com a comunidade do entorno, por exemplo, é encarada não apenas enquanto uma questão ética, política ou legal, mas também como um assunto pedagógico: é no interior da comunidade que devem ser extraídos os temas que servirão de base para a abordagem dos assuntos ordinariamente tratados em sala de aula, inseridos no currículo. De igual modo, os assuntos anteriormente tidos como estritamente pedagógicos, também ganham um contorno ético-político, uma vez integrados em uma noção de função social. Respeitadas as especificidades de cada seara, também a parte administrativa e burocrática passa a ser moldada segundo os objetivos essenciais expressos nas outras dimensões (pedagógica e ética-política).

No que concerne ao método pedagógico, a concepção guarda semelhanças com as ideias de Dermeval Saviani (2018) acerca das teorias da educação.

Com efeito, sem embargo dos debates sobre os métodos de ensino que procuravam promover as teorias escolanovistas na primeira metade do século XX, Saviani (2018) insiste no conteúdo e na disciplina como ferramentas para que as classes dominadas possam se organizar e lutar politicamente, pois é exatamente através do domínio desses conteúdos da cultura que as classes dominantes legitimam e consolidam seu poder, no que poderia, aparentemente, ser considerada uma defesa da escola tradicional ou uma concepção conteudista.

No entanto, o autor reconhece a insuficiência da escola tradicional, centrada em conteúdos escolares estáticos, desatualizados e abstratos, transmitidos de forma mecanizada, maçante e repetitiva, propondo, segundo uma perspectiva dos condicionantes históricos da educação, uma pedagogia revolucionária, a qual teria, como um de seus componentes, a transmissão de conteúdos logicamente graduados e sistematizados, porém associada a métodos mais ativos, de diálogo dos alunos entre si e com o professor, *partindo da prática social e sua problematização*, que consistiria, justamente, no levantamento de questões que precisam ser resolvidas na sociedade, assim como de qual conhecimento é necessário.

Uma das etapas do processo seria a instrumentalização, na qual haveria a aquisição diretamente através do professor ou indiretamente por meios indicados por ele daqueles conteúdos, para que, enfim, resultasse na volta à prática social, porém alterada qualitativamente, em razão da alteração dos próprios alunos, que são sujeitos sociais pertencentes a essa prática, no processo de catarse.

Freire (2018, p. 31-2), ao advogar que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, propõe reflexão sobre a necessidade de

Discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação ao ensino dos conteúdos. Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos

de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes.

[...]

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Porque não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos?

Esse processo permite visualizar a educação como prática mediadora, de transformação mediata e indireta da realidade, isto é, “uma atividade mediadora no seio da prática social global”. (SAVIANI, 2018, p. 59).

Por seu turno, no que se refere ao Mini Fórum de Educação Ambiental de 2018, desde o início, de acordo com o projeto apresentado à direção escolar para realização do evento, houve a expressa articulação da proposição com o Projeto Político-Pedagógico da escola, em uma perspectiva de integração das iniciativas que surgem na vida escolar ao seu estatuto básico de planejamento e identificação.

Tornando-se campo permanente para o processo de ensino-aprendizagem, a questão ambiental, trazida com base em elementos relacionados à realidade local, abria espaço para debater currículo, transbordando as disciplinas tradicionais, explorando a possibilidade aberta pela parte diversificada do currículo, a qual deve trazer características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos, segundo o texto do artigo 26 da LDB.

Com efeito, os projetos desenvolvidos na escola, como horta, compostagem, audiovisual, dentre outros, eram estruturados em grupos de responsabilidade, que agregavam alunos de diferentes séries, além de professores e parceiros da escola, a partir de um objetivo proposto.

Essa forma de organização busca romper com o modelo tradicional, presente no senso comum, de mera transmissão dos conhecimentos e informações contidas nas disciplinas e centradas no professor, para tratar os alunos como sujeitos, que participam de seu aprendizado e formação, apoiados em um problema concreto. Segundo Paro (2014, p. 70), “as ciências que subsidiam a Pedagogia têm provado à exaustão que o educando só aprende quando se faz sujeito (autor), isto é, quando sua ação no processo pedagógico não é simples atividade, mas expressão de sua vontade”, não sendo ele “um ser passivo que recebe a cultura de quem lhe passa” (PARO, 2014, p. 48).

As atividades em si também provocavam o aprendizado a partir de questões concretas presentes na comunidade local, sendo a expressão máxima disso cuidar do rio que corta a escola. Indo além, propôs-se averiguar quem eram as pessoas que habitavam próximo ao rio, associando a questão ambiental à social e histórica, provocando reflexão crítica sobre os problemas existentes no meio. A descrição do eixo “Camarão Rio Acima” espelha bem tal aspecto:

Nasceu como proposta de estudo do meio e reconhecimento das identidades que orientam a cultura dos estudantes, além de um estudo sobre migração e a ocupação territorial, estudo do rio. Nesta perspectiva, a proposta estava em reconhecer quem são os moradores da trilha do rio, reconhecer a fonte de onde ele brota e, ao mesmo tempo, os problemas com a água, a fim de projetarem-se soluções de caráter socioambiental e sustentável, bem como reconhecimento, mobilização e atuação da própria comunidade. (ILHABELA, 2018b, p. 4).

Assim, ao encontro do que propunha José Pacheco na roda de conversa durante o DBC em 2017, um caminho democrático, crítico e valorizador da escola enquanto instituição pública poderia ser intentado com alicerce no diálogo com questões existente na comunidade em que se insere e com as pessoas que a constituem, revelando-se seu potencial educativo com base na realidade local, articulando-se, desde aí, os instrumentos formais de planejamento escolar, currículo, processo pedagógico e revisão das relações estabelecidas no universo escolar.

A EMEF Paulo Renato, uma vez mais, tateava o seu enraizamento no território, como mostram trechos do projeto que abordava os aspectos políticos envolvidos:

Por se tratar de um eixo do PPP (Projeto Político Pedagógico), o núcleo vem se relacionando de forma que, o sentido Político, se torne uma possibilidade de ressignificação das relações na e com a escola, estabelecendo novas formas de interação entre e com os participantes da comunidade escolar. Reconhece-se assim, o potencial humano de cada um, integrante da comunidade escolar, permitindo uma revisão da estrutura (do ponto de vista organizacional) além de incluir na vida escolar colaboradores voluntários, grupos de responsabilidade liderados por estudantes, consolidando novos processos e alterando a dinâmica cotidiana; e, o sentido Pedagógico, se torne imperativo vincular o processo de ensino e aprendizagem a um modelo de participação protagonista e tomada de decisão que sempre inclua os estudantes como parte, possibilitando a eles fazer escolhas, ampliando seus repertórios de experiências práticas, além de contarem com a colaboração de seus educadores e dos parceiros da escola. (ILHABELA, 2018b).

Vista por outro ângulo, a questão da integração da escola à comunidade dialoga com a relação entre a instituição escolar e o trabalho socialmente útil, que é o fundamento essencial

da socialização e humanização dos indivíduos. Se a atualização da vida e a apropriação do historicamente produzido são propiciadas pelo trabalho, sobretudo aquele não alienado, isto é, aquele que serve ao atendimento das necessidades das pessoas e grupos humanos, é articulado a ele- trabalho socialmente útil- que melhor a escola pode cumprir seu papel (PISTRAK, 2009). “Os movimentos sociais também ensinam e não há porque a escola não entrelaçar-se com eles. Mais ainda: se a escola é necessária, mas insuficiente para produzir muitas das transformações sociais, sua ligação com os movimentos sociais permite potencializar sua ação” (PISTRAK, 2009, p. 91). Assim deve ser

uma pedagogia crítica de seu meio e que, portanto, forma sujeitos históricos (auto-organizados). Seria lógico pensar que este meio social não deveria ter a função de anular a formação de tais sujeitos históricos. Daí o caráter dialético que assume a relação entre o ser em formação e o seu meio (natural e social). Neste processo, o meio (e suas lutas) ensina e, ao mesmo tempo, é criticado como forma de desenvolver a ambos (o sujeito e seu meio), o que vale para qualquer formação social. (PISTRAK, 2009, p. 90)

E, em uma escola autogerida, “os membros da escola espalham-se por comissões e comitês e organizam-se coletivamente na assembleia escolar para estabelecer acordos e implementar pactos” (PISTRAK, 2009, p. 94).

Tais questões demonstram que a gestão democrática se situa muito além da mera organização da burocracia escolar e colegiados, mas, também e organicamente, em sua relação com o meio externo, isto é, sua função social, e na forma como organiza o próprio ensino.

Sendo assim, observa-se que os percursos se entrelaçam, criando uma continuidade substantiva e historicidade daquela realidade e relações na instituição escolar, em processos notadamente dialéticos de transformações e retaliações, no qual as transformações são resultantes de processos que possuem entre si a relação com a comunidade como um guia, manifestando-se de diferentes formas, como exposto. Segundo afirma a Professora C, “todo esse percurso cria uma identidade para a escola.” (Professora C, Grupo focal, 2022).

Alguns aspectos dessa identidade e efeitos de seu movimento serão aprofundados um pouco mais no subitem que se segue.

## **6.2. O Contexto da Criação da Identidade e Efeitos do Movimento**

Uma das consequências que os processos e sua inevitável divulgação geraram, além da melhoria na qualidade do trabalho e que, de todo modo, com ela se articula, é que a escola se torna atrativa para profissionais com o mesmo perfil das ações que ocorrem.

A isso a Professora A chamou de “campo de imanência” (Professora A, Grupo focal, 2022). Explica a Professora Dona (Grupo Focal, 2022): “muitos grupos distintos começam a ir para a escola, se interessam por ela, a partir do processo do Diálogos: a escola se abre e atrai parceiros, pessoas com perfis críticos. O cunho progressista atrai pessoas com esse perfil, professores vão pedindo remoção e se enraizando lá.”

Complementa a Professora C (Grupo Focal, 2022): “é conhecida na rede como escola freiriana, progressista”, pois

ser professor na Escola do Camarão é muito mais do que sala de aula. Ser professor na Escola do Camarão é estar preocupado com as famílias. A escola atrai muitas pessoas, muita gente quer ir trabalhar lá, já sabem como a escola trabalha, como uma parte do grupo pensa. Acho que tem esse movimento já, de gente que quer ir para lá. Nesse ponto, essa história é bem-sucedida. (Professora C, Grupo Focal, 2022).

O campo de imanência de que falam as docentes deve ser entendido, na realidade, não enquanto forças metafísicas abstratas, mas sim como a própria historicidade e organicidade dos sujeitos, que se constituem nas relações sociais e absorvem, através das mediações, no caso as experiências com as quais tiveram contato na prática social, a produção cultural humana (MARX, 1845), em um processo de sintetização entre o objetivo e o subjetivo, gerando sujeitos atuantes e continuidade substantiva dos movimentos de resistência.

Deste modo, quando aborda a questão da relação entre instituições e pessoas, Paro (2018) entende que é possível que pessoas engajadas e qualificadas consigam desenvolver um bom trabalho, ainda que diante de instituições frágeis, ao mesmo tempo que instituições bem estruturadas favorecem o desenvolvimento de profissionais deste tipo, em um movimento dialético. Conclui o autor:

Em acréscimo, teremos a vantagem que esse tipo de instituição acaba por atrair pessoas com expectativas mais democráticas, mais exigentes na realização de objetivos do ensino e mais comprometidas com esse tipo de instituição. Da mesma forma, instituições assim formadas têm maiores possibilidades de formar futuros educadores que comunguem dos ideais e dos objetivos democráticos que elas perseguem. (PARO, 2018, p. 121-2).

Um exemplo evidente desse caráter ontológico (identidade ou campo de imanência) foi o ingresso do assistente social como voluntário parceiro da escola, o qual coordenou o processo

de mapeamento social da comunidade, repercutindo na reformulação participativa do PPP, que, por sua vez, redundará em outros processos e assim por diante, ainda que o profissional em questão tenha sido vítima da ação arbitrária da SME. Ou seja, obviamente que o voluntário não caiu de paraquedas justamente naquela escola, mas foi a ela, intencionalmente, pela divulgação difusa dos processos.

A identidade criada pela escola, moldando ontologicamente sua singularidade, acaba por repercutir também na forma como se relaciona com o Estado. Se, por um lado, há consequências deletérias da incidência de um contexto particular autoritário, como o assédio moral, amadorismo e rotatividade dos professores temporários, como analisado no capítulo “Os elementos de análise do movimento real: condicionantes e situação institucional”, por outro, criam-se dificuldades ao controle estatal.

Referida dificuldade, na realidade, já é inerente ao contexto socioeconômico da unidade escolar, cuja vulnerabilidade acaba por acarretar episódios de indisciplina ou mesmo violentos<sup>18</sup>. Além disso, contando com processos participativos e comunitários relativamente consolidados mesmo diante de períodos traumáticos, a SME acaba por ter um cuidado com a escolha da gestão, para que esta seja capaz de dialogar e lidar com a comunidade escolar, em uma espécie de concessão, o que se aplica também às melhorias na qualidade do trabalho.

Ao incremento de forças na relação com o Estado as participantes do grupo focal atribuem o fato de a SME ter designado uma gestão (direção e coordenação) com perfis mais democráticos e tecnicamente qualificada, o que recentemente tem favorecido os processos.

Esse quadro expressa algumas contradições, internas e externas, da realidade da escola pesquisada, no movimento de interação com as outras dimensões da sociedade e seus aspectos econômicos e políticos.

Inicialmente, cabe lembrar que o Diálogos que Brotam do Chão surge enquanto resistência à transformação da Escola do Camarão em ETEC (escola técnica estadual).

Nesse ponto, é possível identificar a incidência de determinante externo e sua própria contradição: uma investida conservadora, nesse caso específico a ETEC<sup>19</sup>, provoca uma

---

<sup>18</sup> A Professora Dona contou que foi propositalmente para a Escola do Camarão por saber que era uma escola na periferia. Seu público sempre foram as pessoas em situação de vulnerabilidade social e já havia trabalhado na Fundação Casa. Quando mencionou isso na definição da lotação, a responsável disse que ela saberia lidar com as pessoas de lá (Professora Dona, Grupo focal, 2022). Tal fala demonstra claramente um preconceito e despreparo para trabalhar com tal tipo de realidade.

<sup>19</sup> Sem embargo do debate aprofundado acerca das escolas técnicas e necessidades profissionais e econômicas de seu público, busca-se evidenciar o caráter simbólico da proposta de, em um período histórico de pressão neoliberal sobre a política educacional, eliminar, sem prévio debate público, escola com práticas comunitárias, localizada em uma das principais periferias da cidade, erigindo, em seu lugar, uma escola técnica de ensino padronizado, voltado prioritariamente às necessidades do mercado de trabalho.

mobilização de caráter crítico-emancipatório que gera transformações e processos significativos na unidade escolar e educação do município. Enquanto a pressão neoliberal sobre a educação é subproduto do avanço do neoliberalismo econômico em escala global, no plano singular o movimento é oposto por uma ação de resistência, que também pode retornar aos demais planos, conforme ações dos sujeitos, que foram afetados no plano singular, nas demais esferas e relações que estabelecem.

O DBC, além de reação crítica à investida conservadora, também é influenciado pelos movimentos locais da sociedade civil organizada, que durante anos se mobilizou em torno de iniciativas relacionadas à participação e controle da gestão pública, além de pautas nos temas da preservação ambiental e, em menor escala, educação e moradia. Referido aspecto da influência de ações anteriores foi bastante ressaltado pela Professora A como parte da concepção e origem do DBC.

Essa organização da sociedade civil a partir de meados da primeira década do século XXI em Ilhabela/SP, por sua vez, também é impulsionada pela reação à forma autoritária de governo do poder público municipal historicamente, e especificamente em relação à gestão 2009-2016, marcado por diversos episódios de práticas autoritárias<sup>20</sup> e culmina com a eleição de oposição a ele para governo a partir de 2017, cuja pauta eleitoral foi o compromisso com a participação da sociedade civil e favorecimento a processos horizontais, conforme Plano de Governo (BRASIL, 2016b). De certa forma, tal contexto, somado ao fato de que o movimento reacionário de extrema direita, de escala nacional, não havia ainda atingido o seu ápice, também nos parece importante para a criação de condições para o surgimento e desenvolvimento das ações na escola do Camarão entre 2017 e 2018, e outras posteriores, influenciadas por elas.

Em âmbito local, também as comunidades tradicionais caiçaras, presentes em Ilhabela/SP, possuem organização social com maior traço comunitário e menos desigualdade, com economia de subsistência conjugada com comércio e turismo em pequena escala. Além disso, historicamente vivenciaram uma Ilhabela/SP despovoada e relativamente isolada, requerendo uma organização social baseada na coletividade para garantir a subsistência, o que favorece, posteriormente, processos de luta e organização, ainda que com suas contradições internas (NOFFS, 2007). Atualmente, as comunidades da Baía de Castelhanos vivem disputa

---

<sup>20</sup> Além de projetos barrados na Justiça por falta de diálogo com a sociedade ou deliberação de conselhos municipais competentes, citamos o episódio em que o então Chefe do Executivo Municipal, após ser acusado de agredir advogada em seu gabinete e esta conquistar o direito ao desagravo público junto à Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo, compareceu pessoalmente ao evento do desagravo e o tumultuou, interrompendo as autoridades que promoviam o evento, sentando em local a elas reservado, arrancando o material do local e levando sua equipe de secretários, aos gritos de “quem manda aqui sou eu” (JUSBRASIL, 2016). O político foi eleito novamente em 2020 para o cargo, em chapa com o seu filho (G1, 2023).

intensa pelo território, entre importantes conquistas, como a criação de Conselho Municipal para fortalecimento da gestão do território, Unidade de Conservação para proteção ambiental (ILHABELA, 2019d; 2020), e ataques, como tentativas de alteração do zoneamento visando liberação de atividades econômicas de maior porte e tentativa de revogação da Unidade de Conservação (ITANI, 2018; SÃO PAULO, 2022b).

Observamos, ainda, que todas as participantes da pesquisa, fundamentais nas ações analisadas, se estabelecem em Ilhabela/SP pela via do concurso público, regra para acesso a cargos públicos, ampliada como conquista histórica da Constituição de 1988, propiciando esse tipo de intercâmbio de pessoas com diferentes origens e bagagens, provocando interações potencialmente transformadoras, transparecendo outra contradição.

Nesse sentido, a Professora A (Grupo focal, 2022) afirmou que, em que pese ter o ciclo do DBC se encerrado, "as ações não param, continuam como as sementes do Guapuruvu".

Direta ou indiretamente, influenciaram a própria forma de outros movimentos atuarem e se articularem. Nesse período em diante, observa-se uma intensificação das mobilizações locais, sobretudo em coletivos que trazem pautas mais populares.

Destacamos, a título exemplificativo, o Movimento Negro, o Fórum Popular de Cultura e o Coletivo de Educação. O Movimento Negro, atualmente, é bastante atuante e organizado em Ilhabela/SP, ocupando cadeiras em Conselhos Municipais, realizando manifestações públicas significativas, bem como promovendo atividades educativas e culturais. Atualmente, o Espaço Semear é ainda mais reconhecido socialmente como espaço cultural e político de resistência negra na cidade, recebendo o devido suporte dos movimentos sociais, o que se alavancou exatamente após o segundo ciclo do DBC, que promoveu seus cine-debates exatamente naquele espaço, trazendo a temática racial, o que foi seguido pelo Coletivo Negro Odu, logo após (COLETIVO NEGRO ODU, 2023).

O Fórum Popular de Cultura agrega os artistas, trabalhadores e trabalhadoras de cultura em Ilhabela/SP e já conquistou a reformulação do Conselho Municipal de Políticas Culturais, tornando-o mais participativo e acessível ao movimento social, resultando na publicação, seja com a participação do Conselho ou pela Prefeitura com sua pressão, em inéditos editais públicos para fomento de artistas. (FÓRUM POPULAR DE CULTURA DE ILHABELA, 2023).

O Coletivo de Educação mobiliza atualmente profissionais da educação de todas as escolas municipais para pautas diversas e, além de ter promovido evento apresentando propostas do setor para os candidatos à Prefeitura em 2020, coordenou a paralisação (greve de um dia) em 2021 contra a volta das aulas presenciais em meio à pandemia, estando à frente,

ainda, em diversas outras reivindicações e ações formativas junto à educação pública municipal (COLETIVO DE EDUCAÇÃO DE ILHABELA, 2023).



**Figuras 9 e 10- Respectivamente, fotos: do ciclo de palestras em escolas públicas ocorrido em novembro de 2019 e do Cine Tela Negra, realizado em 20 de fevereiro de 2022, ambos pelo Coletivo Negro Odu.**

De uma maneira ou de outra, em meio a um movimento histórico e dialético, as ações ocupam um espaço aberto pelo Diálogos que Brotam do Chão, que passa a ser ocupado pelos outros movimentos, o que ocorre também no interior da Escola do Camarão nos anos que se seguem, apesar das inconsistências produzidas pelo *establishment*.

Outra contradição do contexto particular que se manifesta nas ações da escola é que as inconsistências da política educacional municipal, analisadas no capítulo “Os elementos de análise do movimento real: condicionantes e situação institucional”, como o amadorismo, precarização e perseguições, acabam por gerar sérias lacunas e deficiências quanto ao atendimento das necessidades da população usuária, fazendo com que não existam processos de trabalho e procedimentos consolidados, o que de certa maneira amarra menos e deixa as ações reacionárias mais expostas quanto à ilegalidade e falta de fundamento. Assim, as brechas

são geradas e as ideias e ações agem nessa lacuna, tendendo a serem reconhecidas e valorizadas diante das necessidades da comunidade.

Como aduz Anísio Teixeira,

As escolas deverão ser, assim, organizações locais, administradas por conselhos leigos e locais, com o máximo de proximidade das instituições que venham a dirigir e com o máximo de autonomia que lhe for possível dar. Essa relativa independência local permitirá torná-las, tanto quanto possível, representativas do meio local e indenizadas aos aspectos impessoais das grandes organizações centrais (TEIXEIRA, 1967, p. 35).

Deveras, sobre o movimento de implementação de escolas democráticas, Apple e Beane (1997), demonstram que, em todos os casos estudados, a mudança não teve origem no plano institucional, mas tornou-se possível a partir da base, pela articulação intencional dentro e fora da escola com sujeitos sociais diversos, desde ativistas, grupos de professores e comunidade.

Na Escola do Camarão, apesar da sempre longa peleja pela frente, não tem sido diferente.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Porque estamos no mundo?  
Certamente não é para viver com dor e medo  
Porque você está lá na terra?  
Quando você está em todos os lugares  
Venha e pegue a sua parte”*  
Trecho da música “Instant Karma” de John Lennon

*“Pra melhor juntar as nossas forças  
é só repartir melhor o pão  
É criar o paraíso agora  
Para merecer quem vem depois”*  
Trecho da música “Sal da terra” de Beto Guedes

A presente dissertação resulta da análise das contradições no movimento de implantação da gestão democrática na E.M.E.F. Paulo Renato Costa Souza em Ilhabela/SP, a partir do movimento Diálogos que Brotam do Chão e do 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, ocorridos entre 2017 e 2018, visando responder quais seriam os limites e possibilidades- incoerências e potências- instituídos no processo de implantação da gestão democrática na unidade escolar, que expressam as contradições presentes na sociedade de Ilhabela/SP.

Os resultados corroboram com nossas hipóteses iniciais no contato com o campo de pesquisa e com o movimento da realidade investigada quando nos deparamos com um cenário de fragilidade nas condições institucionais, econômico-sociais e materiais para a objetivação de uma gestão democrática plena.

A pesquisa de campo, objetivada a partir de procedimentos metodológicos e uso de diversos instrumentos para capturar o movimento da realidade concreta, explicita a emergência das demais categorias de análise da própria realidade, identificadas como *“participação nas decisões e gestão democrática na Escola do Camarão”, relações de poder locais e relação com a comunidade.*

De acordo com a categoria de análise *“participação nas decisões e gestão democrática na Escola do Camarão”*, em conformidade com a documentação oficial examinada, englobando atas dos colegiados, documentos expedidos pela SME e confirmado pelos relatos

no Grupo Focal, constatou-se que, na Escola do Camarão<sup>21</sup> há o descumprimento das metas aprovadas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação a respeito da gestão democrática da educação, que obrigam o poder público a assegurar, em prazo há muito expirado (BRASIL, 2014; ILHABELA, 2015a), as condições para que ela ocorra, como a instituição, formação e funcionamento dos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis. O mesmo ocorre no município em relação a outras estruturas participativas, como os colegiados de políticas públicas na área da educação.

A categoria de análise *relações de poder locais* demonstrou que a manutenção da situação de não efetivação da gestão democrática se dá, além dos limites da situação educacional brasileira em geral<sup>22</sup>, em virtude das relações de poder locais, que acrescem aos problemas gerais o assédio moral acentuado e frequente, a pessoalidade e amadorismo do serviço público, bem assim da precarização da relação trabalhista dos professores, por meio da excessiva contratação temporária, com contratos de um ou dois anos no máximo, em detrimento de professores contratados por meio de concurso público. Essas inconsistências possuem conexão com os fenômenos do mandonismo, patrimonialismo e desorganização do serviço público local, oriundos do sistema coronelista, que ainda remanesce sendo a base da política municipal brasileira.

Para garantir alguma proteção aos profissionais da educação, inexistem sindicatos com atuação minimamente satisfatória, conforme relatado à unanimidade pelas docentes participantes do grupo focal e, de modo geral, percebido pelas pessoas que atuam na educação pública ilhabelense<sup>23</sup>. Os profissionais da educação têm se mobilizado para instituir associação representativa da classe, para suprir as lacunas deixadas pelo sindicato (COLETIVO DE EDUCAÇÃO, 2023).

O concurso público para gestão das escolas, abrangendo direção e coordenação, tornado obrigatório a partir de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2021b) é determinante externo, gerado a partir de atuação do Ministério Público Estadual, capaz de promover alterações relevantes no quadro estrutural encontrado, uma vez que diminui o controle direto das escolas pelos agentes políticos e partidários, retirando-lhes a prerrogativa de nomear e demitir direção e coordenação quando bem entendem, além de fazer com que os

---

<sup>21</sup> É nossa hipótese, alicerçada nos dados de pesquisa, principalmente documentos oficiais e relatos do grupo focal, que a mesma situação se apresenta nas unidades escolares em geral em Ilhabela/SP.

<sup>22</sup> Destacamos: a influência neoliberal geradora de mercantilização e precarização da política educacional, refletindo nas condições objetivas das escolas, bem como a situação socioeconômica da população em geral, que luta para sobreviver e não dispõe de tempo e energia para participar.

<sup>23</sup> Informação pessoal do pesquisador.

professores efetivos que ocupam temporariamente os cargos de direção retornem para a sala de aula, reduzindo, dessa forma, a demanda pelos contratados temporariamente com relação de trabalho precária.

Entretanto, cai por terra a previsão, que afinal não vinha sendo cumprida, de eleição da gestão da escola pela comunidade escolar, com a participação do Conselho de Escola.

Na Escola do Camarão, vimos que os anos de mobilização e de processos participativos, com todos os percalços, redundaram por conquistar a escolha de uma boa gestão- direção e coordenação- para a unidade escolar. Agora, com o concurso, a situação fica incógnita. De todo modo, a possibilidade de livre nomeação e exoneração dotava a situação de vulnerabilidade. Em conclusão desse aspecto, pontuamos que a Prefeitura recorreu no processo, que chegará ao Supremo Tribunal Federal, havendo chances de permanecer a eleição da gestão escolar pela comunidade com participação do Conselho de Escola (regra que nunca foi cumprida), ao invés do concurso público.

No contexto geral da democracia e política educacional brasileiras, a derrota eleitoral da extrema direita no Brasil, que posteriormente tentou retornar ao poder por meio de golpe com meios terroristas em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, representa, ao menos em tese, um contexto mais favorável a processos democráticos em todos os âmbitos, bem como ao fortalecimento de políticas públicas que propiciem melhores condições para que o trabalho educativo na esfera pública possa ocorrer.

Entretanto, uma troca de governo, por si só, não garante recuo de políticas neoliberais e da força meritocrática que assola não apenas a educação, mas o imaginário social de um modo geral. A onda progressista latino americana de 1998-2016 deixa lições que não podem ser ignoradas: é preciso lidar com os traumas estruturais históricos para que se possa, substancialmente, aumentar as possibilidades democráticas e educativas.

Por outro lado, considerando um sistema político contraditório vigente, ainda que na esfera federal haja um governo mais comprometido com a democracia, a base coronelista que persiste no país pode gerar o apoio a governos locais nem tão democráticos, caso estes assegurem votos de seu curral. As alianças partidárias, não raro, ignoram ideais programáticos.

Quando perguntei às docentes, durante o grupo focal, quais são os obstáculos à gestão democrática, a Professora A (Grupo Focal, 2022) respondeu o seguinte:

A auto educação deve acontecer, precisamos olhar para os lugares e voltar para eles, fazer análises para criar estratégias: não há guerra.  
Não há obstáculo e sim uma necessidade de permanência na autoeducação.  
Não se muda o espaço: se cria o espaço junto, se atua junto no espaço.  
Devemos deixar as coisas serem e não querer controlar.

A amplitude dessa riquíssima reflexão requer que se volte nessas frases mais de uma vez. A Professora Dona, citando Gramsci, lembrou que “o velho não sabe que morreu, nem o novo que está nascendo” (Grupo Focal, 2022).

Os dados da pesquisa mostraram, apoiados em ampla sustentação teórica nas obras de, principalmente, Paro (2016; 2018), Pistrak (2009), Paulo Freire (2018) e Saviani (2018), que a gestão democrática pressupõe mais que o mero funcionamento de colegiados e órgãos participativos no interior da escola e no âmbito da política educacional- que são essenciais, mas também exige que se cuide dos métodos de ensino, do currículo e da relação da escola com o seu meio exterior, com a comunidade escolar entre si e do entorno, perscrutando-se a sua *função social*.

A escola no movimento de abrir as suas portas e, dialeticamente, a sociedade de adentrá-la, significa a integração da instituição educativa principal em nossa sociedade atual, equipamento público a que as classes trabalhadoras têm acesso, ao trabalho socialmente útil. O trabalho é a base das relações sociais e estrutura os agrupamentos humanos, que, em primeiro lugar, asseguram a sobrevivência e a reprodução. Deste modo, tornar a escola viva repercute em um trabalho que não prepara para uma vida individual e coletiva que irá ocorrer apenas em um momento futuro, mas sim que já está ocorrendo, pois os estudantes já estão vivendo a sua grande vida (PISTRAK, 2009).

Na Escola do Camarão, observou-se, como categoria de análise que evidencia as contradições nesse movimento de implementação da gestão democrática, *a relação com a comunidade*, que institui a sua práxis própria e eixo sob o qual gravitam os processos investigados. Essa característica já se apresentava nos processos de mobilização realizados em 2017 e 2018, respectivamente, o Diálogos que Brotam do Chão e o 2º Mini Fórum de Educação Ambiental, permanecendo nos processos posteriores, como o mapeamento social, reformulação do Projeto Político Pedagógico e elaboração de outros documentos oficiais que buscam consolidar as práticas, como o Guia Prático da Escola.

Todo o acúmulo de luta por participação e pela educação integrada à comunidade cria uma identidade para a escola, que passa a atrair profissionais com o mesmo perfil, ao tempo que constrói uma cultura institucional. A qualidade do trabalho tende a melhorar, estruturando-se equipes e processos de trabalho, além de melhorar o status da relação com o poder público. As ações possuem o potencial, ainda, de influenciar outros movimentos sociais, moldando-se uma rede. Sendo Ilhabela/SP um município pequeno, abre-se um espaço que posteriormente passa a ser ocupado por outros sujeitos e coletividades.

Assim, em que pese o quadro geral adverso, no que concerne à democracia nas escolas e no próprio país, as carências e lacunas resultam em demandas da comunidade capazes de serem atendidas pelas ações e projetos propostos, representando contradição do sistema. Dotando-se Ilhabela/SP de participação social acima da média, que pode ser atribuída, dentre outros fatores, à dinâmica das comunidades tradicionais, à resistência histórica da população negra e à uma classe média que vai se formando desde o início do século XXI, composta por pessoas que vêm para Ilhabela/SP em busca de melhor qualidade de vida, o contexto particular, embora tenha se formado historicamente sob bases coloniais e coronelistas e ainda apresente os sintomas dessa lógica, também recebe influxos de anseios por mais democracia e controle sobre o Estado, favorecendo processos participativos.

Nesse sentido, o processo de reformulação do PPP na Escola do Camarão, de experimentação dos Roteiros e Percursos Individuais de Aprendizagem, de construção de um real Conselho de Escola e de outros processos dialógicos com a comunidade, bem como os desdobramentos do concurso público para a gestão escolar e do aumento previsto de professores efetivos nas escolas locais, são alguns dos aspectos que podem ser objetos de novas pesquisas e trabalhos acadêmicos.

Assim, em conclusão, considera-se que na realidade da Escola do Camarão em Ilhabela/SP, os limites à objetivação da democracia na escola, além dos problemas gerais da educação brasileira, possuem raiz na formação sócio-histórica local, caracterizada pelo colonialismo e coronelismo, em que o assédio moral, a pessoalidade nas relações, além da precariedade das relações de trabalho, e o amadorismo no trato da coisa pública criam barreiras.

Por outro lado, viu-se que a democracia na escola se objetiva, em essência, através da relação entre escola e comunidade, quando ela se abre ao meio e indaga a sua função social, a quem atende e quem a constitui, a fim de se integrar ao trabalho socialmente útil. Esse aspecto se integra e passa a interagir dialeticamente com os demais, como o administrativo e o ensino do currículo/métodos de ensino. Contudo, na realidade pesquisada, considera-se ser o elemento essencial.

No Brasil, em meio à formação sócio-histórica colonialista, com assimetrias abissais na distribuição do poder econômico e político desde os grandes ciclos econômicos da colônia, e uma formação cultural e do imaginário social que sempre tentou negar as contribuições das grandes matrizes formativas da nação brasileira, como a dos povos indígenas e africanos, em nome da manutenção de um estado de coisas extrativista-predatório, desumano e inaceitável, o contexto atual de desinformação, autoritarismo e ataques às estruturas públicas e às conquistas sociais históricas demanda não apenas trocas de governo, mas, mais do que nunca,

transformações na base, no que acreditamos que a escola pública- onde a maior parte da população de crianças e adolescentes passa a maior parte de seu tempo, em sua função social e formadora de subjetividades democráticas, críticas e humanas, não pode ficar de fora, alimentada pelas contribuições que a ciência possa oferecer.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, C. As Populações Caiçaras e o Mito do Bom Selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, vol. 43, n.1, p 145-182. 2000.

ALAGOAS. Lei nº 7.800, de 5 de maio de 2016. Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o Programa “Escola Livre”. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, Maceió, de 5 de maio de 2016. Disponível em: <https://sapl.al.al.br/norma/1195>. Acesso: 21.12.22.

ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira** / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.

ALONSO, Ângela. Instauração da República no Brasil. In: SCHWARCZ; Lilia & STARLING, Heloisa Murgel. (Orgs.) **Dicionário da República: 51 textos críticos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

APPLE, Michael; BEANE, James (orgs.) **Escolas Democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.

ARAÚJO, Cicero. **Trinta anos depois: a crise da Constituição de 1988**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 299-329, 2018.

ARISTÓTELES, 384-322 a. C. **A política/Aristóteles; introdução de Ivan Lins; tradução de Nestor Silveira Chaves**- Ed. Especial- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, Edição digital de 2013. Tradução autorizada da primeira edição inglesa, publicada em 1983 por Basil Blackwell Publisher Limited, de Oxford, Inglaterra.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura e qualidade da educação**. Lauro Carlos Wittmann... [et. al.]. –Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 79 p.: il. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares ; 6). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%206.pdf>. Acesso: 26.12.22.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 23/12/1996, Página 27833.

BRASIL. Lei 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 13/4/1990, Página 7103.

BRASIL. Medida Provisória nº 746/2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. 2016a. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - 23/9/2016, Página 1.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - 26/6/2014, Página 1.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 17/2/2017, Página 1.

BRASIL, Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. 2019c. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 12/12/2019, Página 7.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3262/2019. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual. 2019a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206168>. Acesso: 18.01.23.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.537. EMENTA: Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Programa Escola Livre. Lei estadual. Vícios formais (de competência e de iniciativa) e afronta ao pluralismo de ideias. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente. I. Vícios formais da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas: 1. Violação à competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (CF, art. 22, XXIV): a liberdade de ensinar e o pluralismo de ideias são princípios e diretrizes do sistema (CF, art. 206, II e III); 2. Afronta a dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: usurpação da competência da União para estabelecer normas gerais sobre o tema (CF, art. 24, IX e § 1º); 3. Violação à competência privativa da União para legislar sobre direito civil (CF, art. 22, I): a lei impugnada prevê normas contratuais a serem observadas pelas escolas confessionais; 4. Violação à iniciativa privativa do Chefe do Executivo para deflagrar o processo legislativo (CF, art. 61, § 1º, “c” e “e”, ao art. 63, I): não é possível, mediante projeto de lei de iniciativa parlamentar, promover a alteração

do regime jurídico aplicável aos professores da rede escolar pública, a alteração de atribuições de órgão do Poder Executivo e prever obrigação de oferta de curso que implica aumento de gastos. II. Inconstitucionalidades materiais da Lei 7.800/2016 do Estado de Alagoas: 5. Violação do direito à educação com o alcance pleno e emancipatório que lhe confere a Constituição. Supressão de domínios inteiros do saber do universo escolar. Incompatibilidade entre o suposto dever de neutralidade, previsto na lei, e os princípios constitucionais da liberdade de ensinar, de aprender e do pluralismo de ideias (CF/1988, arts. 205, 206 e 214). 6. Vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de alunos, podem gerar a perseguição de professores que não compartilhem das visões dominantes. Risco de aplicação seletiva da lei, para fins persecutórios. Violação ao princípio da proporcionalidade (CF/1988, art. 5º, LIV, c/c art. 1º). 7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. **Diário da Justiça Eletrônico**, publicado em 17 de setembro de 2020. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur431849/false>. Acesso: 21.12.22.

BRASIL, Tribunal Superior do Trabalho. Cartilha de Prevenção ao Assédio Moral Pare e Repare – Por um Ambiente de Trabalho mais Positivo. 2019b. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/10157/55951/Cartilha+ass%C3%A9dio+moral/>. Acesso: 19.01.23.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. Coligação Ilhabela de Todos Nós. Plano de Governo 2017-2020. 2016b. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/SP/65099/2/250000042469/proposta\\_governo\\_1471101731039.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2016/SP/65099/2/250000042469/proposta_governo_1471101731039.pdf). Acesso: 20.01.23.

CALI, P.; COSTA, R. S L. **Sítio Arqueológico Engenho Pacuíba I**. São José dos Campos: Asseart, 2003. Disponível em: <https://pcali.dominiotemporario.com/newpage02d43611>. Acesso: 18.09.21.

CARVALHO, V. F.; RACHID, M.; BERNARDES, M. E. M. . Future-se: um museu de grandes novidades. In: Marco Bettine. (Org.). **Mudança Social e Participação Política**: os conflitos, as transformações e as utopias. 1ed. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2020, v. 1, p. 6-18.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CIRINO, Giovanni. **Uma etnografia da devoção a São Benedito no litoral norte de São Paulo**. Orientador John Cowart Dawsey. São Paulo, 2012. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo- USP.

CNS. Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 de maio de 2016.

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. **O STF e a inconstitucionalidade do “Escola sem partido”**. Revista Consultor Jurídico, Publicado em 20 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/constituicao-stf-inconstitucionalidade-escola-partido>. Acesso: 08.06.22.

COLETIVO NEGRO ODU. Página do Facebook. 2018-2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/ColetivoNegrOdu>. Acesso: 21.01.23.

COLETIVO DE EDUCAÇÃO DE ILHABELA. Página do Facebook. 2020-2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivoeducailhabela>. Acesso: 21.01.23.

DAHMER, Jeferson. **Ação coletiva, governança democrática e accountability social na construção de cidades sustentáveis: os casos de Florianópolis, Ilhabela e Ilhéus**. Orientadora: Paula Chies Schommer. Florianópolis, 2014. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Administração. Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas. Universidade do Estado de Santa Catarina-UESC.

DIÁLOGOS QUE BROTAM DO CHÃO. Página do Facebook, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/dialogosquebrotamdochao>. Acesso: 24.12.22.

DUARTE, Newton. Limites e contradições da cidadania na sociedade capitalista. **Proposições**, v. 21, n. 1 (61), Campinas, 2010, p. 75-87.

ELEIÇÕES. Direção: Alice Riff. Produção: Alice Riff; Heverton Lima. Roteiro: Alice Riff e Vanessa Fort. Videocamp. 2018 (100 min), color.

ESPAÇO CULTURAL PÉS NO CHÃO. Disponível em: <http://www.pesnochao.org.br>. Acesso: 23.12.22

EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. Escola e classes dependentes: uma história do cotidiano. In: EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. Tradução de Francisco Salatiel de Alencar Barbosa. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FELIPELLI, Thereza. **Professores fazem paralisação de dois dias e recusam proposta da prefeitura de pagamento de 50% referente Lei do Piso**. Fala Caragua, Caraguatatuba, 31 de março de 2012. Disponível em: <https://falacaragua.com.br/2012/03/professores-fazem-paralisacao-de-dois-dias-e-recusam-proposta-da-prefeitura-de-pagamento-de-50-referente-lei-do-piso/>. Acesso: 25.02.22.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2008.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre. Penso, 2013.

FÓRUM POPULAR DE CULTURA DE ILHABELA. Página do Facebook. 2019-2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/forumpopulardeculturadeilhabela>. Acesso: 21.01.23.

FRANÇA, Ary. **A ilha de São Sebastião**. Boletim, 78, Geografia, nº 10, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1954.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 56ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, v.19, n.1, Florianópolis, 2001.

GALDINO, Clayton; PAPALI, Maria Aparecida; MOREIRA, Pedro Ribeiro. Ser quilombola: conceitos e memórias na trajetória da comunidade negra da Caçandoca, Ubatuba, Estado de São Paulo. **Cadernos do CEOM. Diálogos afro-brasileiros** – v. 33, n. 53 (Dez/2020) – ISSN 2175-0173.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnicas de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, 12(24), 149-161, 2003.

G1. **Bolsonaro diz que MEC estuda descentralizar investimento em cursos de filosofia e sociologia**. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/26/bolsonaro-diz-que-mec-estuda-descentralizar-investimento-em-cursos-de-filosofia-e-sociologia.ghtml>. Acesso: 06.06.22.

G1, 2018. **Em depoimento de 5 horas no Senado americano, Mark Zuckerberg admite erros do Facebook**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/mark-zuckerberg-depoe-ao-senado-sobre-uso-de-dados-pelo-facebook.ghtml>. Acesso: 07.09.22.

G1, 2023. **Mapa da apuração no Brasil**. Disponível em: <https://especiaisg1.globo/politica/eleicoes/2020/mapas/apuracao-no-brasil/2-turno/>. Acesso: 16.01.23.

GRUPO ORGANIZADO SEMEAR. Página do Instagram. 2021-2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/grupo.organizado.semea/>. Acesso: 21.01.23.

HERTEL-FERNANDEZ, Alexander W. 2016. **Whose Bills? Corporate Interests and Conservative Mobilization Across the U.S. States, 1973-2013**. Doctoral dissertation, Harvard University, Graduate School of Arts & Sciences.

ILHABELA. Decreto Municipal nº 8.483, de 2 de março de 2021. Declara, como Patrimônio Histórico e Cultural de natureza material de Ilhabela, para fins de tombamento, o imóvel ora

denominado "Casa Eva Esperança", situado no bairro do Perequê, neste Município, e dá outras providências. 2021a. Disponível em:

<https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8969&cdDiploma=202108483&NrLei=8.483&Word=&Word2=> . Acesso: 30.09.21.

ILHABELA. Lei Municipal nº 1.327, de 26 de outubro de 2018 do Município de Ilhabela/SP. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal da Estância Balneária de Ilhabela e dá outras providências. 2018a. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8969&cdDiploma=20181327&NrLei=1.327&Word=&Word2=>. Acesso: 25.12.22

ILHABELA. Lei Municipal nº 1.133, de 11 de dezembro de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação- PME e dá outras providências. 2015a. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8969&cdDiploma=20151133&NrLei=1.133&Word=&Word2=>. Acesso: 27.12.22.

ILHABELA. Lei Municipal nº 1.396, de 27 de novembro de 2019. Inclui incisos e parágrafo no artigo 117 da Lei 1.326 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município da Estância Balneária de Ilhabela. 2019b. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8969&cdDiploma=20191396&NrLei=1.396&Word=&Word2=>. Acesso: 19.01.23.

ILHABELA. Lei Municipal nº 638, de 27 de maio de 1997. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação- C.M.E. e dá outras providências. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8969&cdDiploma=19970638&NrLei=638&Word=&Word2=>. Acesso: 20.01.23.

ILHABELA. Decreto Municipal nº 8.351, de 29 de dezembro de 2020. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista da Baía de Castelhanos, na cidade de Ilhabela, e dá outras providências. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8969&cdDiploma=202008351&NrLei=8.351&Word=0&Word2=>. Acesso: 05.11.21.

ILHABELA. Lei Municipal nº 1.384, de 30 de setembro de 2019. Cria o Conselho Municipal das Comunidades Tradicionais do Município da Estância Balneária de Ilhabela e dá outras providências. 2019d. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8969&cdDiploma=20191384&NrLei=1.384&Word=&Word2=>. Acesso: 05.11.21

ILHABELA. Concurso Público. Edital nº 04/2014. Disponível em: [https://www.ilhabela.sp.gov.br/wp-content/uploads/concursos-publicos/2015/11/Edital\\_Final\\_Concurso\\_Publico\\_Retificado1.pdf](https://www.ilhabela.sp.gov.br/wp-content/uploads/concursos-publicos/2015/11/Edital_Final_Concurso_Publico_Retificado1.pdf). Acesso: 27.12.22.

ILHABELA. Concurso Público Edital nº 04/2014. Edital de homologação dos resultados finais para os cargos de Professor. 9 de janeiro de 2015. 2015b. Disponível em: [https://www.ilhabela.sp.gov.br/wp-content/uploads/concursos-publicos/2015/11/Edital\\_Homologacao\\_afixar\\_Site\\_09\\_01\\_15.pdf](https://www.ilhabela.sp.gov.br/wp-content/uploads/concursos-publicos/2015/11/Edital_Homologacao_afixar_Site_09_01_15.pdf). Acesso: 03.01.23.

ILHABELA. Concurso Público- Magistério. Ref. Edital nº 002/2020. Homologação. 2021d. Disponível em: <https://www.ilhabela.sp.gov.br/wp-content/uploads/concursos-publicos/2021/04/PMIL1903-HomologacaoMagisterio.pdf>. Acesso: 15.09.22.

ILHABELA. Câmara Municipal da Estância Balneária de Ilhabela. Requerimento nº 136/2022, de 28 de abril de 2022. Requer ao Executivo Municipal informações sobre o chamamento do concurso público de Professores 002/2020. 2022a.

ILHABELA. Advocacia Geral do Município. Memorando AGM nº 546/2019, de 27 de junho de 2019: Resposta ao Memorando nº 257/2019- CRH. 2019c.

ILHABELA. Secretaria Municipal de Educação. Ofício nº 62/2019, de 29 de abril de 2019: Resposta ao Ofício nº 004/19- CME. 2019a.

ILHABELA. Moradores da região da Coroa do Camarão criam Conselho Gestor. Disponível em: <https://www.ilhabela.sp.gov.br/blog/moradores-da-regiao-da-coroa-do-camarao-criam-conselho-gestor/>. 9 de novembro de 2018. 2018d. Acesso: 28.12.22.

ILHABELA. Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza. Proposta do Eixo de Educação Ambiental do Projeto Político Pedagógico da EM Paulo Renato Costa Souza: II Mini Fórum de Educação Ambiental da Escola do Camarão - “Enraizando o Eixo”, 2018b.

ILHABELA, Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza. Guia Prático da E.M. Paulo Renato Costa Souza- 2022. 2022b.

ILHABELA, Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza. Algumas anotações do 1ro encontro - Mapeamento social Escola do Camarão. 2021e.

ILHABELA, Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza. Resumo dos resultados do questionário “Situação pandêmica no Camarão”. 2021f.

ILHABELA, Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza. PPP e Mapeamento. 2021g.

ILHABELA, Escola Municipal Paulo Renato Costa Souza. II Mini Fórum de Educação Ambiental da Escola do Camarão. Página do Facebook, 2018c. Disponível em: <https://www.facebook.com/escoladocamarao>. Acesso: 25.09.22.

ILHABELA, Conselho Municipal de Educação. Página Oficial do Instagram. Processos de sindicância vs liberdade de expressão. 2021b. Disponível: <https://www.instagram.com/cme.ilhabela/>. Acesso: 15.09.22.

ILHABELA, Conselho Municipal de Educação. Página Oficial do Instagram. Pauta da reunião: 1. Processos de sindicância abertos pela SME. 2. Chamamento do concurso público. 3. Deliberação do Ofício referente ao transporte universitário. 2021c. Disponível: <https://www.instagram.com/cme.ilhabela/>. Acesso: 15.09.22.

ILHABELA DIA A DIA. Prefeito de Ilhabela se reúne com conselheiros municipais. Publicação de Agosto de 2011. Disponível em: <http://ilhabeladiaadia.blogspot.com/2011/08/prefeito-de-ilhabela-se-reune-com.html#>. Acesso em 15.02.22.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **IBGE Cidades:** panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela/panorama>. Acesso: 16.09.21.

INSTITUTO PÓLIS. **Litoral Sustentável:** Desenvolvimento com Inclusão Social. Diagnóstico Ilhabela, 2013. Disponível em: <https://www.yumpu.com/user/litoralsustentavel.org.br>. Acesso: 08.02.22.

INSTITUTO TIÊ. Página do Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUyOOyqlHeU/>. Acesso em 23.09.22.

ITANI, Márcia Renata. **Zoneamento Ecológico Econômico e territorialidades: estudo de caso no litoral norte paulista.** Orientadora Maria de Lourdes Zuquim. São Paulo: 2018. Tese de doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo- USP.

JUSBRASIL, 2023. **OAB-SP reage contra tentativa de barrar ato de desagravo em Ilhabela.** Assessoria de Imprensa da OAB-SP. Disponível em: <https://oab.jusbrasil.com.br/noticias/318494203/oab-sp-reage-contratentativa-de-barrar-ato-de-desagravo-em-ilhabela>. Acesso: 16.01.23.

KITTRIE, Orde F. **Lawfare: Law as a Weapon of War.** Oxford University Press, 2016.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Democracia e luta de classes: textos escolhidos.** Organização Antonio Carlos Mazzeo; tradução Edições Avante! Paula Vaz de Almeida. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIVELAB, Primavera X: Mutirões comunitários em prol do cuidado com águas em todo o Brasil. Disponível em: <https://www.livelab.org.br/primavera-x/>. Acesso: 25.09.22

MALANCHEN, Julia. Sobre a Escola Sem Partido. Resenha. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.17, n.4 [74], p.1283-1286, out./dez. 2017.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 15. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. v. 1.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. 1845. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso: 12.08.22.

MERLO, Márcia. **Entre o mar e a mata**: a memória afro-brasileira. São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba. São Paulo: EDUC, 2005.

MORGAN, D.(1997). **Focus group as qualitative research**. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-696.

NOFFS, Paulo da Silva. **A disputa pela hegemonia do espaço na baía dos Castelhanos**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira (orgs.). **Método histórico-social na psicologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 25-51.

OXFORD LANGUAGES. Dicionário. Disponível em: [www.google.com](http://www.google.com). Acesso: 20.01.23

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Diretor escolar**: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção questões da nossa época; vol. 56). Livro digital.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Eliane Candida. **Formação continuada de professores para educação inclusiva: Pela superação do pragmatismo reflexivo- Contribuições da perspectiva histórica-cultural**. Tese (Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Psicologia. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo- USP, 2021.

PHILLIPS, B.S. **Pesquisa social**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. **Uma análise sobre a utilização de dados coletados nas redes sociais online para a pesquisa acadêmica e os procedimentos contidos nos manuais de metodologia científica**. Porto Alegre, 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Trabalho de Conclusão de Curso em Pós Graduação Lato Sensu em Informática Instrumental para Professores do Ensino Fundamental.

PIRRÓ, Mariana Soares de Almeida. **Práticas de pesquisa de campo com comunidades tradicionais: contribuições para a gestão participativa do Arquipélago de Ilhabela – SP.** 2010. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Doi: 10.11606/D.8.2010.tde-16112010-132607

PISTRAK, 1888-1937. **A escola-comuna.** Moisey Mikhaylovich Pistrak. Tradução de Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. 1<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RECUERO, Raquel. Contribuições da análise de redes sociais para o estudo das redes sociais na Internet: O Caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. **Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos:** Vol.16, n° 2, pp. 60-77, maio/agosto 2014.

REIS, Geovana et. all. **Para tempos neoliberais, uma base curricular para o mercado.** **Brazilian Journal of Development,** Curitiba, v.7, n.12, p. 115482-115493 dezembro de 2021.

SAES, Décio. **Democracia.** São Paulo: Ática. 1987.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie:** os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. 3<sup>a</sup> ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos, vol. 1.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São. Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016).** São Paulo: Elefante, 2018.

SÃO PAULO, Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela. Aprovado pela Resolução SMA n° 08, de 20 de janeiro de 2016, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Disponível em:

<https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/planos-de-manejo/planos-de-manejo-planos-concluidos/plano-de-manejo-pe-ilhabela/>

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Painel do Município- Ilhabela. 2022a. Disponível em <https://transparencia.tce.sp.gov.br/municipio/ilhabela/2019>. Acesso: 23.12.22.

SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Relatório de Fiscalização do 3º quadrimestre de 2018 do Município de Ilhabela. 2021a. Disponível em <https://iis.org.br/farol-da-ilha/novo-relatorio-do-tribunal-de-contas-aponta-ma-gestao-dos-recursos-publicos-em-ilhabela/>. Acesso: 23.12.22.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Comarca de Ilhabela. Ação Civil Pública nº 0000306-68.2004.8.26.0247. Disponível em: [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br). Acesso: 21.01.23.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Comarca de Ilhabela. Ação Civil Pública nº 1000996-26.2017.8.26.0247. Disponível em: [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br). Acesso: 21.01.23.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Órgão Especial. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2290072-83.2021.8.26.0000. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Expressões que designam funções de confiança de 'Diretor de Unidade Escolar' e 'Coordenador Pedagógico', bem como suas atribuições, em dispositivos normativos constantes na Lei nº 1.327/2018, e seu Anexo II, no Município de Ilhabela- Alegação de inconstitucionalidade pela incompatibilidade das atribuições com atividades de assessoramento, chefia e direção, vulnerando preceitos da Constituição Bandeirante. FUNÇÃO DE CONFIANÇA Distinção constitucional entre função de confiança e cargo comissionado. Exigência, na Constituição Federal, com reprodução obrigatória nos Estados, da criação e provimento de funções de confiança e de cargos comissionados restritos ao assessoramento, chefia ou direção para o exercício de atribuições de alta complexidade ou de efetiva supervisão, e com necessária relação de confiança entre nomeante e nomeado, sob pena de mera dissimulação para afastar a exigência de concurso público de provas e títulos Situação Em que as expressões impugnadas designam, em verdade, 'funções de confiança' (e não cargos em comissão) a serem preenchidas exclusivamente por servidores concursados do magistério da rede municipal de ensino de Ilhabela. Previsão constitucional de que tanto as funções de confiança como os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento (CF, art. 37,V) Descrição das funções que não denotam indispensável relação de fidúcia ou confiança Afronta aos dispositivos constitucionais constatada Inconstitucionalidade com efeitos 'ex tunc', com modulação e ressalva quanto à não repetição dos valores recebidos de boa-fé - Ação julgada procedente, com modulação e ressalva. Relator Jacob Valente. DJESP 01.09.2022. 2022b.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Órgão Especial. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2270133-83.2022.8.26.0000. 2021b. Disponível em: [www.tjsp.jus.br](http://www.tjsp.jus.br). Acesso: 21.01.23.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43ª ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações** - 11.ed. rev.— Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea)

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. **Transição por transação: democratização no Brasil e na Espanha**. Dados- Revista de Ciências Sociais, v. 29, n. 2, p. 207, 1986.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. Geo. Allen & Unwin, London, 1943.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª ed. Companhia das Letras, 2019.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; ESTRADA, Rodrigo Duque. A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84073, 2019.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. **Caiçaras e jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil**. Coord. Antonio Carlos S. Diegues. São Paulo: Centro de Culturas Marítimas-CEMAR/Universidade de São Paulo, 1993.

SILVA, Rodolfo Ilário da. **Povos indígenas em isolamento voluntário na Amazônia brasileira: o sexto século de genocídios e diásporas indígenas**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVA, Rodrigo Pereira da. **Programa paulista inova educação (2020): o mercado adentrando a escola**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.3, p. 23348-23367 março de 2021.

SILVA, Sandro Pereira. **Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira. Texto para discussão 2358**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2018.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito constitucional: teoria, história e métodos de trabalho**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um Direito**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

TELES JÚNIOR, Adenevaldo. **O genocídio indígena contemporâneo no Brasil e o discurso da bancada ruralista no Congresso Nacional**. 2018. Universidade Federal de Goiás. Dissertação.

TONET, Ivo. “Educação e formação humana”. **Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE**. v.8, nº 9, Foz do Iguaçu, 2006.

VISCARDI, Cláudia. Primeira República (1889-1930): República Oligárquica. In: SCHWARCZ; Lilia & STARLING, Heloisa Murgel. (Orgs.) **Dicionário da República: 51 textos críticos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.